

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
ALINE CRISTINA CALÇADA DE OLIVEIRA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROBLEMATIZADORA E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: UMA REVISÃO CRÍTICA

RIO GRANDE

2008

ALINE CRISTINA CALÇADA DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROBLEMATIZADORA E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: UMA REVISÃO CRÍTICA**

**Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental
ao Programa de Pós-Graduação em Educação
Ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio
Grande.**

Orientador: Prof. Sirio Lopez Velasco.

RIO GRANDE

2008

Dedicatória

À meu querido pai, Arildo Irajá Senna de Oliveira, que, pela primeira vez em minha vida, não pôde estar comigo, como sempre esteve. Pelo exemplo de viver dignamente e por todo amor compartilhado. Que falta senti do teu apoio!

Agradecimento Especial

Um agradecimento especial à minha mãe que com carinho e dedicação me ajudou a passar pelos momentos mais difíceis de nossas vidas, o falecimento de meu pai e de meu filho recém-nascido. Obrigada!

Agradecimentos

À Prof. Dr. Sirio Lopes Velasco, orientador deste trabalho, profissional que admiro, pelo apoio incansável, tanto nos momentos de fragilidade quanto de alegria. Pelo exemplo, pela determinação, pela competência, pela sabedoria que só os grandes e verdadeiros mestres sabem compartilhar.

Ao Prof. Dr. Fernando Magalhães pela competência, pelo afeto e pelo acolhimento à minha proposta de trabalho.

À Prof. Dra. Elizabeth Brandão pela competência, pelo afeto e pelo acolhimento à minha proposta de trabalho.

Ao Prof. Dr. Humberto Calloni pelo seu carinho em compartilhar dos momentos finais deste trabalho.

À Prof. Dra. Marlene Teda Pelzer por sua amizade e carinho. Muito Obrigada!

As professoras Dra. Marta Vaz e Dra. Valéria Lunardi que me incentivaram ao início deste trabalho, enriquecendo-o com suas contribuições.

À Márcia Oliveira e Paula Xavier, colegas de trabalho, parceiras de estudo desde o início do mestrado.

Aos colegas do mestrado, turma 2006, amigos e parceiros de tantos estudos, encontros e companhia bem humorada. Obrigada!

Ao companheiro Geovane da Cunha Martins que me ajudou nessa trajetória final, obrigada pela dedicação e carinho!

A idéia é a de que, ao buscar-se um desenvolvimento sustentável, hoje, está-se, ao menos implicitamente, pensando em um desenvolvimento capitalista sustentável, ou seja, uma sustentabilidade dentro do quadro institucional de um capitalismo de mercado. No entanto, [...] o conceito corre o risco de tornar-se um conceito vazio, servindo apenas para dar uma nova legitimidade para a expansão insustentável do capitalismo. (STAHEL,

RESUMO

A presente dissertação tem como problemática de estudo a Educação Ambiental Problematizadora no contexto do Desenvolvimento Sustentável com base nas concepções de Sirio Lopez Velasco e Carlos Frederico Loureiro. O tema da sustentabilidade e a comparação crítica dos autores sobre a mesma foi o objeto e a meta de estudo do presente trabalho. A metodologia adotada foi um estudo reflexivo, de análise conceitual, desenvolvido através da pesquisa bibliográfica e análises/discussões realizadas no decorrer das disciplinas do Programa do Mestrado em Educação Ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Com base em Loureiro e Velasco entende-se educação ambiental como um processo longo e contínuo de aprendizagem de uma filosofia de trabalho participativo. Isso significa que todos os atores sociais devem estar envolvidos: família, escola e comunidade, com o propósito de construir cidadãos, cujos conhecimentos acerca do ambiente biofísico e seus problemas associados, possam alertá-los e habilitá-los a resolver seus problemas. A reflexão iniciada nesta dissertação não teve a pretensão de esgotar uma temática tão ampla quanto o desenvolvimento sustentável e a saúde das populações, mas de levar para o campo da enfermagem a preocupação com a necessidade e a responsabilidade em adentrar-se nesta dimensão do viver humano. O desafio da humanidade do século XXI é justamente vencer o paradigma do Capitalismo e da exploração do homem pelo homem. Existe um horizonte além das lutas de classes, além da fome, do desemprego, das condições subumanas que um terço da humanidade vem sendo submetida ao longo dos séculos. Acredita-se que o Ecomunitarismo proposto por Velasco é uma mudança de postura e suas premissas são capazes de respeitar e sustentar a vida individual e coletiva. Não se trata de um conceito utópico, pois seus preceitos podem muito bem ser incorporados por seres humanos que realmente entendam o verdadeiro sentido da vida. O homem caminha para alcançar um grau de desenvolvimento intelectual-perceptivo muito além do egoísmo que estamos inseridos. Na profissão enfermagem se lida com a vida e com a morte com frequência e percebe-se que independentemente de classe social, religião e estilo de vida as pessoas se transformam quando estão perto de falecer. Assim, tem-se a necessidade de enxergar a própria vida e o mundo com outros olhos, com os olhos da compaixão, do senso de coletivo, do amor para consigo e o outro. É essa mudança de atitude e de beatitude interior que se precisa manter acesa e em mente, pois se sabe que o mundo material é fruto direto dos pensamentos. A realidade é construída tal como ela é pensada e as pessoas precisam estar cientes disso.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental Problematizadora. Desenvolvimento Sustentável. Ecomunitarismo.

ABSTRACT

This dissertation has the rendering problematic Environmental Education as a questionable study based on the concepts of Sirio Lopez Velasco and Carlos Frederico Loureiro. The sustainability theme and the author critic comparison about it was the study object and goal of this work. The adopted methodology was a reflexive study, of a conceptual analysis, developed through the bibliographic research and analyses/discussions put into practice along the subjects of the Master Program in Environmental Education at Federal University Foundation of Rio Grande. Based on Loureiro and Velasco, the Environmental Education is understood as a long and continued process of a philosophy learning of a participative work. This means that all social actors must be involved: family, school and community, with the purpose to create citizens, whose knowledge about the biophysics environment and its associated problems, may alert them to become able to solve their problems. The reflexion started on this dissertation did not have the intention to eliminate a so broad thematic as the sustainable development and the population health, but take to the nursing field, the worrying with the need and responsibility to penetrate into this dimension of human living. The humanity challenging in the XXI century is for sure to beat the Capitalism paradigm and the exploration of the man for man. There is a horizon besides the fights of classes, hunger, unemployment and the human under conditions that a third of humanity has been submitted along the centuries. The Ecommunitarism proposed by Velasco is a changing of posture and its premises are able to respect and sustain the individual and common life. Possibly, it is not an utopia, because its principles may well be incorporated to human beings that really understand the true sense of life. Man walks to reach an intellectual-perceptive degree of development very far from the selfishness that it was introduced. The nursing job often leads with life and death and apart from social class, religion and life style, people change when they are near to die. There is a need to see life and the world with other eyes, with the eyes of compassion, of the collective sense, of love for oneself and for the other. It is a changing of attitude and the interior beatitude that it is necessary to maintain minds lit, since it is known there is a direct fruit of human thoughts. Reality is built up as it really is and there is a need to be conscious about it.

KEY-WORDS: Problematic Environmental Education, Sustainable Development, Ecommunitarism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
METODOLOGIA.....	14
1 POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROBLEMATIZADORA	15
1.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROBLEMATIZADORA NA PERSPECTIVA DE CARLOS FREDERICO LOUREIRO.....	15
1.1.1 Opção teórico-metodológica.....	20
1.1.2 Dialética e transformação social.....	22
1.1.3 Complexidade e totalidade	24
1.1.4 Práxis e Educação	25
1.1.5 Cotidianidade e ação política local e global	26
1.1.6 Corporalidade e consciência da sociedade e do mundo.....	28
1.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROBLEMATIZADORA NA PERSPECTIVA DE SÍRIO LOPEZ VELASCO.....	32
1.2.1 Parte I - Ética Argumentativa, Economia, Ecologia e Ecomunitarismo.....	32
1.2.2 Parte II - O Ecomunitarismo e o Movimento de Ecolibertação.....	34
1.2.3 Questões epistemológicas da libertação	34
1.2.4 Parte III – Erótica – Pedagogia – Individuologia	35
1.3 OUTROS ASPECTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROBLEMATIZADORA/TRANSFORMADORA NA PERSPECTIVA DE SÍRIO LOPEZ VELASCO	42
2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	53
2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: OS DIFERENTES CONCEITOS.....	53
2.2 SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS E CONTRADIÇÕES.....	58
2.2.1 As sustentabilidades planetárias	61
2.2.2 A EA e o desenvolvimento sustentável	63
2.2.3 A EA e a Sociedade Sustentável.....	64
3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROBLEMATIZADORA	70
3.1 ANÁLISE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROBLEMATIZADORA PROPOSTA POR LOUREIRO E VELASCO.....	70
3.1.1 Educação Ambiental para o desenvolvimento ou sociedade sustentável	70
3.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROBLEMATIZADORA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS.....	75
4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROBLEMATIZADORA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	84
4.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROBLEMATIZADORA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: COMPARAÇÃO CRÍTICA	84
4.1.1 A Proposta Ecomunitarista e o Desenvolvimento Sustentável.....	84
4.1.2 A concepção de Loureiro e o Desenvolvimento Sustentável	88
4.1.3 As concepções de Velasco e Loureiro: convergências	92
4.1.4 Desenvolvimento Sustentável e Normas da Ética	94
5 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DA SAÚDE	97
5.1 REFLETINDO BREVEMENTE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DA SAÚDE.....	97
5.2 RELATO DE EXPERIÊNCIA: CONSTRUINDO MINORIAS	103
CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS.....	107
REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

Enquanto enfermeira e trabalhadora sob o regime capitalista sinto-me impelida à reflexão por perceber o sofrimento causado ao homem pelo homem. A doença é uma das faces que convivo quase que diariamente e infelizmente o ser humano é tratado em partes, como uma mercadoria: sua saúde é comercializada como qualquer produto vendido no mercado, e essa banalização da vida é extremamente preocupante e aumenta ainda mais a incidência da doença.

Ao descortinar o mundo do Capitalismo busco alternativas e observo muito o trabalho alienado como forma de exploração do homem pelo homem. Busco no Ecomunitarismo reflexão e possibilidades para a construção de uma sociedade transformadora. O que é o Capitalismo, senão um regime político social que explicita a ganância e o acúmulo de riqueza através da crescente ambição humana?

Esperamos que neste descortinar do século XXI, os paradigmas da Educação Ambiental possam nos levar a caminhos alternativos de vida em nosso planeta. Essa reflexão pretende assumir dois exemplos da Educação Ambiental Problematizadora (os de Loureiro e Velasco) à luz da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Falar em desenvolvimento sustentável requer uma reflexão profunda, ainda mais ao percebermos que o sistema de vida capitalista vigente alicerça-se justamente na depredação e degradação do meio ambiente. Somos atualmente em torno de 6,5 bilhões de seres humanos que habitamos a face da terra e só nesse momento milhares de empresas jogam lixo não reciclável em local inadequado, poluindo lençóis freáticos, córregos e rios.

Nesse sentido, Loureiro apropria-se de Morin ao vislumbrar a educação ambiental problematizadora, onde enfatiza:

A Educação Ambiental transformadora é aquela que possui um conteúdo emancipatório, em que a dialética entre a forma e conteúdo se realiza de tal maneira que as alterações da atividade humana, vinculadas ao fazer educativo, impliquem mudanças individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e culturais. Em que a dimensão política da educação seja a arte do compromisso e da intransigência na defesa dos valores, atitudes individuais e ações coletivas condizentes com a emancipação. Em que a dialética da vida seja um movimento ético e material, pois se trata ao mesmo tempo de mudar de vida e transformar o mundo, de revolucionar o indivíduo e de unir a humanidade. (MORIN, 1999, p. 188).

Velasco apóia-se nas três normas da ética argumentativa, no ecomunitarismo e em Marx para elucidar a educação ambiental problematizadora. Começando com a premissa “De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade” (VELASCO, 2005, p. 84), enfatiza justamente a necessidade de ultrapassar a relação egoísta entre os homens. Urge um comportamento de caráter preservador/regenerador da natureza, buscando meios tecnológicos de reciclagem da poluição e devastação de nosso modelo capitalista.

Dessa maneira, seguindo a própria linha da Educação Ambiental – a qual concebe as relações de vida em forma de rede, seguindo o modelo da complexidade em que todas as partes precisam co-existir e complementarem-se no espaço e tempo – surge o Ecomunitarismo proposto por Velasco, o qual recomenda que as comunidades de vida se integrem numa grande rede, partindo do local para cobrir o planeta inteiro. Mas essa articulação passa pelos “serviços” mútuos (que, em forma de reciprocidade solidária gratuita, podem assumir a forma de um *potlatch*¹ planetário), prestados entre elas numa relação de co-administração das coisas, que impede que qualquer uma delas se erija como opressora da outra.

Loureiro, ao considerar a Educação Ambiental emancipatória e transformadora parte da compreensão de que o quadro de crise em que vivemos não permite soluções compatibilistas entre ambientalismo e capitalismo ou alternativas moralistas que deslocam o comportamental do histórico-cultural e de modo como a sociedade está estruturada. O cenário no qual nos movemos, de coisificação de tudo e de todos, de banalização da vida, de individualismo exacerbado e de dicotomização do humano como ser deslocado da natureza é, em tese, antagônico a projetos ambientalistas que visam à justiça social, ao equilíbrio ecossistêmico e à indissociabilidade entre humanidade e o resto da natureza.

No Capitalismo, com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. “O trabalho não produz apenas mercadorias: produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens” (MARX, 2002, p. 111). Percebe-se que essa maneira dicotômica de ver o mundo, essa desvalorização do ser humano, reflete-se também o mesmo na natureza.

Finalmente o que me impeliu a escrever a dissertação de mestrado sobre desenvolvimento sustentável foi justamente a necessidade urgente de pensarmos em alternativas sustentáveis para nossa maneira de viver. Nossa saúde é um reflexo claro da má

¹ Consiste num festejo religioso de homenagem, geralmente envolvendo um banquete de carne de foga ou salmão, seguido por uma renúncia a todos os bens materiais acumulados pelo homenageado – bens que devem ser entregues a parentes e amigos.

qualidade de vida que levamos, principalmente pelo estresse em que somos submetidos diariamente. Os hospitais sempre superlotados e as doenças ocupacionais tomando cada vez mais proporção. É importante considerar ainda que farei uma breve alusão do Desenvolvimento Sustentável para a saúde no final desta dissertação. Contudo, foi durante as aulas das várias disciplinas do Mestrado em Educação Ambiental que decidi refletir sobre o Ecomunitarismo, proposto pelo professor Velasco, justamente por me identificar e acreditar que suas premissas são capazes de mudar nossa realidade a partir do momento que a incorporarmos e lutarmos por uma sociedade mais justa a todos.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo reflexivo, de análise conceitual, desenvolvido através da pesquisa bibliográfica e análises/discussões realizadas no decorrer das disciplinas do Programa do Mestrado em Educação Ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

A temática elucidada é parte de uma revisão bibliográfica dialogada e comparada:

a) Entre Sírio Lopez Velasco e Carlos Frederico Loureiro no que tange os seguintes aspectos: educação ambiental transformadora/problematizadora e ecomunitarismo, e

b) com uma revisão de literatura sistemática e crítica sobre o conceito de desenvolvimento sustentável.

Com a revisão de literatura pode-se criar uma forte base de conhecimento para realizar pesquisa e outras atividades no contexto educacional especializado; identificar lacunas, consistências e inconsistências na literatura, nas práticas de Educação Ambiental (EA) formal e não-formal; revelar novas práticas de intervenções, promover criação de protocolos, políticas e projetos/atividades de práticas novas ou revisadas relacionadas com a prática de enfermagem, entre outras.

1 POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROBLEMATIZADORA

1.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROBLEMATIZADORA NA PERSPECTIVA DE CARLOS FREDERICO LOUREIRO

Esse capítulo faz um resumo da Educação Ambiental Transformadora na ótica de Carlos Frederico Loureiro abordando os seguintes tópicos: Opção teórico-metodológica, Dialética e transformação social, Complexidade e Totalidade, Práxis e Educação, Cotidianidade e ação política local e global, Corporalidade e consciência da sociedade e do mundo, a partir do seu livro *Trajectoria e Fundamentos da Educação Ambiental*. (LOUREIRO, 2004a).

A Educação Ambiental Transformadora deve ser entendida enquanto processo social, a qual tenha como base a sustentabilidade da vida e a atuação política consciente em direção a uma ética ecológica. (LOUREIRO et al, 2002). Para embasar tal assertiva é importante citar Marx (1989, p. 12 apud LOUREIRO, 2004 a, p. 89) em sua famosa terceira tese sobre Feurbach, o qual chama a atenção para o fato de que “o homem modifica sua circunstância e a si próprio de maneira ativa, diferentemente do que é defendido pela doutrina materialista, a qual coloca o homem como produto direto do meio”. Portanto a atividade humana pode ser entendida como práxis revolucionária à medida que ela produz e reproduz a si e ao ambiente ao qual pertence.

Dessa maneira, de acordo com Quintas (2000) o fazer educativo ambiental deve ser pautado de forma coerente com a tradição teórica crítica e emancipatória e sua compreensão e concretização seguem alguns princípios indispensáveis. Primeiramente a educação deve ser entendida como instrumento mediador de interesses e conflitos através do diálogo, o qual deve ser construído através do questionamento, do enfrentamento democrático de idéias e conhecimentos. É importante considerar também que a realidade não é apreendida de forma igual pelos sujeitos sociais e, portanto a percepção dos problemas compreendidos como ambientais são mediados por dimensões naturais, econômicas, políticas, simbólicas e ideológicas num determinado contexto histórico. Por isso a realidade é passível de mudanças constantes na dinâmica entre aspectos objetivos e subjetivos. Assim, é nas relações existentes entre educação, sociedade, trabalho e natureza que se constroem o entendimento do processo global de aprendizagem em todas as esferas da vida numa perspectiva crítica e histórica.

Educação é emancipação e exige a aplicabilidade da capacidade teórica nas situações concretas do cotidiano da vida.

Tais princípios se realizam pela adoção de múltiplos procedimentos participativos e dialógicos, cognitivos-conteudistas, perceptivos, sensoriais e lúdicos, com ênfases adequadas a cada momento pedagógico, de modo a permitir que o processo educativo leve educador-educando a:

- Conhecer a realidade, num processo de sistematização, reflexão e ação;
- Fortalecer a ação coletiva e organizada;
- Articular diferentes saberes na busca por soluções de problemas;
- Compreender o ambiente em toda a sua complexidade e a vida em sua totalidade. (QUINTAS, 2000, apud LOUREIRO, 2004a, p. 91).

Longe de ser uma educação temática e disciplinar, a Educação Ambiental é uma dimensão essencial do processo pedagógico, situada no centro do projeto educativo de desenvolvimento do ser humano, enquanto ser da natureza, e definida a partir dos paradigmas circunscritos no ambientalismo e do entendimento do ambiente como uma realidade vital e complexa.

Em uma educação que se afirme como emancipatória ou a transformação que se busca é plena, o que significa englobar as múltiplas esferas da vida planetária e social, inclusive a individual, ou o processo educativo não pode ser subentendido como transformador. Podemos afirmar que a prática educativa que ignora tal entendimento do sentido transformador, a problematização crítica da realidade e a possibilidade de atuação consciente nesta, se configura como politicamente compatibilista, socialmente reprodutora e metodologicamente não dialógica, adequando sujeitos e padrões, modelos idealizados de natureza, dogmas e relações opressoras de poder. Essa é a conotação pseudotransformadora da educação hegemônica, que prega a mutabilidade das coisas pelo movimento progressivo e linear de conhecimento da realidade, numa atividade individual-atomística isenta de condicionamento social.

A Educação Ambiental transformadora utiliza-se do “princípio de incerteza racional (MORIN, 2002a, p. 24 apud LOUREIRO, 2004 a, p. 93), ou seja, de uma racionalidade que estabelece o diálogo entre a idéia e o real objetivo, sendo teórica, prática, crítica a realidade e ao seu próprio movimento que é parte dessa mesma realidade”.

Na Educação Ambiental crítica, o conhecimento, para ser pertinente, não deriva de saberes desunidos e compartimentalizados, mas da apreensão da realidade a partir de algumas categorias conceituais indissociáveis aos procedimentos pedagógicos, as quais levem em consideração o contexto, o global (conjunto de relações), o multidimensional (o ser humano entendido como uma unidade diversa dentro de uma sociedade) e o complexo

(enquanto união de elementos distintos inseparavelmente constitutivos do todo. (MORIN, 2002, p. 36 apud LOUREIRO, 2004a, p. 93).

“Uma sociedade descartável, em que os bens são produzidos não para atender às necessidades humanas de sobrevivência, mas têm a utilidade definida no domínio do valor de troca Mészáros (1989 apud LOUREIRO, 2004a, p. 94), é, por definição, incompatível com o ambientalismo e com a educação em suas tendências libertárias”. Como nos diz o referido autor, em uma das mais vigorosas obras no campo marxista dos últimos anos Mészáros (2002 apud LOUREIRO, 2004a, p. 94), “a ascendência do Capital universal e global pelo domínio das diferentes esferas da vida social e pela subordinação do conhecimento científico e tecnológico ao processo de acumulação, implica a capacidade de relativamente controlar ou ignorar os ritmos naturais que circunscrevem as formas de satisfação humana”. Implica ainda “alienar o ser humano de si e da natureza, que passa a ser mera externalidade e fonte inesgotável de recursos, numa relação dicotomizada, não mediatizada, determinantemente instrumentalizada, que especifica uma crise de civilização”. (LOWY; BENSALID, 2000 apud LOUREIRO, 2004a, p. 95).

Alienação é um conceito clássico utilizado por Marx e tendências influenciadas por este, cuja formulação se baseia, inicialmente, nas implicações decorrentes do fato de que no capitalismo o produto do trabalho torna-se um poder independente e estranho ao trabalhador. Em outras palavras, significa que os progressos obtidos nos últimos séculos não favorecem a emancipação, mas a ampliação do poder objetivo do capital sobre o trabalho, do ter sobre o ser. Assim, quanto mais se produz, mais as classes populares se vêem privadas dos objetos necessários à sua sobrevivência e mais se coisifica a vida e se reifica a dimensão econômica na lógica livre do mercado. Quanto mais se desenvolve científica e tecnologicamente, mais se aprofundam a miséria e a falta de acesso aos bens materiais que permitem objetivamente uma vida digna. O trabalho alienado faz com que o trabalhador se sinta infeliz em seu momento laborativo, pois em vez de este ser para o desenvolvimento integral do ser, torna-se fonte de sofrimento e insatisfação, uma vez que se configura como uma atividade que não pertence a quem a realiza, mas a outro que detém os meios de produção privadamente, definindo o capital como uma relação social desigual de acumulação, opressão e dominação. (NAVES, 2000 apud LOUREIRO, 2004a, p. 95)

Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (MARX, 2002, p. 111).

Esse movimento de expropriação do capital favorece a alienação do ser humano enquanto espécie. O ser humano expressa a sua essência universal e de com o outro ao realizar sua atividade de forma consciente e livre, algo que é invertido no capitalismo ao tornar a atividade vital de livre em meio de existência (subordinada ao econômico mercantil). Acarreta ainda a alienação do humano em relação à natureza, já que este, ao se alienar de si mesmo, torna a natureza uma externalidade coisificada, passível de ser apropriada como mercadoria.

Já que o trabalho alienado aliena a natureza do homem, aliena o homem de si mesmo, o seu papel ativo, a sua atividade fundamental, aliena do mesmo modo o homem a respeito da espécie; transforma a vida genérica e a vida individual. Primeiramente, aliena a vida genérica e a vida individual; depois, muda esta última na sua abstração em objetivo da primeira; portanto, na sua forma abstrata e alienada. (MARX, 2002, p. 16 apud LOUREIRO, 2004a, p. 96).

Alienação é um conceito dinâmico que implica o contraditório, pois ao mesmo tempo em que a atividade alienada gera consciência alienada, produz a possibilidade de se ter consciência da alienação. Nessa perspectiva, a dimensão natureza para realizar-se (ser emancipado) precisa ultrapassar a desigualdade de classes, a fragmentação científica, as relações de dominação, a hierarquia entre saberes e a exclusão social, em que a crítica e a capacidade de reflexão e superação atinjam o ser concreto e a sociedade na qual este se manifesta e se realiza.

É importante ressaltar que, no processo de superação de formas de alienação, não ocorre revolução de estruturas sem sujeitos, uma vez que isso levaria à crença de que existem elites intelectuais ou religiosas capazes de conduzir uma população vista como inconsciente à “salvação” ou de que a mecânica modificação estrutural levaria à mudança plena dos indivíduos. A negação dessas possibilidades reducionistas e simplificadoras da realidade sugere afirmar a pertinência de uma educação dialógica, em que o movimento de mudança da condição humana alienada no capitalismo deve ser complexo, integral e simultâneo.

Assim, o processo de conscientização deixa de ser unidirecional e, passa a se definir como um movimento coletivo, com o mundo, pelo qual o “eu” é sujeito e objeto do conhecimento e no qual ocorre um desvelar da realidade, que se realiza como prática social. Descaracteriza-se, portanto, como um estado prévio ou um estágio absoluto que se alcança pelo domínio teórico ou empírico da realidade.

Colocá-la como um elemento da racionalidade humana fora da dinâmica da vida, um estado espiritual puro, favorece a crença de que a supremacia antropocêntrica se justifica em oposição ao lado bruto e primitivo representado pela natureza e pelo corpo, retomando o

racionalismo moderno cartesiano. Favorece ainda a concepção de que há uma consciência plena alcançada por alguns que têm a função de conduzir os demais para tal condição, conforme o apregoado pela educação tradicional.

“É possível afirmar que há níveis de consciência que são parciais ou qualitativamente diferenciados, uma vez que apreendem somente a aparência fenomênica, as formas ideológicas e as representações, em determinadas culturas e contextos históricos”. (KOSIK, 1989 apud LOUREIRO, 2004a, p. 97). Contudo, dizer que existem consciências distintas e parciais não significa dizer que existe, de forma linear, um estado primitivo e um avançado para onde todos devem caminhar.

Na perspectiva da Educação Ambiental transformadora, a consciência crítica é uma atividade permanente que pressupõe não só a dinâmica dita acima e a capacidade de refletir sobre a condição de existência, mas também a capacidade de fazer com que estejamos aptos a projetar para além desta, em um movimento contínuo de conhecimento da realidade, atuação e superação das relações de dominação e opressão entre humanos e humanidade e o resto da natureza.

Todavia, aqui cabe uma ressalva. Nunca é demais destacar que a ação transformadora da educação possui limites, ou seja, não é suficiente em si realizar uma práxis educativa cidadã e participativa, se isso não se relacionar diretamente com outras esferas da vida (família, trabalho, instituições políticas, modo de produção, interações ecossistêmicas, etc.), vendo a educação como um processo global, para além do ensino formal. Do contrário, se perderia sua dimensão revolucionária. É idealismo ingênuo e simplista creditar à educação a “salvação do planeta”. Por ser um processo de aprendizagem com o outro e pelo outro, mediado pelo mundo, e, portanto, algo intrínseco à realização da natureza humana, é fundamental e primordial, no entanto, sua centralidade só ganha concretude à medida que a entendemos no seu movimento de definição e objetivação na história.

1.1.1 Opção teórico-metodológica

Loureiro defende que a Educação Ambiental contextualizada na sociedade contemporânea deve ter uma “linha mestra”, a qual possibilite ou diálogo e a construção de novas sínteses teórico-práticas sem recairmos nos generalismos, simplificações, reducionismos, dualismos, idealismos, despolitizações e consensos vazios de sentido que permeiam o debate ecológico e que inviabilizam a consolidação de propostas concretas de ruptura com a Educação Ambiental pautada na pedagogia tradicional e tecnicista e no pragmatismo ambientalista.

Nesse sentido, é importante ressaltar que possuir determinada orientação teórico-metodológico não significa acreditar que essa dê conta de todas as dimensões da realidade, como tentam fazer crer algumas propostas clássicas da modernidade iluminista (empiricismo cartesiano, positivismo), da dialética² (sob correntes dogmáticas e político-doutrinárias), no campo da interdisciplinaridade influenciada pelo monismo epistemológico³, da visão holística⁴ e da visão sistêmica tradicional⁵, funcionalista e organicista.

² Dialética: Em Hegel, significa, ao mesmo tempo: a) uma propriedade das coisas ou fenômenos que supõem ou implicam seu oposto ou contrário; b) o método pelo qual as coisas ou fenômenos são examinados em sua totalidade – como afirmação e negação. O método dialético de Marx toma a dialética hegeliana como ponto de partida, mas a inverte: contrariamente a Hegel, para Marx o mundo material não é um reflexo da “Idéia Absoluta”, mas as idéias é que são um reflexo do mundo material. Para Marx, as mudanças na sociedade capitalista têm origem nas suas próprias contradições - entre valor de uso e valor de troca, entre forças produtivas e relações sociais, entre capital e trabalho. É como resultado do desdobramento dessas contradições internas que a sociedade capitalista se transforma, quantitativamente e qualitativamente, numa outra coisa. O método dialético é aquele que toma em consideração a natureza dialética dos movimentos que constituem estas transformações. Na teoria educacional crítica, a aplicação do método dialético deveria estabelecer quais as contradições existentes entre elementos tanto da base econômica quanto da educação, na sociedade capitalista, para determinar de que modo essas contradições acabariam por se resolver em favor de um estágio social supostamente melhor e superior. Apesar da reivindicação bastante freqüente do método dialético por várias perspectivas críticas, ele foi raramente empregado neste sentido: em geral, “dialético” é, neste contexto, simplesmente sinônimo de “marxista”. (SILVA, 2000).

³ Epistemologia ou teoria do conhecimento (do grego "episteme" - ciência, conhecimento; "logos" - discurso), é um ramo da filosofia que trata dos problemas filosóficos relacionados à crença e ao conhecimento. Monismo (do grego monos, "um") às teorias filosóficas que defendem a unidade da realidade como um todo (em metafísica) ou a identidade entre mente e corpo (em filosofia da mente). Opõe-se ao dualismo ou ao pluralismo em geral. In < <http://pt.wikipedia.org>>

⁴ Holismo: 1- *Biol* Doutrina que considera o organismo vivo como um todo indecomponível. 2- Compreensão da realidade em totalidades integradas onde cada elemento de um campo considerado reflete e contém todas as dimensões do campo, conforme a indicação de um holograma, evidenciando que a parte está no todo, assim como o todo está na parte, numa inter-relação constante, dinâmica e paradoxal. (MICHAELIS, 2000, p. 1109).

Significa ainda construirmos alicerces teórico-metodológicos que, a partir da compreensão da realidade concreta, permitam o entendimento do movimento dinâmico, relações, processos e fluxos que definem a vida, num contraponto aos modelos que buscam abstratamente visualizar as relações, hipostasiando o todo e secundarizando o específico, o singular e a ação dos sujeitos na história. Em suma, a partir de um campo filosófico, político e teórico-metodológico que faça um intercâmbio entre tendências, perspectivas teóricas, e na aproximação entre visões de mundo diferenciadas, construindo uma base coerente, consistente e rigorosa para o saber ambiental.

Loureiro apropria-se de Morin e considera que um determinado posicionamento teórico pressupõe assumir um método que “ensina a aprender”, isto é, consiste em uma opção sistematizada, um modo de pensar e agir, pautado em princípios fundamentais, em um paradigma que descreva a complexidade ambiental, superando o modelo cartesiano que busca a organização eliminando a desordem, as relações múltiplas, reduzindo a ciência às simplificações lógicas abstratas. (MORIN, 2003 apud LOUREIRO, 2004a, p. 99). Dessa maneira, o método dialético consolidado no pensamento marxista é uma tradição filosófica que fornece bases consistentes para a análise da complexidade ambiental. Segundo Leff (2001, p. 44 apud LOUREIRO, 2004a, p. 99), é um método, uma produção teórica e uma atuação política que “permite explicar os efeitos do modo de produção capitalista sobre suas formas ideológicas e culturais e sobre suas bases ecológicas de sustentabilidade”.

Na dialética proposta em Marx não há relações entre seres humanos abstratos e natureza, mas sim relações entre sujeitos concretos, ou seja, indivíduos que existem em sociedade e meio natural, formando uma totalidade que é a própria natureza – isso implica entendê-la como uma categoria social e a sociedade como uma categoria natural (SCHMIDT, 1983 apud LOUREIRO, 2004a, p. 99). Assim, na dialética o intercâmbio mutuamente constituinte entre partes e todo não é exclusivamente orgânico, mas também socialmente ativo.

⁵ Visão Sistêmica Tradicional: “[...]de acordo com a visão sistêmica, as propriedades essenciais de um organismo, ou sistema vivo, são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Elas surgem das interações e das relações entre as partes. [...]”.(CAPRA, 1996, p. 40).

1.1.2 Dialética e transformação social

Loureiro vem nos trazer uma reflexão e revisão de algumas categorias conceituais no exercício e consolidação da educação emancipatória, visando à consolidação do processo de transformação social e realização do sujeito em sociedade e no mundo. Primeiramente caracteriza a visão dialética para uma educação emancipatória e progressista com base em Freire (1992, p. 101 apud LOUREIRO, 2004a, p. 112):

[...] nos indica a necessidade de recusar, como falsa, por exemplo, a compreensão da consciência como puro reflexo da objetividade material, mas ao mesmo tempo, a necessidade de rejeitar também o entendimento da consciência que lhe confere um poder determinante sobre a realidade concreta.

Analisando a tradição dialética, situa-a em dois momentos distintos: o primeiro baseado como lógica no princípio da contradição, caracterizada como uma dialética antiga que remonta os antigos gregos (dos pré-socráticos Zenão de Eléia e Heráclito ao próprio Sócrates, dentre outros) até Hegel. Entretanto, aqui se aplica o incompatível, já que transita na contradição presente no raciocínio do outro, na negação da validade de um argumento, superando-o por outro. Num segundo momento, e já a partir de Hegel, a filosofia passa a eleger o contraditório como norma do pensamento e das coisas. Esse princípio gera o movimento entre conservação e superação, ordem e desordem, permitindo o entendimento complexo da totalidade e a organização da vida.

Sendo assim, é importante destacar que a dialética em Hegel e particularmente em Marx não pode ser analisada como uma leitura de mundo baseada em forças antagônicas, contrapondo-se de forma “absoluta”. Tal assertiva se justifica, pois em Marx o antagonismo é fruto de situações inerentes à sociedade de classes. A contradição, como base, apresenta nesse contexto um movimento de superação pela negação, de transformação permanente, formando o todo, sendo inerente à história e ao movimento da natureza. Para Marx a ruptura leva à superação da contradição que gera uma nova síntese, a qual também gerará contradições.

Então a contradição é um movimento que produz história sendo indispensável nessa construção. Exemplificando, a ruptura com o modo de produção e organização social capitalista é a superação dialética e revolucionária dos antagonismos e das contradições estabelecidas, formando um novo patamar societário que apresentará suas próprias contradições, porém, distintas daquelas que definem o processo de alienação humana e coisificação da natureza.

Ainda é importante considerar a contribuição de Konder (1997 apud LOUREIRO, 2004a, p. 114) que contrapõe a metafísica a dialética, pois na primeira a essência é vista como algo imutável, embora ainda seja a lógica de pensamento dominante na história em virtude de corresponder aos interesses das elites e classes dominantes. À medida que se dá um sentido universal e absoluto a seus valores e instituições que normatizam a vida em sociedade, inviabiliza a possibilidade racional de se buscar mudanças sociais profundas.

É importante considerar que no campo do pensamento dialético Marx opera uma inversão importante em relação a Hegel, que:

[...] concebia o homem como uma consciência não corpórea, e o mundo como algo necessariamente hostil à realização do homem; Marx, ao contrário, considerava que era errado apenas o atual relacionamento do homem com o mundo: o homem tem necessidade de uma relação recíproca com os objetos externos para poder se desenvolver ou 'objetivar' a si mesmo. Para Hegel, toda objetivação é alienação; para Marx, o homem poderia superar a alienação tão-somente se objetivasse [...]. (MCLELLAN, 1987, p. 83 apud LOUREIRO, 2004a, p. 114).

Nesse sentido, a dialética Marxista vai além dessa inversão a Hegel e agrega dois outros elementos centrais. O primeiro passa a entender as verdades atemporais e a expressão das leis do pensamento puro como compreensões datadas e situadas no processo de transformação da sociedade e de realização humana enquanto ser da natureza. O segundo em relação à dimensão histórica, explicita preocupações históricas e políticas. Assim, a transformação da história humana se dá pelos próprios humanos, como seres concretos e definidos pelas relações entre as esferas da vida social (política, cultural, filosófica, etc.) entre si e destas com a condição econômica, em um movimento de constituição mútua.

Em suma, o modo como a sociedade se organizou no Capitalismo implica a coisificação, a priorização da produção sobre a vida e a exploração, devendo tal ordem ser superada e suprimida.

Partindo de Foulquié (1978) e Marx em Engels (1986 apud LOUREIRO, 2004a, p. 116), num esforço de sistematização sintética, certos princípios da dialética materialista histórica merecem destaque:

- Existe interdependência ativa entre partes do real.
- Tudo está em devir, em transformação permanente. Matéria e pensamento em repouso significam fim da vida;
- Esse movimento cria o novo, não pela evolução circular ou linear, mas pela revolução que implica mudança qualitativa e não apenas quantitativa.
- O real é intrinsecamente contraditório e é isso que garante o movimento da vida.
- Pelo caráter contraditório da história e do pensamento, as verdades são provisórias.

No que se refere especificamente à discussão acerca da relação sociedade-natureza, é possível sintetizar alguns princípios elencados em obra recente Loureiro (2003 apud LOUREIRO, 2004a, p. 116) e apresentados por Harvey (1996 apud LOUREIRO, 2004a, p. 116):

- 1- Elementos são demarcados por todos estruturados. A coisa ou o sistema estruturado devem ser entendidos e fundamentados nas relações que os constituem. Nada se define em si como parte isolada. Tudo é fluxo e processo relacional, singularidade e totalidade.
- 2- Elemento e sistema são perpetuamente constituídos e reconstituídos por múltiplos processos. Isso não significa que somos passíveis aos efeitos externos. Pelo contrário, somos interconexos, reorganizando internamente o que é apreendido do ambiente, transformando-o também.
- 3- Partes e todos são mutuamente constitutivos de cada um, o que implica dizer muito mais do que a existência de retroalimentação entre estes.
- 4- Há intercâmbio entre sujeito e objeto, causa e efeito. Logo, os organismos são sujeitos e objetos da evolução e os indivíduos humanos, sujeitos e objetos do processo de mudança social.
- 5- Mudança é a norma das coisas e sistemas e a história é feita pelo movimento permanente de transformação social, cultural, política e econômica, com profundas implicações sobre o ambiente, o sentido de natureza e de realização da natureza humana específica.

Dessa maneira, uma Educação Ambiental transformadora busca significar e reconhecer os sujeitos do processo educativo enquanto atores capazes de transformação social. Esses atores sociais estão vinculados à vida cotidiana particular e coletiva, ao modo de produção, à cultura, ao Estado, e estes devem participar com suas especificidades no trabalho pedagógico dialógico e comunicativo.

1.1.3 Complexidade e totalidade

Loureiro aproxima a teoria da complexidade e o método dialético marxista numa tentativa de construir um projeto de transformação da sociedade contemporânea, redefinindo paradigmas, modos de pensar e atuar, individual e coletivamente. Aponta, ainda, a tradição histórico-crítica como aquela que se aproxima do pensamento complexo e propõe em bases contextualizadas a concretude das alternativas de superação ao modo como vivemos em sociedade.

Justifica a assertiva citada acima com Marx (1999, p. 39 apud LOUREIRO, 2004, p. 122), “[...] o concreto é o concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso”.

Portanto, “os indivíduos, os bens produzidos e os fatos tornam-se concretos à medida que conheçamos a totalidade que define cada indivíduo, fato ou bem em relação à totalidade maior em que se inserem, num exercício complexo de totalização”. (KONDER, 2002 apud LOUREIRO, 2004, p. 122).

1.1.4 Práxis e Educação

A práxis é um aspecto decisivo para a inserção de uma visão emancipatória de educação. Essa última deve ser entendida como um potencial crítico e transformador em desvelamento da realidade, na ação política coletiva e na garantia da autonomia individual, na formulação de valores e pensamentos. Dessa maneira, não nos educamos abstratamente, mas na atividade diária humana coletiva, mediada pela natureza com sujeitos localizados temporal e espacialmente, o que constitui nossa práxis, a qual no dizer de Konder (1992 apud LOUREIRO, 2004, p. 130): “[...] é a atividade concreta pela qual o sujeito se afirma no mundo, modificando a realidade objetiva e sendo modificado, não de modo espontâneo, mecânico e repetitivo, mas reflexivo, pelo autoquestionamento, remetendo a teoria à prática”.

Já Freire (1987, p. 67 apud LOUREIRO, 2004a, p. 130) significa práxis como “ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo”.

Assim, a práxis (revolucionária) é a atividade que pressupõe sujeito livre e consciente e na qual não ocorre a dicotomia teoria e prática nem a supremacia de um dos pólos sobre o outro. Teoria descolada da realidade é uma abstração que tende a reproduzir como universal os valores e instituições vigentes, e prática sem reflexão teórica é ação ativa não consciente, pragmática e instrumental, pois permite o agir sem compreensão das contradições e mediações que a totalidade social encerra.

A práxis se refere à ação intersubjetiva, entre pessoas e dos cidadãos e não à produção material e de objetos, que se relaciona ao trabalho, ambas estando, evidentemente, interligadas. É uma atividade relativa à liberdade e às escolhas conscientes, feitas pela interação dialógica e pelas mediações que estabelecemos com o outro, a sociedade e o mundo. É, portanto, uma central para a educação e, particularmente, para a educação ambiental, uma vez que conhecer, agir e se perceber no ambiente deixa de ser um ato teórico-cognitivo e torna-se um processo que se inicia nas impressões genéricas e intuitivas e que se vai tornando complexo e concreto na práxis.

A educação não é a atividade de um sujeito pronto e constituído fora da transformação das condições objetivas. Tem de ser “[...] a atividade de um sujeito que, ao enfrentar o desafio de mudar o mundo, enfrenta também o desafio de promover sua própria transformação”. (KONDER, 1992, p. 117 apud LOUREIRO, 2004a, p. 131). O pensamento e o conhecimento corretamente trabalhados em educação são aqueles em que se compreende a realidade em seu movimento de transformação atuando sobre esta e sendo modificado por esta. A força educativa inovadora está na capacidade de trabalhar com a racionalidade e com as paixões, com a escolha e com a necessidade, com o fato objetivo e com as crenças, refletindo e agindo.

Logo, é possível afirmar que o potencial crítico e transformador da educação está no desvelamento da realidade, na ação política coletiva e na garantia da autonomia individual, na formulação de valores e pensamentos. A educação é um dos meios humanos que garantem aos sujeitos, por maior que seja o estado de miséria material e espiritual e os limites de opções dados pelas condições de vida, o sentido de realização ao atuar na história modificando-a e sendo modificado no processo de busca de construção de alternativas ao modo como nos organizamos e vivemos em sociedade.

1.1.5 Cotidianidade e ação política local e global

Diz Loureiro que se deve colocar a questão do cotidiano não só por sua relevância em Educação Ambiental, mas também porque é um tema que foi secundarizado por setores da tradição crítica. Talvez isso se explique pelo fato de se referir à esfera pessoal, particular, à consciência empírica, à observação da nossa cotidianidade ser quase sempre a ação espontânea em decorrência da dinâmica do dia-a-dia. “É na rotina cotidiana que os riscos são minimizados, passam a ser vistos como normais, e a gravidade não se explicita em função de sua imediaticidade deslocada, muitas vezes, da perspectiva de longo prazo e dos fenômenos globais”. (BERNARDES; FERREIRA, 2003 apud LOUREIRO, 2004, p. 132). Assim, diante de certas arrogâncias puritanista e regionalista, o cotidiano é visto como menor ante as grandes questões.

Além disso, é também um fato que a intelectualidade possui relativa preferência por temas mais abstratos em que o debate sobre o “eu” passa a ser eliminado pelo menos na aparência. Posicionamento esse que se manifesta na própria construção do discurso científico

que se pretende neutro, como se as verdades contidas nas pesquisas e estudo fossem formuladas sem sujeito.

Segundo tudo o que foi discutido e apresentado anteriormente, tal posicionamento é um equívoco à medida que se procurem lógica e coesão entre princípios teóricos, método, ação política e educativa. Fica absolutamente paradoxal defender as “grandes causas”, ignorando o cotidiano e o particular e querer mudar o mundo sem se transformar, quando se defende o pensamento complexo, a dialética e a práxis revolucionária.

As grandes transformações históricas só se concretizam quando são incorporadas ao modo de vida das pessoas e à sua existência cotidiana, vinculando particular ao público, o micro social ao macro social. Como nos diz Gadotti (2003, p. 24 apud LOUREIRO (2004a, p. 132): “É no cotidiano que podemos aprender a nos olhar, aprender a falar, a ouvir, a ver, a viver uma vida banal ou não. A banalidade está em não reconhecer o valor de cada instante, a só atribuir valor aos grandes momentos, aos momentos ‘heróicos’ da vida”.

A cotidianidade se refere a um lugar ocupado e habitado pela pessoa, aquilo que nos fornece um ponto concreto a partir do qual exercitamos nossa cidadania diariamente, nos relacionamos com sujeitos nomeados, em que procuramos a coerência entre desejos, pensamentos e atitudes. Cotidianidade não é rotina (fazer por fazer de modo repetitivo), mas o espaço imediato de realização e desenvolvimento do indivíduo. É preciso admitir para qualitativamente avançarmos em nossas propostas emancipatórias, que a tradição revolucionária tendeu, ao longo do século passado a enfatizar a comunidade e a ignorar o indivíduo, numa atitude alienada de reificação do coletivo e de desprezo pelo subjetivo.

Segundo Kosik (1989 apud LOUREIRO, 2004, p. 133), “há problemas que dependem e se esgotam no indivíduo concreto, não podendo ser transferidos para nenhuma organização social. O sentido revolucionário se insere no espírito crítico e na luta permanente pela democratização de todas as relações humanas e esferas de vida. Desprezar a cotidianidade e o indivíduo faz com que queiramos, paradoxalmente, transformar o mundo sem mudar anos mesmos, o que seria a suprema demonstração de vaidade ou a simplista crença de que as estruturas mudam mecanicamente os indivíduos”.

Loureiro traz em publicações anteriores (Loureiro et al., 2000; Loureiro, 2003a apud LOUREIRO, 2004a, p. 133) a importância do pressuposto da Educação Ambiental de, no processo pedagógico, partir da realidade de vida, do local, do cotidiano, na ação teórico-prática, para construir uma compreensão complexa e integrada do ambiente em suas diferentes escalas (local, regional, nacional e global). A internalização de uma visão ambiental de mundo passa, sem dúvida, pela vinculação, feita por múltiplas mediações, entre o imediato

vivido e as grandes questões globais. Não existe cidadania planetária sem que o indivíduo crie o senso de pertencimento e seja cidadão de algum lugar e de um Estado-nação, exercitando e redefinindo o próprio sentido de cidadania.

É incongruente com uma Educação Ambiental popular e transformadora, priorizar os macro problemas internacionais, ou os grandes temas ambientais, desvinculando-os do cotidiano do educando e ignorando a desigualdade social e a situação de precariedade, no acesso a direitos elementares e bens materiais básicos, vivenciadas por parcela significativa da população. Tal dissociação impossibilita a concretização de uma cidadania plena e de fato. Como nos lembra Freire (1992, p. 26 apud LOUREIRO, 2004a, p. 133), o diálogo entre saberes pressupõe o respeito ao contexto cultural, à localidade dos educandos, que é o ponto de partida para o conhecimento e a “primeira e inevitável face do mundo mesmo”. Por outro lado, por mais que se admita a relevância pedagógica como etapa inicial do educar, não cabe ficar no plano da sensibilização, do reconhecimento do ambiente de vida, da ação do universo particular e de alterações de comportamentos individuais, como coisas válidas em si e suficientes para transformações societárias. É preciso articular a cotidianidade ao macro social, em uma atuação política que gere as transformações individuais e coletivas, simultaneamente, e a possibilidade das experiências localizadas que foram bem-sucedidas se universalizarem.

1.1.6 Corporalidade e consciência da sociedade e do mundo

Loureiro diz que a divisão social do trabalho e o paradigma científico individualista-atomístico gerou um desmembramento do corpo característico das sociedades contemporâneas: o trabalho cerebral daqueles que detêm os meios de produção e as elites intelectuais é valorizado e associado aos elementos intuitivos, instintivos, e às partes “menos nobres” do ser físico- braços, pernas, ouvidos, olhos, etc. O corpo deixa de ser um todo físico, mental e espiritual e passa a se definir em partes estanques ou como simples veículo primitivo das “idéias superiores”, um objeto privilegiado para o exercício da dominação.

Como denuncia Marx em *O Capital*, na sociedade industrial capitalista, o corpo se submete ao seu ritmo veloz, à hora marcada, ao aviltamento do ritmo corporal e ao limite físico para satisfazer as necessidades da produção crescente, e o mais grave, nesta estrutura de sociedade acabamos por nos acostumar a uma condição de vida insalubre como se fosse

natural em nome do que é superior (no caso, a acumulação material privada). Tudo o que está fora dessa órbita é visto como primitivo, inferior ou como uma manifestação de preguiça e vagabundagem. Ilustrando isso, Loureiro lembra-nos que o termo “negócio” significa literalmente negação do ócio, em que a contemplação e o lazer são vistos como atividades humanas secundárias. O que vale é o mercado e a mercantilização da vida.

Nesse escopo, “o cartesianismo se afirma plenamente: o corpo e o universo variam como coisas reduzidas às propriedades mecânicas e geométricas, passíveis de serem plenamente compreendidas pelo cogito, pelo espírito. Define-se uma representação do mundo como uma ordem objetiva que pode ser dominada pela razão, e o corpo, que tem seu similar na máquina, como uma máquina regida por leis abstratas e atemporais, fora da história”. (BRANDÃO, 2003 apud LOUREIRO, 2004, p. 134).

O normal (associado ao natural) na sociedade é a divisão e a hierarquia, numa padronização cultural que expressa a dominação de todas as formas de organização social existentes pelo único modo compatível com a lógica produtiva capitalista. Assim, a “consciência de si fica reduzida ao pensamento, à ilusão de que existimos única e exclusivamente por e para este, de que podemos a tudo controlar e dominar pela razão, ignorando as múltiplas esferas que conformam o ser em sua existência e a própria racionalidade, introduzindo aí o imponderável, a desordem, o imprevisível, a intuição e a sensibilidade”. (Kehl, 2003 apud LOUREIRO, 2004a, p. 135).

Nas sociedades marcadas pela supremacia do pensamento racionalista e linear, assim como dicotomias corpo x alma e homem x natureza, são excluídos, marginalizados, ridicularizados ou tomados como exóticos, todos os segmentos sociais e vertentes culturais que se afastam destes modelos e, de alguma forma, são associados à natureza e à animalidade. O reino da padronização é também o reino da discriminação [...] as estratificações sociais através das quais indivíduos de sexo, cor, idade e cultura diferentes recebem status diferenciados, tornam-se antagonismos que apóiam e recobrem as relações de produção. (ALVES, 1995, p. 15 apud LOUREIRO, 2004a, p. 135).

Concordando com Alves (1995), e sendo coerente com a perspectiva teórico-metodológica aqui indicada para o entendimento do ambiente, Loureiro parte do princípio de que “o orgânico e o social se constituem mutuamente”. (BAVCAR, 2003 apud LOUREIRO, 2004a, p. 135). Recordando Ernst Bloch, destaca que o corpo é o centro inelutável de nossa experiência imediata de tempo e espaço, de existência, no movimento de oposição que fazemos deste às agressões exteriores, levando-nos à consciência do ser.

Ao pressupormos que natureza é vida, organização complexa e movimento, não cabe nesta qualquer sentido teleológico, de finalidade última ou de algo que se define fora dela.

Assim, o corpo só pode ser entendido como o que traz em si mesmo o inacabado, a permanente autocriação da natureza (Novaes, 2003), a unidade complexa e transformadora entre mente, consciência e sociedade. Como diria (Merleau-Ponty apud NOVAES, 2003, p. 12 apud LOUREIRO, 2004a, p. 135):

Não é o olho que vê. Não é a alma. É o corpo como totalidade aberta [...] [a visão e a audição ocorrem] na medida em que meu corpo é não uma soma de órgãos justapostos, mas uma síntese sinérgica na qual todas as funções são retomadas e ligadas ao movimento geral do ser no mundo. [...] quando digo que vejo o som, quero dizer que a vibração do som faz eco por todo meu ser sensorial.

Esse posicionamento no campo filosófico dialético vem sendo confirmado também pelas investigações das neurociências, nas quais se afirma a interdependência entre consciência e corpo, por meio da observação e análise dos efeitos cerebrais originados a partir do uso de certas substâncias ou da vivência de certas situações, alterando a percepção de si, o estado do consciente e a capacidade racional do indivíduo. (BÁRBARAS, 2003 apud LOUREIRO, 2004a, p. 136).

As tecnociências atuais, coerentemente com o modo de produção capitalista e com a fragmentação do saber, procuram afirmar o inverso tanto no campo científico quanto no filosófico. Levam ao extremo a separação entre mente-corpo, ao buscarem dominar, patentear e comercializar as informações genéticas e criar seres artificiais com o objetivo de guardar nestes toda a mente de um indivíduo, imortalizando-o.

Desconsideram que a máquina funciona e o ser humano vive, pois estrutura seu mundo, valores e corpo. Criam verdades virtuais que afastam a necessidade de aproximação física e de diálogo, mantendo apenas a interatividade em uma realidade digitalizada. No mundo imaterial, no ciberespaço, a pessoa é livre para mover-se segundo seus interesses e competências em um universo de dados, como se a natureza que a forma, mas principalmente por ser algo que se faz cada vez mais presente na ciência, na economia e na política, com implicações imprevisíveis a médio prazo sobre o planeta e o sentido do que é o ser humano e a natureza. Breton (2003 apud LOUREIRO, 2004a, p. 136), evidenciando esse problema, apresenta um conjunto impressionante de depoimentos de cientistas e especialistas em cibernética, engenharia genética e robótica em que fica explícito o quanto “o corpo biológico é visto como obsoleto, algo que limita o desenvolvimento tecnológico, a ser superado por estruturas biônicas que podem abrigar infinitamente o espírito humano”.

Em Educação Ambiental, o resgate e a defesa do princípio de indissociação entre corpo-mente-sociedade-natureza, entendidos de maneiras diversas, encontram-se em sintonia com as proposições de Paulo Freire e de autores aqui não utilizados, mas que no campo da

psicologia analisam os fenômenos por uma ótica dialética histórica (Wallon, Reich e Vigotsky), cada um com sua especificidade teórica. Além disso, tal posicionamento deve se constituir numa luta permanente contra todo uso da ciência e da tecnologia para fins que reforcem a coisificação do corpo e da natureza e a banalização da vida.

Dito isso, somos por afirmar que não há ação educativa ambiental que não seja simultaneamente afetiva, cognitiva, criativa, lúdica, dialógica e política. Na Educação Ambiental emancipatória, o desenvolvimento humano passa a ser visto em contextos específicos.

Temos por premissa que, quando as atividades corporais não se esgotam em si, e passam a fazer parte de uma proposta pedagógica, são fundamentais para despertarem o interesse e a capacidade de nos definirmos e nos percebermos como seres que compõem o ambiente e a natureza, abarcando dimensões além do cognitivo. Também são vitais para o desenvolvimento da auto-estima e do autoconhecimento diante de uma sociedade capitalista que promove a alienação em relação à natureza, em função de nossa alienação em relação a nós mesmos (indivíduo e espécie) e ao nosso trabalho. (FREDERICO, 1995; MARX, 2002; MÉSZÁROS, 1981 apud LOUREIRO, 2004a, p. 137).

As tendências críticas em Educação Ambiental, apesar de partirem de fundamentos que negam a dissociação entre as diferentes dimensões da vida Loureiro et al. (2002 apud LOUREIRO, 2004a, p. 137) tendem a “ignorar ou a pouco enfatizar o autoconhecimento a partir da consciência corporal, a percepção intuitiva de integração com o ambiente, a afetividade e a questão do cotidiano. As tendências conservadoras, ideologicamente hegemônicas e dominantes, em termos de orientação teórico-metodológica dos projetos realizados pelos diversos grupos sociais e de penetração na mídia, abordam a relação em foco de modo dual e superficial. Colocam, normalmente, o trabalho corporal associado à fase de sensibilização, e o autoconhecimento e o desenvolvimento da auto-estima como atividades que se encerram em si mesmas, desvinculadas de um projeto político-pedagógico e do entendimento do que significa e que função cumpre a educação na produção e reprodução da sociedade. Resumem o educar ao sensibilizar. Reduzem o processo educativo de tomada de consciência ao indivíduo isolado da sociedade (visão atomística) e integrado a uma natureza abstrata e descolada da história humana”.

Saber dar a devida ênfase a essa dimensão, trabalhando-a em sua vinculação dinâmica com as demais esferas do processo educativo, gerando processos emancipatórios, eis um desafio a ser enfrentado por educadores ambientais.

1.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROBLEMATIZADORA NA PERSPECTIVA DE SÍRIO LOPEZ VELASCO

Parece-me oportuno realizar uma pequena apresentação de que trata o tema do livro de Sírio Lopez Velasco “Ética para o Século XXI: Rumo ao Ecomunitarismo” (2003), já que essa obra com a de Loureiro norteará minha dissertação em relação à Educação Ambiental Transformadora/Problematizadora.

1.2.1 Parte I - Ética Argumentativa, Economia, Ecologia e Ecomunitarismo

Velasco faz a crítica ética do trabalho alienado no capitalismo, o qual consiste num regime social no qual predomina quantitativamente a relação social de “capital”. Esta relação inclui as seguintes características: a) o trabalho assalariado predomina quantitativamente sobre qualquer outra relação trabalhista entre proprietários e não proprietários dos meios de produção; b) na área de produção e intercâmbio de produtos predomina quantitativamente a porção daqueles que constituem “mercadorias” (ou seja, produtos produzidos para fins de sua venda e não de seu consumo imediato por seu primeiro dono); c) motor da produção é a busca de valorização sucessiva de um valor (de troca) dado. A seguir baseando-se em Marx sobre a crítica do trabalho alienado fordista-taylorista traz que no capitalismo o trabalhador é privado de seu produto final. E aí nós temos as inúmeras alienações: da atividade produtiva, das capacidades humanas, do trabalho, do outro homem, no assalariado “não-proletário”, inclusive do próprio capitalista, pois escolhendo pelo assalariado, aliena-se dele enquanto ser humano, na medida em que o rebaixa à condição de “destinatário-executor de ordens”, assim como pode ser um animal ou uma máquina.

Sendo assim, do ponto de vista humano, o trabalho atual que reveste em grande parte a forma capitalista padece da mesma alienação que Marx criticara nos seus “Manuscritos econômico-filosóficos de 1844”. Com efeito, pela apropriação dos meios de produção em mãos da minoria de capitalistas os assalariados estão alienados do fruto do trabalho (o qual não lhes pertence, pois é propriedade do capitalista) e também estão alienados do próprio trabalho, como se percebe pela altíssima taxa de desocupação e subocupação (segundo a Organização Internacional do Trabalho, em 2001, quando a Humanidade contava com 6

bilhões de pessoas, havia 1 bilhão de desempregados ou subempregados); essa alienação do próprio trabalho deriva do simples fato que ao não dispor dos meios de produção não é o trabalhador quem decide se irá ou não trabalhar, mas sim o capitalista. Ao mesmo tempo a apropriação privada da natureza em mãos da minoria capitalista alienou o trabalhador da mesma e fez com que esta deixasse de ser para ele fonte de recursos para sua sobrevivência e de materiais para seu trabalho.

Uma vez contratado o assalariado vê-se alienado da sua atividade produtiva, pois não é ele (e sim o capitalista ou um representante seu) quem decide o que e como fará o assalariado na empresa. Tenho feito notar que essa apropriação pelo capitalista da atividade produtiva do assalariado confunde-se com o próprio corpo deste, ao ver disciplinado seu uso pelas ordens do capitalista quanto aos movimentos cabíveis no espaço da empresa (o que faz que até o número de vezes em que o assalariado pode ir ao banheiro durante a jornada de trabalho como o tempo de permanência nele esteja estipulado pelo patrão); é no contexto do trabalho alienado (onde a demissão é sempre possível) e mais especialmente dessa apropriação temporal do próprio corpo do trabalhador pelo capitalista e seus representantes onde cabe situar o fenômeno do “assédio sexual” da assalariada por parte do patrão ou alguém que o representa.

Simultaneamente, com as dimensões anteriores do trabalho alienado, Marx criticou a alienação que nele há entre os seres humanos, tendo em vista a oposição gerada pelo fato de que tudo aquilo retirado ao trabalhador vai em benefício do capitalista. Explicita-se esse fato salientando que o capitalismo é a “guerra de todos contra todos” (que Thomas Hobbes no seu “Leviatã” acreditava ser o “estado natural”, supostamente o estágio anterior à constituição da sociedade!); com efeito no capitalismo estão em guerra trabalhadores e capitalistas por causa do valor do salário e das condições de trabalho; estão em guerra os capitalistas entre si pela dinâmica do concorrência pelos mercados e pelo acesso aos financiamentos; e estão inclusive em guerra entre si os trabalhadores, pelo direito de aceder e permanecer ao/no trabalho que é seu ganha-pão.

Faz parte dessa oposição generalizada o crescimento da indiferença recíproca e da solidão que acompanha o grau de desenvolvimento capitalista, e cujas expressões mais pungentes e trágicas se dão nas grandes urbes industriais-comerciais. À crítica marxiana do trabalho alienado acrescenta-se uma crítica das relações comunicativas vigentes na empresa capitalista, fazendo notar que ali reina o império da ordem vinda do capitalista ou de seus representantes, sendo-lhe retirada assim ao trabalhador a possibilidade de argumentar e decidir com base no melhor argumento; esta situação, que de fato animaliza o trabalhador

porquanto o coloca na situação de um ser irracional, foi caracterizada nos anos 1970 pela social democracia europeia como sendo a prova de que a cidadania não transpõe as portas da fábrica. Tais citações contrariam as três Normas Fundamentais da Ética que segundo Velasco estipulam

1.2.2 Parte II - O Ecomunitarismo e o Movimento de Ecolibertação

“Ecomunitarismo é o regime comunitário pós-capitalista capaz de organizar as relações produtivas inter-humanas, entre os seres humanos em geral e entre estes e a natureza, conforme as normas éticas que deduzimos transcendentalmente a partir da pergunta “O que devo/ devemos fazer?” (VELASCO, 2003, p.80).

Nesse tópico Velasco situa o ecomunitarismo no contexto das propostas do movimento de ecolibertação atual: biorregionalismo, ecologia profunda, o biocentrismo de esquerda, ecofeminismo, ecossocialismo e neopopulismo ecológico. Depois é abordada a epistemologia e questões estratégicas da política ecomunitarista de libertação e os principais obstáculos no caminho ao ecomunitarismo. É finalizado em duas partes as quais abordam as respostas genéricas aos obstáculos e alguns espaços e formas de ação.

1.2.3 Questões epistemológicas da libertação

Antes que Karl-Otto Apel, redescobrimo intuições de Charles Peirce, situara a comunidade de comunicação como o âmbito de onde nasce e se renova a ciência, Paulo Freire havia dado a chave da epistemologia da pedagogia da libertação com o lema: “[...] ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão mediatizados pelo mundo”. (FREIRE. 1970, Cap. II, 1983, pgs.78 e 79).

Diz Velasco que Freire rompe com o solipsismo epistemológico que, desde Descartes deixou profundas raízes na filosofia ocidental, ao propor a alternativa da construção dialogal do conhecimento como uma utopia possível à luz da luta pela superação da dicotomia opressores-oprimidos.

1.2.4 Parte III – Erótica – Pedagogia – Individuologia

Erótica

Ao referir-se à erótica, Velasco limita-se a pulsão libidinal existente nos seres humanos, mais especificamente na porção daquela que vincula indivíduos humanos entre si e cada um deles consigo mesmo.

Auto-erotismo

[...] à luz da primeira norma de ética, para o auto-erotismo, desde que vivido em situação provisória, de alternância equilibrada com o heteroerotismo (sem descartar por enquanto a variante homossexual deste), pode reivindicar-se o lugar de um complemento episódico não-nocivo da sexualidade; em particular quando o indivíduo passa por experiências questionadoras do seu “eu” ou quando não aceita nenhum “parceiro” com quem julgue digno de partilhar sua sexualidade ou não encontra correspondência num possível partner. (VELASCO, 2003: p. 202).

Heteroerotismo

Em matéria de mútuo desfrute sexual, nada pode ser eticamente questionado, desde que se enquadre no uso equilibrado de todas as fontes de prazer que envolvam exclusivamente ambos os interessados. Esse mesmo “uso equilibrado” haverá de depender daquilo que ambos entendem como tal.

Procriação

A decisão sobre a circunstância de que esse relacionamento desemboque ou não, quando se trata da união entre uma mulher e um homem, na procriação de um filho é assunto exclusivo do consenso ao qual chegam os “parceiros” (bastando a opinião de um deles para dar legitimidade à negativa de procriar; oposição esta que pode ser invocada pelo outro como motivo decisivo para anular o vínculo existente).

Homoerotismo

Assim como na relação heterossexual, o que conta à luz das três normas éticas, que apresentaremos no que segue, é o grau de liberdade consensual com que se estabelece e vigora o vínculo erótico. Os perigos que ameaçam, inclusive via neurose, tanto a liberdade individual de decisão como o consenso livre e argumentativamente estabelecido são, nesse

caso, os mesmos que pesam sobre qualquer vínculo heterossexual. Assim a Ética nada tem a objetar ao homoerotismo.

Erotismo e Pornografia

Velasco coloca-nos algumas idéias para a educação sexual para crianças, púberes, adolescentes e adultos seguindo as pegadas de Freud, menos no tocante à inferioridade atribuída à autopercepção sexual da menina em relação ao garoto no Complexo de Édipo. Assim, Velasco sugere algumas condutas, embora desconfie de algumas condutas que Freud deu ao complexo de castração e seus derivados na evolução diferenciada em ambos os sexos:

Os pais não têm por que ocultar a seus filhos suas partes genitais nem fazer mistério sobre seu uso; explicações adequadas a cada idade devem incluir com naturalidade os órgãos genitais na dinâmica do corpo como um todo e ainda no esclarecimento do processo de gestação e nascimento das crianças. Esta conduta significa responder com naturalidade à curiosidade explícita ou implícita manifestada pelas crianças (não raramente filhos de psicólogos) realizem uma verdadeira “fixação”, referindo-se obsessivamente às questões sexuais.

Desde a mais tenra infância, contextualizar o vínculo sexual dentro do universo do predicado pelas duas primeiras normas da ética, a saber, o respeito pela liberdade de decisão individual e a via do consenso livre como forma de definir qualquer questão, incluídas as de caráter sexual, atinente à nossa relação com o outro.

Na educação formal, o indicado seria trabalhar com as duas idéias recém esboçadas (por ora com a única restrição ao exercício da nudez naturalmente vivida, dado o grande tabu que ainda pesa sobre pais e ‘formadores de opinião’ a esse respeito; não quero dar a certos obscurantistas a mínima oportunidade de sair por aí propagandeando que a ética da libertação prega salas de aula com professores e alunos nus; o futuro, quiçá não superior a um século, já dirá quem enxergava mais longe). Nesse sentido, mostra-se absolutamente insuficiente o tímido tratamento que a educação sexual recebe nas escolas latino-americanas (quando ocupa ali algum espaço), que a reduz a sisudas explicações sobre os aparelhos reprodutores da mulher e do homem. Se isso é necessário, não menos é a discussão do estabelecido pelas duas primeiras normas da ética, assim como a explicação sobre os múltiplos mecanismos pelos quais parceiros que agem com base nessas normas podem desfrutar do prazer sexual compartilhado e reciprocamente proporcionado. Nesse contexto, o tratamento da masturbação deve ser completamente despenalizado, explicando e discutindo o papel que o auto-erotismo ocupa no amadurecimento e ainda na vivência adulta da sexualidade.

No caso dos adolescentes, os quais ingressam no exercício heteroerótico da sexualidade genital, deve-se somar-se às práticas anteriores o uso de sessões de vídeo, em que a partir de filmes eróticos (diferentemente de pornográficos) se possa explicar e discutir a vivência concreta do heteroerotismo. Ao mesmo tempo não poderão faltar as explicações e discussões a respeito da responsabilidade da paternidade-maternidade, dos métodos anticoncepcionais e das proteções destinadas a evitar doenças sexualmente transmissíveis, em especial, nos dias de hoje, a AIDS.

Mas essa última questão deverá ser abordada sempre sob o pano de fundo do bom e realizador que significa para o ser humano o exercício de uma sexualidade segura e livremente consentida, como parte de outras relações não menos importantes para o desenvolvimento de indivíduos sadios no seio de uma comunidade saudável. O critério do que deve ser entendido por “sadio” será redefinido ao longo das discussões que pais, educadores e analistas poderão ter com o jovem para tematizar as experiências sexuais concretas vividas até o momento por este. (VELASCO, 2005, p. 209).

Para os adultos

Como certa vez imaginou Freud no contexto de uma ação profilática antineurótica em escala comunitária, podemos imaginar aqui verdadeira instâncias de educação e reeducação sexual de adultos. Aos mesmos mecanismos descritos antes para crianças e adolescentes podemos acrescentar o uso de sessões de análise e de cursos interativos veiculados por meio da televisão, enriquecida pelos meios informáticos. Ambos podem fazer parte de atividades promovidas ou apoiadas por centros de trabalho, clubes sociais ou organizações de bairros ou conduzidas por psiquiatras, psicólogos e analistas, capazes de orientar e dar incentivo ao candidato a reeducação. (VELASCO, 2005, p. 208-210).

Pedagogia

Velasco aborda a epistemologia da Pedagogia da Libertação cuja principal meta é se libertar da “educação bancária”, e para tanto Freire propõe uma alternativa pedagógica que ele chamou de “problematizadora”, destinada a ser instrumento e componente do processo de construção de uma ordem sem opressores nem oprimidos. Essa proposta centra-se no exercício conjunto-dialogado entre educador e educando, da “conscientização”, que Freire define como “o complexo que reúne, ao mesmo tempo, o “desvelamento crítico da realidade”, vivida por ambos, e a prática transformadora em relação a essa realidade (rumo à ordem comunitária sem opressores nem oprimidos)” (FREIRE, 1982, p. 145). Depois é elucidada a Educação familiar libertadora que enfoca a análise freudiana de complexo de Édipo e, em geral, seus descobrimentos acerca da sexualidade infantil. A pedagogia problematizadora na educação forma uma proposta-piloto fundamentada na ética da libertação, a qual questiona a vinculação proposta por Freud entre educação formal e política numa sociedade dividida em classes e exemplifica uma alternativa pedagógica nas disciplinas, do ensino fundamental com

base na criatividade de cada professor, explicando no próximo item O Educador que a ética da libertação pretende ajudar a formar (traços do perfil de licenciatura) quais os pré-requisitos para que o educador sonhe com a libertação ética da educação. Para tanto se precisa investir: na relação teoria-prática, na fundamentação teórica, no trabalho coletivo e interdisciplinar, na gestão democrática e no compromisso social. Finalizando tal reflexão, é abordada a Ética da libertação e educação ambiental na educação formal: o perfil de um curso de pós-graduação, em que educação ambiental, em particular aquela que tem por cenário os espaços de educação formal, aparece como parte indispensável de uma educação problematizadora, orientada pela busca da formação de cidadãos capazes de desvelar criticamente e transformar para melhor (em qualidade) a trama das relações econômico-políticas nas quais as suas vidas estão inseridas tendo como base uma ação político-pedagógica libertadora.

A educação problematizadora, ou pedagogia da libertação se caracteriza, segundo Velasco, dentre outros, pelos seguintes traços: a) coloca os instrumentos da cultura erudita a serviço da conscientização - mobilização dos oprimidos em luta para superar o capitalismo e alcançar uma ordem sócio-ambiental sustentável constituída por indivíduos livremente associados e multilateralmente desenvolvidos e respeitosos da natureza não humana; b) toma como ponto articulador da ação pedagógica as questões ligadas à vida diária e à luta dos oprimidos a todos os níveis da realidade; c) estabelece vínculos de mútuo enriquecimento entre a cultura "erudita" e a chamada cultura "popular" (aquela que, à margem da educação formal, os oprimidos constroem no dia-a-dia das suas vidas e das suas lutas); d) supera a contradição educador-educando, propiciando a construção dialógica do conhecimento vivo (ligado ao dia-a-dia e cimentado na pesquisa e na reflexão) numa dinâmica onde ambos são educandos-educadores, porque são investigadores críticos, isto é, sujeitos desveladores da realidade social e engajados na sua transformação sócio-ambiental libertadora; e) combate, pela crítica e a auto-reflexão, o fatalismo e o assistencialismo e aposta na capacidade de luta dos e com os oprimidos para melhorar as nossas vidas e para, em última instância, superarmos o capitalismo; f) defende (e busca aplicar no dia-a-dia) a tomada democrática das decisões e visa à superação da disciplina verticalmente imposta pela autodisciplina consensualmente estabelecida e avaliada.

Individuologia

Essa reflexão começa com o indivíduo e os pós-modernos que nos situa na tradição da História da Filosofia, que cita a discussão-opção entre os “antigos” e os “modernos”. Podemos ver a Modernidade como período histórico que inicia no século XVI, tendo como

figuras filosóficas Francis Bacon e René Descartes. Seu fim eventual está em discussão a partir da consideração do pensamento autodenominado de pós-moderno, cuja aparição data dos anos 1970. Finaliza abordando que a própria História tem se encarregado de mostrar que a História não é o teatro de acontecimentos dotados de um sentido preestabelecido, mas é o cenário onde permanentemente joga-se o jogo de dados das diversas possibilidades abertas por meio da ação dos seres humanos. Também é enfatizado como o indivíduo se situa no capitalismo atual com ênfase a explicitar alguns traços característicos marcantes da vida incorporando à utopia da luta de libertação, que tem o Ecomunitarismo como horizonte regulador.

A Aposta Ecomunitarista

O Ecomunitarismo apóia-se em três normas que Velasco deduz argumentativamente da pergunta que abre o universo da ética, a saber “Que devo fazer?” Velasco(1996, Cap. 1 a 4, e 7) que estipula, respectivamente:

1) que devemos zelar pela nossa liberdade individual de decisão, 2) que devemos viver consensualmente essa liberdade, e, 3) que devemos zelar pela preservação-regeneração da natureza. A primeira norma nos obriga a lutarmos contra toda instância de repressão e/ou auto-repressão alienada nas nossas vidas. A segunda nos obriga a lutar contra qualquer relação de dominação nos relacionamentos intersubjetivos. A terceira, por fim, nos obriga a lutar contra qualquer devastação e poluição irreversível da natureza, opondo-lhes uma permanente ação de preservação e/ou conservação-recuperação da natureza (tanto humana quanto não-humana) para que os equilíbrios sistêmicos que fazem possível a vida no Planeta (e onde alcançar o braço dos humanos) se mantenham.

Assim, fica claro à luz da terceira norma da ética que a forma de trabalho ecomunitarista é aquela na qual se preserva a saúde produtiva tanto do ser humano quanto do restante da natureza. Para o ser humano isto significa atividade livre, cooperativa, variada e com retorno garantido das necessidades de cada indivíduo, para que seja possível seu desenvolvimento pleno. Para o restante da natureza significa permanente cuidado e carinho preservador-regenerador por parte dos humanos. No plano erótico as três normas exigem a abolição dos preconceitos contra a masturbação (em especial a juvenil, cuja repressão causa tantos traumas) e contra a homossexualidade (na medida em que não interessa o sexo dos parceiros e sim o tipo de relação não-opressora mantida por ambos) e a promoção de uma sexualidade voltada ao prazer compartilhado e vivenciado sem culpas por parceiros livres para escolher (pelo qual não têm amparo ético as práticas que usam de coação ou drogas, ou

ainda os relacionamentos com animais ou menores, porquanto em todos esses casos há seres vivos sem real capacidade de livre escolha).

No plano pedagógico a alternativa proposta supõe a superação da educação bancária pela educação problematizadora que faz de educador e educando agentes de constante desvelamento crítico da realidade e de ação transformadora desta rumo ao ecomunitarismo, numa relação dialógica na qual o educador sabe ser educando e este último também é aceito pelo primeiro como educador. (FREIRE, 1992).

No plano político, o ecomunitarismo supõe a participação e poder de decisão efetivos do cidadão em cada assunto que diga respeito a sua vida, tanto no plano local, como no regional, nacional e mundial numa sucessão de instâncias nas quais as funções diretivas que se fizerem necessárias deverão prestar contas aos cidadãos, que poderão mudar os dirigentes a qualquer momento, e nas quais os próprios cargos serão ocupados em sistema de rodízio permanente para se evitar a eternização de poucas pessoas em tais funções.

Já no que diz respeito ao restante da natureza as três normas éticas exigem uma produção distribuição-consumo que aplique, fundamentada na maior frugalidade compatível com o pleno desenvolvimento de cada indivíduo, o princípio das "Três R", ou seja, Reduzir, Reutilizar e Reciclar, ao máximo possível, os recursos naturais utilizados e os resíduos gerados, zelando também para que os primeiros sejam na sua maioria de caráter renovável, poupando os não-renováveis a escala humana (como é o caso do petróleo e os minérios extraídos da terra).

Rumo ao Ecomunitarismo a Co-Pedagogia da Libertação

Para se alcançar o ecomunitarismo a ação de liderança individual e coletiva deve estar fundamentada nas três normas da ética, em especial nas duas primeiras. A ação recíproca dos líderes e destes em relação ao total dos indivíduos deve pautar-se por um diálogo nunca terminado, em que se processa o desvelamento crítico da realidade, antes, durante e depois dos atos compartilhados. Também quer dizer, segundo Velasco, que os cargos de liderança devem ser rotativos e que os liderados, reunidos para tal (no mesmo espaço físico ou mercê dos meios de comunicação), podem mudar os responsáveis a qualquer momento e sempre que considerem que há motivos para fazê-lo.

No que diz respeito à educação formal, várias observações precisam ser feitas. A primeira é que, mais especialmente no primeiro e segundo graus, seria ingênuo considerar em condições de "igualdade" professor e alunos. O usual é que o professor, por sê-lo, tenha mais "conhecimentos" (científicos e "de vida") do que o aluno. A autoridade que lhe confere a

educação formal se baseia nessa sua habitual superioridade em matéria de conhecimentos científicos, e ela espera que por meio da ação docente possa passar aos alunos o patrimônio acumulado pela cultura, da qual é detentor o professor.

Mas, enquanto guardião de parte do saber acumulado pela cultura, o professor nunca poderá confundir tal liberdade concedida ao aluno com o *laissez-faire* em matéria de conhecimentos e ignorância. Com ou sem postura ecomunitarista, o aluno só poderá contribuir para a cultura da qual faz parte se for capaz de dominar os fundamentos do acervo que constitui sua tradição, na área de que se tratar (física, medicina, pedagogia, etc.). Por isso, enquanto houver avaliação e enquanto pelo menos em parte essa for destinada à difícil decisão de aprovar ou reprovar, o educador da libertação não poderá furtar-se a desempenhar o papel que também lhe cabe em tão delicado assunto.

O discurso ecomunitarista espera contar com a dinâmica dos impulsos provenientes do *id*, mas submetidos ao *ego*. Só que ela privilegia a estratégia modificadora do mundo como via para que o indivíduo realize seu desejo de prazer; mas essa estratégia ganha fundamento e legitimidade a partir e no limite do estipulado pelas três normas da ética.

Por isso a prédica ecomunitarista não é unilateralmente racionalista, mas parte de e postula uma vivência equilibrada de paixão e razão, prazer gozado e prazer sublimado. Tudo isso com resultado de construção e reconstrução, orientada pelas normas da ética e os QRC* (Quase-Raciocínios Causais de cada caso, das relações entre sujeitos dialogantes (ou seja não atomizados e não-monádicos).

QRC (Quase Raciocínio Causal) é uma expressão lingüística complexa articulada em torno do conectivo “por que” e na qual a parte que segue o conectivo “por que” e na qual a parte que segue o conectivo é um “enunciado”, assim como o entende a lógica clássica (ou seja, uma frase declarativa susceptível de um só valor de verdade, o verdadeiro ou falso), ao passo que a parte que o precede é um ‘obrigativo’ (na forma em que aqui tenho anteriormente caracterizado este ato lingüístico). (VELASCO, 2003, p. 29).

O indivíduo do ecomunitarismo

Velasco (2005, p. 125-126) diz:

desenvolve e reforça, a partir de relações intersubjetivas pautadas pelas normas da ética e QRC, uma libido não-repressiva para com os outros e para consigo mesmo, alcançando uma expansão multilateral. O não-trabalho que realiza, ocupando-lhe um tempo sempre decrescente, é a expressão alternada e rotativa de suas aptidões e vocações, segundo o acordo comunitário consensual, [...].

O restante do tempo é o espaço da liberdade, conquistado além da necessidade e usado para o gozo. Essa vivência sem culpa do prazer praticada a sós com a natureza e/ ou compartilhada com outros, não admite mais limites do que os estabelecidos pelas três normas éticas e/ ou outros QRC. Mas, ao serem aquelas a estes elaborados e renováveis pelos próprios sujeitos em atitude argumentativo-dialogal, orientada pelo “direito do prazer” que todos se reconhece como “necessidade”, o próprio “princípio de realidade” assume formas não-repressivas. Essa vivência do prazer reconhece e integra o ócio e, inclusive, o desejo do nirvana.

No ecomunitarismo o dia-a-dia diz: que o indivíduo seja!

1.3 OUTROS ASPECTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**PROBLEMATIZADORA/TRANSFORMADORA NA PERSPECTIVA DE SIRIO
LOPEZ VELASCO**

É importante buscar a concepção de VELASCO (2005) no que tange o conceito de educação ambiental. Ele a define a partir da concepção freireana da educação e do horizonte utópico rumo ao qual entende que a humanidade deve orientar a sua caminhada na História. Freire diz na Pedagogia do Oprimido que educar-se é conscientizar-se, e que "conscientização" significa desvelamento crítico das instâncias de dominação existentes na realidade e transformação dessa mesma realidade rumo a uma sociedade sem opressores nem oprimidos.

Para elucidar o já exposto anteriormente torna-se indispensável se pensar numa nova ordem sócio-ambiental, na qual os seres humanos tenham uma interação fraterna entre si e também com o restante da natureza, visando à preservação ou a permanente regeneração da natureza não-humana. Isso significa que cada indivíduo deve receber do esforço conjunto da família humana tudo aquilo que supra as suas necessidades, sendo que o limite dessas é caracterizado pelo acordo consensual entre os seres humanos e pela exigência de um intercâmbio produtivo sustentável com o restante da natureza.

Assim, faz-se necessário uma economia preferencialmente baseada em recursos renováveis a escala humana (como no plano energético o são as fontes solar e eólica), capaz de zelar pela permanente redução, reutilização e reciclagem dos resíduos (as "três R") até os limites últimos da tecnologia e da física; além da prática das "três R", é bom frisar que os

resíduos, já reduzidos em quantidade, terão que ter ao máximo caráter biodegradável e/ou passar pelos processos de tratamento capazes de eliminar ou pelo menos minimizar os seus efeitos poluentes.

Buscando exemplificar uma visão abrangente de "meio ambiente", Velasco (2003) traz um exemplo ocorrido em nossa cidade através dos danos causados pelo navio "Bahamas". Assim, conclui que se ficássemos com uma visão reducionista de "meio ambiente" poderíamos julgar que, se por efeito direto da descarga da mistura ácida o "Bahamas" não acarretou a morte de quantidades consideráveis de organismos vegetais ou animais, então não foi responsável por "dano ambiental". Por outro lado, se considerarmos que o "meio ambiente" envolve de maneira indissolúvel os fatores sociais, psicológicos e físico-não-humanos situados num certo espaço-tempo, e constatarmos que durante quase um ano toda uma comunidade de pescadores e comerciantes de frutos do mar foram prejudicados na sua vida em decorrência do incidente do navio, então chegaremos à conclusão que houve sim importante dano ambiental no referido caso.

Com essa concepção há a necessidade de superar as relações comunicativas existentes em contextos sociais de opressão. Velasco aponta a “educação bancária” criticada por Freire como instrumento fundamental na preservação de geração em geração da redução dos sujeitos pertencentes às classes subalternas a simples objetos a serviço do suposto bem-estar e do poder exercido pelas classes dominantes. Contra essa educação bancária Freire propõe uma alternativa pedagógica que ele chamou de ‘problematizadora’, a qual se revela como um instrumento e componente indispensável no processo de construção de uma ordem sem opressores nem oprimidos. Tal proposta prioriza o exercício conjunto-dialogado entre educador e educando, da ‘conscientização’, que Freire define como o “complexo que reúne concomitantemente o ‘desvelamento crítico da realidade’ vivida por ambos, e a prática transformadora em relação a essa realidade (rumo à ordem comunitária sem opressores nem oprimidos)” (FREIRE, 1982, p. 145).

Assim, a educação ambiental é um mútuo conscientizar-se, feito de reflexão e ação, visando à construção dessa ordem sócio-ambiental sustentável de reconciliação planetária. Mas para isso precisamos nos libertar da educação bancária, a qual se verifica como principais características, conforme Freire (2006, 1983, p.68):

- a. o educador é o que educa, e os educandos os que são educados;
- b. o educador é o que sabe, os educandos os que não sabem;
- c. o educador é o que pensa, os educando os pensados;
- d. o educador é o que diz a palavra, os educandos os que escutam docilmente;
- e. o educador é o que disciplina, os educandos os disciplinados; ...

- f. o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que se opõe antagonicamente à liberdade dos educandos, esses devem adaptar-se às determinações daquele;
- j- o educador, finalmente, é o sujeito do processo, os educandos meros objetos.

Nesse sentido, com base em autores como Paulo Freire e Dermeval Saviani, Velasco, (2005, p .213) define a pedagogia problematizadora, ou da libertação, como aquela que:

- ✓ põe os instrumentos da cultura erudita a serviço da conscientização-mobilização dos oprimidos em luta para superar o capitalismo e alcançar uma ordem comunitária, constituída por indivíduos livremente associados e multilateralmente desenvolvidos;
- ✓ toma como ponto articulador da ação pedagógica as questões vinculadas à vida diária e à luta dos oprimidos;
- ✓ estabelece vínculos de mútuo enriquecimento entre a cultura “erudita” e a chamada cultura “popular” (aquela que, à margem da educação formal, os oprimidos constroem no dia-a-dia de sua vida e de suas lutas);
- ✓ supera a contradição educador-educando, propiciando a construção dialógica do conhecimento vivo (vinculado ao dia-a-dia e alicerçado na investigação e na reflexão) em uma dinâmica onde ambos são educandos-educadores, porque são investigadores críticos, ou seja, sujeitos desveladores da realidade social e comprometidos (engagés) em sua transformação libertadora;
- ✓ combate, por meio da crítica e da auto-reflexão, o fatalismo e o assistencialismo e aposta na capacidade de luta dos e com os oprimidos para melhorar nossas vidas e para, em última instância, superar o capitalismo;
- ✓ defende (e busca aplicar no dia-a-dia) a tomada democrática das decisões e aponta para a superação da disciplina verticalmente imposta pela autodisciplina consensualmente estabelecida e avaliada.

Velasco (2005) diz que Freire fala em uma realidade velada, pois na sua apreensão ingênua, ou seja, acrítica e alienada ficam ocultos os mecanismos sociais de dominação-repressão que articulam o seu coração mesmo. Por isso as “consciências imersas” nessa visão das aparências devem “emergir” no processo de descobrimento dos mecanismos encobertos. Porém esta emergência não será possível nem satisfatória se o processo de compreensão intelectual não for acompanhado da ação transformadora que visa à superação daqueles mecanismos sobre os quais se assenta a dicotomia entre opressores e oprimidos e cuja superação permite a própria superação daquela dicotomia.

Velasco (2005) lembra que Dermeval Saviani propõe uma alternativa pedagógica centrada em um método constituído de cinco “passos”, contrapondo-se à desvinculação existente hoje entre os conteúdos programáticos desenvolvidos na escola e a realidade vivida por professores e alunos. Nesses, a prática social do professor e dos alunos é o primeiro e último momento, a origem e o destino que dá razão de ser ao processo de ensino-aprendizagem. O segundo momento é o da “problematização”, ou seja, o da detecção das questões que necessitam ser resolvidas no âmbito da prática social e, portanto, dos

conhecimentos que é preciso dominar para tal fim. Esses conhecimentos são o objeto de trabalho do terceiro momento, o da “instrumentalização”, consistindo no estudo dos instrumentos fornecidos pela cultura, aptos para tratar das questões levantadas. No quarto momento, ocorre a “cartase”, entendida como “efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados agora em elementos ativos de transformação social”. (SAVIANI, 1983, p. 73-75).

A lei 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) consegue dar uma produtiva idéia geral da pretensão mais-que-disciplinar em EA quando no seu Art. 10 estipula que "A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal". (BRASIL, 1999).

Para Velasco (2005) a lei comete um equívoco quando, defendendo o caráter mais-que-disciplinar da EA parte para a pura e simples proibição da criação de uma disciplina de EA em outro espaço que não seja os dos "cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental".

A esse respeito o Art. 10 diz literalmente: "§ 1.o A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino; § 2.o Nos cursos de pós-graduação, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica". (BRASIL, 1999).

Sendo assim, essa abordagem leva-nos para o domínio da multi, da inter e da transdisciplinariedade (todos os termos que aparecem num ou noutro trecho da lei). Acontece que há divergências quanto à conceitualização destes três termos. Na especificação dessa idéia geral Velasco acredita que a seguinte caracterização, inspirada do documento que estipula a "Estratégia Nacional de EA" em Cuba (ENEA, 1997), encaminha corretamente a discussão e aplicação dos termos antes citados (sem pretender resolver definitivamente a questão, que fica ainda em aberto, na busca do uso dos termos que se achar mais conveniente):

A Multidisciplinaridade

Caracteriza uma situação na qual, embora não exista coordenação entre diversas disciplinas, cada uma delas participa desde a perspectiva do seu próprio quadro teórico-metodológico ao estudo e tratamento de um dado fenômeno. [Se entendermos por disciplina, conforme o *Aurélio* "qualquer ramo do conhecimento científico", ou, ainda "conjunto de conhecimentos em cada cadeira dum estabelecimento de ensino", podemos dizer que os cursos de Pedagogia que conhecemos são multidisciplinares; com efeito, definido o objetivo

que é formar educadores, ou simplesmente professores, supõe-se que é necessário para tal que o aluno conheça o ser humano, entre outros, os assuntos relativos à sua psicologia e desenvolvimento, às suas formas de aprender, e às circunstâncias positivas e problemáticas da sua existência social; e assim o curso oferece as disciplinas de Filosofia, Psicologia, Didática e Sociologia, que mesmo sem interagirem na programação dos seus conteúdos, nem na suas referências teórico-metodológicas, dão ao aluno de forma multidisciplinar o desejado conhecimento sobre algumas dimensões do que é o ser humano].

A Interdisciplinaridade

Significa que as disciplinas em questão, apesar de partirem cada uma do seu quadro referencial teórico-metodológico, estão em situação de mútua coordenação e cooperação e estão engajadas num processo de construção de referenciais conceituais e metodológicos consensuais.

A Transdisciplinariedade

Caracteriza a situação na qual esses referenciais consensuais têm sido construídos e propiciam a re-acomodação, com relativa desapareção, de cada "disciplina" envolvida no estudo e tratamento do fenômeno considerado. A essa caracterização o autor acrescenta que a "transdisciplinariedade" em EA pode ser entendida também, num sentido menos ambicioso que o recém esboçado, como o fato da educação ambiental ter que permear-ligar, como grande "tema transversal", todos os espaços educacionais (na educação formal, todos os conteúdos); para visualizar com clareza o que está sendo exposto, isto serve a analogia da (nefasta) estrada "transamazônica", assim chamada pelo fato de atravessar o espaço amazônico estabelecendo contato entre suas partes.; de maneira análoga a EA está chamada a atravessar-ligar todas as atividades educacionais (e na educação formal todas as disciplinas e conteúdos).

A lei que institui a PNEA combina educação formal e não-formal; assim, embora esquecendo a educação informal que é aquela do dia a dia, que acontece pelo simples contato direto ou indireto entre os seres humanos, a lei vem de fato responsabilizar toda a sociedade, através das mais diversas esferas organizativas, pela educação ambiental.

Diz o artigo Art. 2.

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal

(sublinhado meu, que pauta a responsabilidade de toda a sociedade para com a EA). (BRASIL, 1999).

E o Art. 3. especifica :

Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo: I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem; III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação; V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente; VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais . (BRASIL, 1999).

Velasco(2005) diz que:

a) O Art. 205 da Constituição Federal diz "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho"; já o Art. 225 reza no seu *caput*: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", e no seu inciso VI estabelece que incumbe ao poder Público "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente". b) Lembre-se que compõem o Sisnama (conforme a lei nº 6938 que institui a Política Nacional do meio Ambiente em 31/08/1981, Art. 6): "Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito federal, dos Territórios e Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental". Alguns desses órgãos são os Conselhos de Meio Ambiente a nível federal, estadual e municipal, as Comissões do âmbito legislativo federal, estadual ou municipal voltadas total ou parcialmente ao meio Ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e, no Rio Grande do Sul, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM).

Na Educação Formal, a lei deixa muito clara a sua abrangência quando na sua Seção II, Art. 9 diz:

Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

- a) educação infantil;
- b) ensino fundamental e
- c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos. (BRASIL, 1999).

Como se percebe, e para ficarmos só na esfera das nossas obrigações como universitários, a lei exige que todos os cursos da Universidade (em especial as licenciaturas e pós-graduações formadoras de professores) revisem os seus currículos para fazer com que o elo transversal da EA os permeie, enriquecendo-os; com efeito, o Art. 11 estipula que: "A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas". (BRASIL, 1999).

Similar desafio está lançado às escolas, sejam elas do ensino infantil, fundamental, médio, ou técnicas (com responsabilização especial dos atuais cursos de Magistério e/ou dos seus sucessores).

Na Educação Não-Formal

A abrangência das responsabilidades atribuídas pela lei em matéria de EA não-formal, fica clara, apesar de algumas fraquezas conceituais, na Seção III, Art. 13, ao estipular que

Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará: I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente; II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal; III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais; IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação; V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação; VI - a sensibilização ambiental dos agricultores; VII - o ecoturismo. (BRASIL, 1999).

Velasco, 2005 [...] traz a ação pedagógica/política para além da esfera familiar e da educação formal, e estende-a para todos os espaços das relações humanas (entre eles, as ações

de bairro, dos movimentos e organizações culturais e sociais não governamentais, incluindo as das “minorias”, as sindicais, políticas e aquelas realizadas por intermédio dos diversos meios de comunicação, a mídia). Por outro lado, aponta que o desafio maior na direção do Ecomunitarismo no que tange os princípios da pedagogia problematizadora é justamente a superação da dicotomia dirigentes-dirigidos.

A ruptura dessa dicotomia no primeiro dos espaços que representa a esfera familiar e a educação formal significa construir mediante a democracia direta, horizontal e consensualmente, à luz das duas primeiras normas da ética, as decisões e as ações libertadoras, e simultaneamente, exercer a alternância constante nas funções de direção representativa que se julgarem imprescindíveis. Também propõe superar a dicotomia entre os “formadores de opinião” e os outros, a imensa maioria que, supostamente manifesta uma opinião formada “sua”, mas que, na realidade tem sido formada por outros.

Ainda com base no Cap. III do vol. II de “Ética da Libertação” Velasco (1996) e tendo o horizonte guia o ecomunitarismo, no processo de libertação, tem de haver a ação de líderes individuais e coletivos. Fundamentada nas três normas da ética e, sobretudo nas duas primeiras a ação recíproca dos líderes e a destes com o total dos indivíduos deve pautar-se por um diálogo nunca terminado, em que se processa o desvelamento crítico da realidade antes, durante e depois das ações compartilhadas. Dessa maneira, os cargos de liderança devem ser rotativos e que os liderados possam mudar os responsáveis a qualquer momento e sempre que considerem que haja motivos para fazê-lo.

Em relação à educação familiar é interessante notar que Velasco observa de acordo com Freud (cfr.vol. II, cap. I de Ética de la Liberación) que o segredo da ação pedagógica, na qual os pais ocupam uma clara posição de liderança em relação à primeira infância, reside em combinar o “deixar ser” e a autoridade mediante argumentos que estejam ao alcance do estágio intelectual-moral da criança. Assim, nesse processo de socialização, em que o princípio do prazer tem sido convenientemente encaminhado rumo ao princípio da realidade, somente na puberdade se deve esperar que a dose de autoridade paterno-materna pode começar a decrescer progressivamente para dar lugar a um diálogo entre iguais, em que somente haverá de valer o melhor argumento.

Nesse sentido é importante fazer referência à educação familiar libertadora, que para Velasco passa pela análise freudiana do complexo de Édipo e por isso resume essa questão valendo-se de um texto-chave do criador da psicanálise, acrescentando alguns adendos e reparos críticos.

Diz Freud que a missão primeira da educação é propiciar a criança a dominar seus instintos. É impossível deixá-la em liberdade de seguir sem restrição alguma seus impulsos. Isso constituiria um experimento muito instrutivo para os psicólogos; mas tornaria impossível a vida dos pais e acarretaria às próprias crianças graves prejuízos, como se demonstraria em parte imediatamente, em parte em anos posteriores. Dessa forma, pois, a educação tem forçosamente que coibir, proibir e submeter, e assim tem feito amplamente em todos os tempos. Entretanto a psicanálise nos tem mostrado que precisamente essa sujeição dos instintos traz consigo o perigo da doença neurótica. Em decorrência disso, a educação tem que buscar seu caminho entre o limite de deixar fazer e o limite da proibição. E se o problema não for insolúvel, será possível achar para a educação um limite ótimo, o qual possa dar à criança um máximo de benefício, causando-lhe um mínimo de danos. Tratar-se-á, pois, de decidir o quanto se pode proibir, em que épocas e com quais meios. E também terá de levar-se em conta que os objetos da influência educadora possuem disposições constitucionais muito diversas, fazendo com que um mesmo método não possa ser igualmente bom para todas as crianças. Se (educação) encontra o caminho ideal da sua missão, poderá acalantar a esperança de extinguir um dos fatores da etiologia da doença: a influência dos traumas infantis acidentais. O poder de uma constituição violenta dos instintos nunca será suprimido. Se pensarmos nos difíceis problemas que se colocam para o educador descobrir a peculiaridade constitucional da criança; adivinhar, guiando-se por signos apenas perceptíveis, o que se desenvolve na sua vida anímica; dar-lhe a justa medida de carinho e conservar, não obstante, autoridade eficaz-, se pensarmos em todos esses problemas difíceis, haveremos de reconhecer que a única preparação adequada para a profissão de educador é uma preparação psicanalítica fundamental, a qual deverá compreender a análise de próprio sujeito, pois sem experiência da própria pessoa não é possível assimilar a psicanálise. A análise dos professores e educadores parece ser uma medida profilática mais eficaz ainda que a das crianças e menos difícil de levar à prática. Citaremos, *en passant*, uma promoção indireta da educação por meio da análise, que pode alcançar algum dia máxima influência. “Os pais que tem passado pela análise e devem a ela muitas coisas, entre elas o conhecimento dos defeitos de sua própria educação, educarão muito mais compreensivamente os seus filhos e lhes pouparão muitos danos que a eles não lhes foram poupados” (FREUD, “Nuevas Aportaciones al Psicoanálisis; 7: Aclaraciones, Aplicaciones y Observaciones”, 1932 in FREUD (1968, vol. II, p. 949 apud VELASCO, 2003, p. 210).

A esse texto Velasco (2005, p. 215) crê necessário acrescentar que:

- a) não seria mau se o ecomunitarismo pautasse sua política de saúde pública pela inclusão da psicanálise como serviço acessível a todos os pais que o desejassem para si e para seus filhos;
- b) a determinação de “quando se deve proibir, em que épocas e com quais meios” deve ser feita com o auxílio das contribuições dos analistas e também dos descobrimentos de Piaget em relação aos estágios evolutivos do entendimento infantil (que o levam da inteligência sensório-motora à das operações formais, passando pelas fases pré-operatória e a das operações concretas; cf. Piaget, in Piattelli-Palmarini, M., 1979, “1”), de forma que aquilo que há de se proibir seja sempre que possível de forma argumentada, como exige a segunda norma da ética;
- c) a autoridade que não colide com o carinho é aquela que precisamente se estabelece com base na argumentação exigida pela segunda norma orientada para- e é acompanhada- o desenvolvimento da liberdade individual da criança, em conformidade com a primeira norma;
- d) a observação feita aqui sobre os professores e “educadores” é completada com posições das quais discordo, como terei ocasião de mostrar a seguir, ao me referir à mencionada seqüência de presente texto freudiano.

Assim, segundo Velasco, a educação ambiental, em particular aquela que tem por cenário os espaços da educação formal, aparece como parte indissociável de uma educação problematizadora, orientada pela busca da formação de cidadãos capazes de desvelar criticamente e transformar para melhor (em qualidade) a trama das relações econômico-políticas nas quais as suas vidas estão inseridas. Para tal problematização, a contribuição das ciências críticas, auxiliadas pelos subsídios provenientes das ciências naturais e das ciências humanas empírico-analíticas, mostra-se como sendo indispensável. Além disso, para que possamos ter uma pedagogia problematizadora na educação formal é necessária a criatividade de cada educador e Velasco (2005, p. 221) propõe algumas idéias importantes nesse processo:

- ✓ vincular os conteúdos trabalhados a questões da realidade socioeconômica brasileira atual, de tal forma que eles venham a instrumentalizar uma compreensão aprofundada e refletida da mesma a possibilitar um posicionamento crítico- transformador a seu respeito;
- ✓ reservar espaços para a discussão dessas questões sem medo de se afastar do tratamento “técnico científico” dos conteúdos, pois sem isso estes caem no vazio;
- ✓ fundamentar o tratamento “técnico” dos conteúdos e a discussão das questões socioeconômicas a eles ligadas na pesquisa experimental, de campo e bibliográfica;
- ✓ incentivar o trabalho coletivo e não a concorrência individualista entre os alunos e o diálogo professor-aluno como instrumento da “reconstrução” dos conhecimentos e posicionamentos;
- ✓ incentivar as posturas de reivindicação e de proposta dos alunos no âmbito da escola, no bairro da escola, no bairro da residência do aluno, na cidade e no país como um todo, exercitando a cobrança em relação aos gestores e governantes dos diversos escalões;
- ✓ promover o diálogo e a discussão em sala de aula e fora desta com pessoas portadoras de experiência vital ou especialização particularmente relevante (como, por exemplo, agricultores, pescadores, médicos, ex-

drogados, anciãos, ecologistas, etc.), diretamente envolvidas nas questões estudadas- discutidas.

Parece-me oportuno referenciar, segundo Velasco, o educador que a ética da libertação pretende ajudar a formar para que a educação possa ser problematizadora, inclusive no âmbito ambiental.

Diz Velasco (2005, p. 228):

1- Inspirando-se na chamada Base Comum Nacional para a Formação dos Educadores (BCN), definida por volta de 1989, o curso pretendeu formar professores capazes de pôr em prática uma pedagogia problematizadora, conforme caracterização de Paulo Freire. Resumindo numa frase o que entendo por tal pedagogia, diria que, fazendo da “educação” o sinônimo de “conscientização”, ela se propõe a fazer com que o educador e educando desenvolvam o desvelamento crítico do mundo simultaneamente com a ação engajada na transformação desse rumo a uma ordem sem opressores nem oprimidos.

O desenvolvimento da competência científica dos educandos dar-se-á com base em três idéias epistemológicas reguladoras definidas pela BCN (a relação teoria- prática, a fundamentação teórica e o trabalho coletivo e interdisciplinar) e privilegiará os conteúdos que os futuros professores deverão de trabalhar em sala de aula.

Nessa abordagem, a educação ambiental supõe a crítica da presente crise ecológica, ameaça tangível à própria sobrevivência da humanidade, e a busca de relações alternativas para o complexo formado pelos vínculos entre os homens e entre estes e a natureza, visando o desenvolvimento multilateral dos seres humanos no contexto de uma interação preservadora-regeneradora da natureza, da qual faça parte à perspectiva estética.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: OS DIFERENTES CONCEITOS

O Desenvolvimento Sustentável (DS) já foi definido e descrito de várias formas. Não se trata de uma noção fixa, mas um processo de mudança das relações entre sistemas e os processos sociais, econômicos e naturais. Para Campos (1999) que faz referência ao relatório com o título *Nosso Futuro Comum*, tem-se como conceito de Desenvolvimento Sustentável aquele desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias. Este conceito parece fácil de concordar-se, sendo puro bom senso, mas é extremamente complexo e controvertido quando se tenta aplicá-lo no cotidiano.

A terminologia desenvolvimento é descrita segundo a Organização das Nações Unidas – ONU, citada por Boff (1999a), como sendo um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa o constante melhoramento do bem-estar de toda a população e de cada ser humano, na base de sua participação ativa, livre e significativa e na justa distribuição dos benefícios resultantes dele. Portanto, o desenvolvimento tem por objetivo tornar melhor as fases do desenvolvimento do ser humano enquanto ser humano, implicando isso em vida saudável, acesso à educação, participação política, democracia social e participativa, garantia dos direitos humanos e outros.

Para Boff (1999a), sustentável é a sociedade ou o planeta que produz o suficiente para si e para os seres do ecossistema, onde ela se situa; aquela que pega da natureza só o que essa natureza pode repor; que mostra um sentido de solidariedade, ao preservar para as sociedades futuras os recursos naturais de que elas necessitarão. Na prática, a sociedade deve mostrar-se capaz de assumir novos hábitos e de projetar um tipo de desenvolvimento que cultive o cuidado com os equilíbrios ecológicos e funcione dentro dos limites impostos pela natureza.

Desenvolvimento Sustentável (DS), que pode ser definido como “[...] equilíbrio entre tecnologia e ambiente, relevando-se os diversos grupos sociais de uma nação e também dos diferentes países na busca da equidade e justiça social”. (VARGAS, 2002, p. 229)

Na década de 1980, vinte e um países membros da ONU formaram uma comissão presidida pela senhora Gro Harlem Brundtland que pesquisou a situação de degradação ambiental e econômica do planeta. Esse estudo ficou conhecido como “Relatório Brundtland”

ou “Nosso Futuro Comum”. Segundo Herculano apud BRITO, 2002) no referido relatório surge à sistematização de certo conceito de desenvolvimento sustentável que é defendido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras também atender às suas. MEDINA (1996) complementa essa definição acrescentando que a satisfação das necessidades do Norte devem ser alcançadas de modo a não comprometer os níveis de sustentabilidade atuais e futuras do Sul. SACHS (1993) inclui nessa análise os países do Leste que hoje têm problemas ambientais que se assemelham aos do Sul. Desse modo, o desenvolvimento sustentável envolve mudanças de pensamento e comportamento, constituindo uma preocupação com a espécie humana, colocando o indivíduo enquanto sujeito/objeto, na construção de uma sociedade sustentável.

Esse entendimento recai na garantia da viabilização de que os recursos sejam preservados e/ou utilizados de forma racional, sem comprometer a *capacidade de suporte*⁶ dos ecossistemas. Para tanto, os princípios para o desenvolvimento sustentável, a priori, devem envolver três dimensões: dimensão ecológica, social/ética e política (SACHS, 1993).

No Brasil, a PNEA (Política Nacional de Educação Ambiental) (lei 9.795/99) em seu artigo 4 reivindica: “A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade”; e isto a escala local, regional, nacional e global.

Nesse contexto Ely (1992, p. 19) nos diz:

Entendo por desenvolvimento, para uma sociedade particular, comunidade, município, estado, país, região (mercado comum), enfim para o planeta terra, melhorar o bem-estar e a qualidade de vida individual e coletiva para as atuais e futuras gerações, fruto da integração harmônica entre os sistemas político, econômico, social e natural, reproduzindo a qualidade ambiental, o habitat humano, que permita o desenvolvimento integral, biológico, social e psicológico do ser humano.

Já o Princípio 8 da Carta da Terra diz: “A fim de promover o desenvolvimento sustentável e uma melhor qualidade de vida para todos os povos, os Estados e deverão reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e adotar medidas demográficas apropriadas”. (DIAS, 1992, p. 272)

A Agenda 21 nos traz a seguinte frase: “A humanidade de hoje tem a habilidade de desenvolver-se de uma forma sustentável, entretanto é preciso garantir as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações em encontrar suas próprias necessidades”. Através do Cap. 4, Seção IV da Agenda 21, a Rio-92 corroborou as

⁶ Número máximo de indivíduos de uma espécie que o habitat tem capacidade de suportar

recomendações de Tbilisi para a EA. Ficou patente a necessidade do enfoque interdisciplinar e da priorização das seguintes áreas de programas: a) reorientar a educação para o desenvolvimento sustentável; b) aumentar os esforços para proporcionar informações sobre o meio ambiente, que possam promover a conscientização popular; c) promover treinamento. Mas, a Agenda 21, um programa de ação de 800 páginas, não restringe a EA à Seção IV. A EA está presente em quase todos os 39 capítulos do documento, prevendo ações até o século XXI.

Assim, houve fases na elaboração do “novo” discurso do desenvolvimento sustentável, enquanto conceito alternativo de desenvolvimento ao longo dos debates tanto no mundo acadêmico quanto a nível institucional. Identificamos algumas:

A contribuição do Clube de Roma: A tese dos limites do crescimento

No ano de 1972 Dennis L. Meadows e um grupo de pesquisadores publicaram um estudo intitulado Limites do Crescimento. No mesmo ano aconteceu a Conferência sobre o Ambiente Humano em Estocolmo. Essas publicações forma resultado de debates estabelecidos acerca dos riscos da degradação do meio ambiente que começaram, de forma ainda modesta, nos anos de 1960, ganhando corpo ao início dos anos de 1970, possibilitando a primeira grande discussão a nível mundial na Conferência de Estocolmo em 1972. O estudo de Clube de Roma reafirma a necessidade de que se olhe para o mundo a partir de uma perspectiva global de longo prazo. Segundo Meadows (1995) apud BRUSEKE, 1995, p. 30), as teses e conclusões básicas a que chegaram os pesquisadores envolvidos em discussão são as seguintes:

Se as atuais tendências de crescimento da população mundial-industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais- continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. [...]

É possível modificar essas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica, econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades básicas de cada pessoa na terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar o seu potencial humano individual. [...]

Rediscute-se, em verdade, aqui, a velha tese de Malthus do perigo do crescimento desenfreado da população mundial. Dessa forma, na tentativa de ser alcançada uma necessária estabilidade econômica e ecológica, defende-se a tese do crescimento zero (BRÜSEKE, 1995, p. 30). Esta tese significa, em verdade, um ataque direto à filosofia do crescimento contínuo

da sociedade industrial e uma crítica indireta às teorias de desenvolvimento que se basearam nela.

Outra abordagem sobre tal problemática surge com Mahbub ul Haq. Este autor levanta a tese de que

[...] as sociedades ocidentais depois de um século de crescimento industrial acelerado, fecharam esse caminho de desenvolvimento para os países pobres, justificando essa prática com uma retórica ecologista. (BRÜSEKE, 1995, p. 30).

Em realidade essa argumentação apenas traz à lume grandes divergências e desentendimentos no discurso global sobre a questão ambiental e o desequilíbrio sócio-econômico.

A proposta alternativa do Ecodesenvolvimento

O Canadense Maurice Strong utilizou de forma pioneira, em 1973, o conceito de ecodesenvolvimento para caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento (BRÜSEKE, 1995, p. 31). O economista Ignacy Sachs procurou traçar alguns princípios básicos acerca dessa nova visão desenvolvimentista a partir da integração de seis aspectos, os quais deveriam trilhar os caminhos dessa nova concepção de desenvolvimento: a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e f) programas de educação (BRÜSEKE, 1995, p. 31).

Em realidade, implícita nessa concepção de Ecodesenvolvimento está uma crítica da sociedade industrial e do modelo de modernização a ser seguido pelas regiões do Terceiro Mundo, ainda não desenvolvidas.

Declaração de Cocoyok

A Declaração de Cocoyok surgiu como resultado da reunião da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento) e do UNEP (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas), em 1974. (BRÜSEKE, 1995, p. 31). Após arrolar várias hipóteses acerca da relação meio ambiente-desenvolvimento, afirma-se que “[...] não existe somente um mínimo de recursos necessários para o bem-estar do indivíduo; existe também um máximo. Os países industrializados têm que baixar seu consumo e sua participação desproporcional na poluição da biosfera” (BRÜSEKE, 1995, p. 32).

O Relatório Dag-Hammarsskjöld, com a participação de pesquisadores oriundos de 48 países publicou, em 1975, um relatório acerca da problemática do desenvolvimento desenfreado e da degradação ecológica daí resultante. Este relatório divide com a Declaração de Cocoyok certo tipo de “[...] otimismo que se baseia na confiança de um desenvolvimento a partir da mobilização das próprias forças (self-reliance)”. (BRÜSEKE, 1995, p. 32).

Na verdade, esses dois documentos expressam um radicalismo maior do que os documentos até então divulgados, na medida em que propõem mudanças na estrutura da propriedade no campo, a partir do controle dos produtores sobre os meios de produção.

O Relatório Brundtland

Como já citado anteriormente, este relatório parte de uma análise dos problemas sócio-econômicos e ecológicos de uma sociedade em escala global, sublinhando a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política. Para isso, chama a atenção a respeito da necessidade de uma nova postura ética, “[...] caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual”. (BRÜSEKE, 1995, p. 33)

Várias medidas para a consecução destes objetivos são apresentadas pelo relatório, entre as quais podemos destacar as seguintes:

- ✓ Limitação do crescimento populacional.
- ✓ Garantia da alimentação a longo prazo.
- ✓ Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas.
- ✓ Diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de novas tecnologias baseadas no uso de fontes energéticas renováveis.
- ✓ Produção industrial estabelecida á base de tecnologias ecologicamente adaptadas.
- ✓ Controle da urbanização desenfreada e melhor adequação da relação cidade-campo.
- ✓ Satisfação das necessidades básicas das populações mais carentes.

A partir dessas medidas o relatório estabelece as metas a serem seguidas em nível internacional, que podem ser resumidas no dístico de que as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia do desenvolvimento sustentável a partir da proteção dos ecossistemas supranacionais.

Se comparado com as discussões levadas a cabo nos anos de 1970 (Declaração de Cocoyok e Relatório Dag-hammarsskjöld) o relatório Brundtland mostra um maior grau de

realismo, pois não propaga nem a dissociação ou a estratégia de *self-reliance* nem o abandono por inteiro do crescimento econômico. Contudo, uma advertência se faz necessária, na medida em que dedica um espaço bastante diminuto á crítica á sociedade industrial e aos países industrializados, não toca na questão da propriedade da terra que envolve os grandes latifúndios improdutivos (principalmente nos países do Terceiro Mundo) e, ainda, torna a superação do subdesenvolvimento dos países do hemisfério sul quase que totalmente dependente do crescimento continuado dos países industrializados.

A conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED)

Em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, reuniram-se cerca de 35 mil pessoas entre chefes de governos, cientistas, políticos, jornalistas e representantes de Organizações Não-Governamentais (ONG's), para discutir a questão do meio ambiente. Segundo alguns críticos, o único avanço efetivado foi a discussão acerca da necessária consciência sobre os perigos que o atual modelo de desenvolvimento representa para a população mundial. A interligação entre desenvolvimento sócio-econômico e as transformações ocorridas no meio ambiente passou, com esta conferência, a fazer parte do discurso oficial da maioria dos governos do mundo. Nesse sentido, o que os críticos fazem questão de ressaltar é que a conferência não passou além de um discurso recheado de “boas intenções”, porém sem deixar de concreto.

É, contudo, justamente esta perspectiva “naturalista”, ambientalista, ecologizante, segundo a qual bastaria apenas uma melhor utilização dos recursos para que tudo se resolvesse, para que se alcançasse um presumido desenvolvimento “justo e ideal”, que deve se fazer objeto de crítica, não para abandonar de todo esta proposta desenvolvimentista, mas sim para colocá-la nos termos em que realmente possa se viabilizar enquanto proposta de preservação da natureza não humana, mas também do ser humano.

2.2 Semelhanças, Diferenças e Contradições

Tendo em vista as diferentes abordagens sobre Desenvolvimento Sustentável, há opiniões em relação à participação popular, à utilização de recursos naturais sem prejudicar o meio-ambiente. Todos concordam que o atual modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios; se, por um lado, nunca houve tanta riqueza em fartura no mundo, por

outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia. Diante dessa constatação, surge a idéia do Desenvolvimento Sustentável (DS), buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e, ainda, o fim da pobreza no mundo.

A partir da definição de desenvolvimento sustentável pelo Relatório de Brundtland, de 1987, pode-se perceber que tal conceito não diz respeito apenas ao impacto da atividade econômica no ambiente. Desenvolvimento Sustentável se refere principalmente às conseqüências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura. Atividade econômica, meio-ambiente e bem-estar da sociedade formam o tripé básico no qual se apóia a idéia de desenvolvimento sustentável. A aplicação do conceito à realidade requer, no entanto, uma série de medidas tanto por parte do poder público como da iniciativa privada, assim como exige um consenso internacional. É preciso frisar ainda a participação de movimentos sociais constituídos principalmente na forma de ONGs (Organizações Não-Governamentais), na busca por melhores condições de vida associadas à preservação do meio-ambiente e a uma condução da economia adequada a tais exigências.

Segundo o Relatório Brundtland, uma série de medidas deve ser tomada pelos estados nacionais: a) limitação do crescimento populacional; b) garantia de alimentação a longo prazo; c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; e) aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias economicamente adaptadas; f) controle da urbanização selvagem e integração entre campos e cidades menores; g) as necessidades básicas devem ser satisfeitas. No nível internacional, as metas propostas pelo relatório são as seguintes: h) as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia de desenvolvimento sustentável; i) a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártida, os oceanos e o espaço; j) guerras devem ser banidas; K) a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável.

Algumas outras medidas providenciais para a implantação de um programa o mínimo adequado de desenvolvimento sustentável são: uso de novos materiais na construção; reestruturação da distribuição de zonas residenciais e industriais, aproveitamento e consumo de fontes alternativas de energia, como a solar, a eólica e a geotérmica; reciclagem de materiais reaproveitáveis; não-desperdício de água e de alimentos; menor uso de produtos de químicos prejudiciais à saúde nos processos de produção alimentícia. Realizar um programa de desenvolvimento sustentável exige, enfim, um alto nível de conscientização e de

participação tanto do governo e da iniciativa privada como da sociedade. Para tanto, não se deve deixar que estratégias de tal porte e extensão fiquem à mercê do livre mercado, visto que os danos que se visam resolver são causados justamente pelos processos desencadeados por um modelo de capitalismo que aparenta ser cada vez mais selvagem e desenfreado. Ainda mais se levarmos em conta o fato de que um dos requisitos básicos do conceito de desenvolvimento sustentável é a satisfação das necessidades básicas da população, principalmente dos pobres. (VARGAS, 2002, p. 225-226).

Então, para alcançarmos o DS, a proteção do ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente; é aí que entra uma questão sobre a diferença entre crescimento e desenvolvimento. A diferença é que o crescimento não conduz automaticamente à igualdade nem à justiça sociais, pois não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida a não ser o acúmulo de riquezas que se faz nas mãos de apenas alguns indivíduos da população. O desenvolvimento, por sua vez, preocupa-se com a geração de riquezas sim, mas tem os objetivos de distribuí-las, de melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração, portanto, a qualidade ambiental do planeta.

O DS tem seis aspectos prioritários que devem ser entendidos como metas:

- 1) A satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc.);
- 2) a solidariedade para com gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chances de viver);
- 3) a participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal);
- 4) a preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc.);
- 5) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social, respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas como por exemplo os índios);
- 6) efetivação dos programas educativos.

Na tentativa de chegar ao DS, sabemos que a EA é a parte vital e indispensável, pois é a maneira mais direta e funcional de se atingir pelo menos uma de suas metas: a participação da população.

Parece-me oportuno realizar uma referência ao artigo “Educação Ambiental para o desenvolvimento ou sociedade sustentável? Uma reflexão para a América Latina”, de Alexandre de Gusmão Pedrini e Maria Inês Meira Santos Brito. Eles propõem um novo

paradigma para a teoria e prática na Educação Ambiental (EA) com a EA para Sociedades Sustentáveis (EASS) com a aprovação da Carta da Terra durante a Rio- 92. Eles demonstram que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) é uma falácia do paradigma neoliberal, ao contrário da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, a qual possui pressupostos opostos e configurando um paradigma para uma Educação Ambiental Planetária.

2.2.1 As sustentabilidades planetárias

Os debates e discussões recaem no campo de relações estabelecidas entre estilos de desenvolvimento e qualidade dos sistemas naturais. Daí surgiu a definição de sustentabilidade como desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. Ou seja, desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, Loureiro et al. (2005) atribuem ao conceito de desenvolvimento sustentável uma mera tentativa de ajustar as sociedades ao modo de reprodução social capitalista, induzindo a humanidade à crise ecológica global. Considera, tal como Barbieri (2002), também o Desenvolvimento Sustentável (DS) como uma evolução do conceito de ecodesenvolvimento de Sachs (1993). Viola e Leis (1995) afirmam que o conceito de DS ocupou posição central dentro do ambientalismo, especialmente, após a publicação do Relatório Brundtland. A acolhida favorável do conceito de DS do Relatório Brundtland deu um reconhecimento público que o ecodesenvolvimento não conseguiu obter.

No entanto, essa rápida aceitação do conceito por diferentes perfis, tais como economistas, acadêmicos, ambientalistas, políticos, etc. deu um caráter polissêmico ao conceito. Esse conceito de DS terminou por trazer alguns dilemas. Talvez o mais importante deles seja o fato de se transformar em alternativa do desenvolvimento dominante e o risco de contradizer os pressupostos ideológicos de setores de sua base político-social.

Guimarães (1997) entende que o DS teria que derivar de dinâmicas do próprio sistema social e jamais fundadas em mágicas tecnológicas externas. Esse tema tem estimulado recentemente muitos autores brasileiros à reflexão em vários campos de aplicação do conceito de sustentabilidade, por exemplo: Lima (1997) nas ciências sociais; Layrargues (1998) no seio empresarial; Jacobi (2001) no planejamento de cidades e Deluiz e Novicki (2006) numa proposta de capacitação crítica.

Segundo Pinto Santos (2001) quando se trabalha a sustentabilidade, um dos grandes desafios enfrentados é o de se entender e pensar o desenvolvimento nas dimensões global, nacional, regional e local. Assim, os conceitos utilizados para definir o desenvolvimento sustentável e seus princípios se encontram embasados na formulação de Sachs (1993) que conceitua sustentabilidade a partir das seguintes dimensões:

- a) Sustentabilidade social – baseado nos princípios de uma justa distribuição de renda e bens, direitos iguais à dignidade humana e solidariedade social.
- b) Sustentabilidade cultural – deve-se basear no respeito ao local, regional e nacional em contraponto à padronização imposta pela globalização. Podendo se dar a partir do respeito aos diferentes modos de vida.
- c) Sustentabilidade ecológica – baseado no princípio da solidariedade com o planeta e seus recursos e com a biosfera do seu entorno.
- d) Sustentabilidade ambiental – baseado no respeito e no realce da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
- e) Sustentabilidade territorial – baseado na superação das disparidades inter-regionais, a busca de estratégias para o desenvolvimento ambiental seguro nas áreas ecologicamente frágeis, eliminar a inclinação dos investimentos públicos nas áreas urbanas em detrimento do rural e a melhoria do ambiente urbano.
- f) Sustentabilidade econômica – deve estar ancorada na avaliação da sustentabilidade do social analisada no seu contexto organizativo da vida material.
- g) Sustentabilidade política (nacional) – baseado na democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores. Nível razoável de coesão social.
- h) Sustentabilidade política (internacional) – baseado na eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, um pacote de Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco).

Isso supõe o controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade.

Os documentos que serviram de subsídios para a elaboração da Agenda 21 se encontram respaldados nos princípios de Sachs (op. cit.) e salientam que essas dimensões devem ser pensadas como sistemas articulados, cuja integração comporta elementos que se antagonizam ou concorrem entre si, o que torna a construção social do desenvolvimento sustentável um processo de gestão de conflitos sociais pluridimensionais. (BURSZTYN, 2000).

O maior desafio encontrado para se alcançar a sustentabilidade é a ruptura com o paradigma dominante. Porém, nada ou quase nada está sendo debatido sobre esse assunto tanto na formação regular de licenciados que atuarão no ensino fundamental e médio, isto é, na prática da EA formal. Guimarães e Tomazello (2003) fizeram um extenso estudo da questão da sustentabilidade na formação de professores de Biologia no estado de São Paulo. Concluíram que a sustentabilidade planetária praticamente não é abordada na formação desses licenciados, dificultando, assim a tão necessária mudança paradigmática. A EA pode contribuir para o equilíbrio entre o Homem e a Natureza, na medida em que se construa uma ética ambiental que assegure uma educação sistematizada, vinculada ao contexto cultural da comunidade, considerando os aspectos políticos econômicos, sócio-culturais, científicos, tecnológicos e éticos. Esse tema será esmiuçado na próxima seção ao tratarmos da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

2.2.2 A EA e o desenvolvimento sustentável

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), oficialmente denominada de “Conferência de Cúpula da Terra”, reuniu 103 chefes de Estado e um total de 182 países. Essa conferência foi realizada na cidade do Rio Janeiro, motivo pela qual também ficou conhecida por Rio/92. Com base nas discussões e debates foi gerado um documento onde foram delineados princípios e diretrizes gerais para o desenvolvimento de trabalhos com a temática Meio Ambiente. O documento ficou conhecido como “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global – TEASS”. Além desse documento, foi aprovada a Agenda 21, que reúne propostas de ação para os países e os povos em geral, bem como estratégias para que essas ações possam ser cumpridas. Tornou-se também um marco político, segundo Carvalho (2002).

Pedrini (1997) ao formular uma reflexão política para a EA tendo como referencial as conclusões da I Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1972) e a AGENDA 21 (1992), mostrou que a desordem ecológica está na raiz da economia de mercado do discurso neoliberal, em que se baseiam as declarações acima citadas. Essas declarações não passam de retórica no plano internacional, tanto político quanto técnico. Cabe, então, aos educadores ambientais, adotarem os pressupostos da declaração da Carta da Terra.

Marrul Filho (2002) sustenta que naquela época havia (o que hoje ainda existe) um ambiente de transição paradigmática, quanto ao conceito de DS. Afirmou que havia outras alternativas como as Sociedades Sustentáveis e o de Sociedade Ecosocialista.

Neste contexto, a UNESCO (2005) propôs a década de 2005-2014 como tempo básico para que a sociedade humana adote a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Essa educação seria aquela vinculada ao DS, e, assim, dirigida ao capital internacional com ênfase nas regras de mercado. Loureiro, Albuquerque e Barreto (2004) mostram que o modelo do DS não se sustenta dentro do discurso ainda capitalista que o sustenta. Apresenta o Brasil como exemplo da sociedade insustentável, apesar de ser umas das grandes economias mundiais.

Meira e Sato (2005) mostraram com clareza as características essenciais diferenciais entre a EDS (Educação para o Desenvolvimento Sustentável) e a EA tradicional ancorada nos pressupostos de Tbilisi. A EDS formulou seus argumentos, baseando-se nas deficiências da EA tradicional, supondo que ela a abarca. Outro autor importante no contexto latino-americano, Gonzalez-Gaudiano (2006), baseado num levantamento de 101 especialistas de dezessete países mostrou que a maioria dos educadores ambientais desse contexto são contra a EDS. Assim, tanto na negação do EDS quanto na construção do conceito de EA para Sociedades Sustentáveis (EASS) alguns autores vêm dando contribuições importantes e serão resumidamente apresentados na próxima seção.

HILLS (2004), numa avaliação sobre o desempenho da EDS na Ásia, tendo como estudado de caso a EA desenvolvida na cidade de Hong Kong, entende como tendo desempenho inadequado, essencialmente devido à problemas organizacionais, indisponibilidade de materiais e falta de capacitação e de recursos financeiros. Assim, o desempenho da EDS não está dando certo no hemisfério sul nem em áreas subdesenvolvidas como a América Latina e a Ásia.

2.2.3 A EA e a Sociedade Sustentável

Poucos autores, logo depois da construção da Carta da Terra (Tratado da Educação Ambiental para As Sociedades Sustentáveis-TEASS), preocuparam-se em substituir o DS pelas SS. Um destes foi Diegues (1996) que sustentou ser o conceito de SS (Sociedade Sustentável) mais adequado que o de DS. Isso ocorria porque nas SS era possível se definir

padrões de produção e consumo e o seu bem-estar derivado de sua cultura, de seu crescimento histórico e do seu ambiente natural. Também o conceito de SS subtende que existem várias sociedades com diversidades próprias e não o alardeado conceito padronizado de sociedades industrializadas.

O conceito de SS está sendo construído tanto no seio do ambientalismo como no da EA. Um novo paradigma deve propor, assim, uma redefinição de sociedade onde a mesma seja mais justa, sem tantas distinções. Neste caso a educação é essencial à medida que contribuir para a formação de cidadãos críticos conscientes do seu papel de agente transformador da sociedade, ajudando-os a conservar sua tradição cultural, nutrindo nos mesmos novos valores éticos e estratégias com o intuito de alcançar a sustentabilidade em sua comunidade local, e ao mesmo tempo global.

O termo SS aparece citado nos princípios da Carta da Terra (Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global) construída pela sociedade civil durante as atividades da Rio-92 na Jornada Internacional de Educação Ambiental. O segundo autor desse artigo participou de sua construção coletiva. Essa declaração é um dos referenciais teóricos mais importantes da EA e junto com os pressupostos pedagógicos da declaração de Tbilisi, Dias (2001) apresentam pressupostos pedagógicos fundamentais para a prática da EA. Carvalho (2002) mostra os princípios da Carta da Terra, sendo um deles o que recomenda que a EA deva integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações, convertendo cada oportunidade em experiências educativas para sociedades sustentáveis. Layrargues (2006) afirma que as propostas do governo federal brasileiro se fundamentam nos pressupostos pedagógicos da Carta da Terra e que eles são mais importantes que os da Agenda 21. O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) foi construído, ensejando a sociedade brasileira a participar de sua construção. Mais de 800 educadores ambientais participaram de sua formulação, tendo como base conceitual a EASS (BRASIL, 2005) tanto é que a missão do programa é: a EA contribuindo para a construção de SS com pessoas atuantes e felizes em todo o Brasil.

Ao longo do tempo vários autores fizeram menção a esse referencial político-pedagógico, tanto nas suas práticas como nos seus escritos, porém sem a intenção de definir como seria construída sua base conceitual e metodológica. Certamente, mais contribuições virão se somar ao trabalho de Meira e Sato (2005) que se tornou um marco para a conceituação da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (EASS).

Sauvé (1999) mostra que a EASS proporciona um marco integrador mais apropriado que o EDS para a EA. Isso se deveria à construção de um projeto educativo compreensivo,

visando o ecodesenvolvimento. Esse significa um desenvolvimento social integral endógeno à natureza e também baseado na participação responsável de todos os membros do tecido social.

Alguns autores foram selecionados para reflexão:

Ferreira e Viola (1997) e Ferreira (2005) conceituam SS como a que mantém o estoque de capital natural ou o compensa pelo desenvolvimento do capital tecnológico com uma depleção menor do capital natural podendo, assim, haver o desenvolvimento de gerações futuras. O progresso na SS é mensurado pela qualidade de vida (saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer) em oposição ao puro consumo material.

Segundo Guimarães e Tomazello (2003) a idéia de SS poderia ser expandida, conforme o PNUMA como a sociedade que vive em harmonia com nove princípios interligados e relacionados resumidamente abaixo:

- a. Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos;
- b. Melhorar a qualidade de vida humana;
- c. Conservar a vitalidade e a diversidade do Planeta Terra;
- d. Minimizar o esgotamento dos recursos não-renováveis;
- e. Permanecer no limite da capacidade de suporte do Planeta Terra;
- f. Modificar atitudes e práticas pessoais;
- g. Permitir que as comunidades cuidem do seu próprio ambiente;
- h. Gerar uma estrutura nacional com a integração do desenvolvimento com a conservação;
- i. Construir uma aliança global.

Silva (2006), em seu trabalho sobre o efeito da flexibilidade na EA, conclui que para a construção de sociedades sustentáveis será necessário que se promovam a cidadania ambiental, abrangendo diversos planos e dimensões da realidade. Entende que o alargamento da subjetividade, vindo como consequência da aceleração da globalização propicia uma reflexão e expansão de uma consciência crítica do homem sobre os problemas atuais. Sabendo que vivemos numa sociedade de risco derivada da modernidade pode-se abrir possibilidades pedagógicas, entendendo que o homem pode optar por comportamentos, atitudes e ações políticas generalizadas dirigidas a um projeto de sociedade baseado na eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social.

Leff (1999) também reforça os argumentos aqui apresentados, pois afirma que a EA é estratégica na condução do processo de transição paradigmática para uma sociedade sustentável.

Trevisol (2004) considera também que a EA é um elemento estratégico na condução do processo de transição para uma SS, pois supera apenas a preservação ambiental. Aponta que a Agenda 21 sustentada só poderia existir com desenvolvimento sustentável se houvesse uma sociedade sustentável dando-lhe base. E, reforça sua argumentação de que para haver sustentabilidade há de existir um equilíbrio dinâmico entre as demandas humanas e a capacidade da natureza em satisfazê-las. Na visão desse autor o DS depende de uma SS o que vincula um a outro. No entanto já foi explicitado na seção anterior que esses conceitos não se imbricam ao juízo dos autores.

Meira e Sato (2005) evidenciam a EASS em oposição a EDS de algumas características importantes que são o diferencial desta proposta de um novo paradigma ou marco conceitual metodológico para a EA contemporânea. São eles:

- a) Discurso fundado e emergente dos movimentos sociais organizados e redes de organização social (em oposição aos credores internacionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e UNESCO);
- b) protagonismo através de comunidades participativas dialogicamente abertas (em oposição a empresas, tomadores de decisão e formadores de opinião);
- c) definição contextual, autônoma e política (em oposição a uma visão generalista, globalizante e indefinida);
- d) ênfase na justiça ambiental, inclusão social e democracia (em oposição à visão economicista);
- e) indicadores de qualidade de vida de abordagem qualitativa que seria a Linha de Dignidade (PACHECO, 2004) em oposição a Linha de Pobreza e o Índice de Desenvolvimento Humano;
- f) o problema central a ser combatido seria a exclusão social e os impactos ambientais negativos (em oposição ao combate do crescimento demográfico);
- g) propostas de políticas públicas, mercado regulado e democracia real (em oposição a tecnologias limpas, livre mercado e democracia formal);
- h) conhecimento baseado em múltiplos saberes em oposição ao técnico e científico;
- i) EA permanente em oposição a EDS, apenas, por dez anos.

Madureira e Tagliani (1997) fizeram uma análise da EA não formal conduzida em unidades de conservação federais costeiras no Brasil. Utilizaram o TEASS (Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis) como referencial teórico-metodológico para esse estudo. Concluíram que os princípios do TEASS eram aplicados apenas parcialmente nas sete unidades estudadas, devendo-se isso a fatores conjunturais, institucionais, educativos e filosóficos. Por um lado devido ao desmonte do patrimônio

público brasileiro devido ao endividamento externo do Brasil e ao excessivo caráter preservacionista da EA, excluindo a busca de soluções alternativas para as comunidades influenciadas pelas unidades de conservação. Entendemos que essas questões permanecem até hoje em dia.

Complicando essa reflexão, Ruscheinsky (2004) apresenta a ecopedagogia como uma possibilidade de um novo paradigma educacional que compreenderia a complexidade de um equacionamento de alternativas na perspectiva ambiental com um desenvolvimento social que se inseriria na SS. Reforça a opinião de Gadotti (2000) de que a EA é pressuposto da ecopedagogia. Essa visão diminui o valor independente da EA, submetendo-a, ao nosso juízo, a apenas uma etapa e não todo um processo educacional.

Preocupante, ainda, é o que nos alerta Layrargues (1998) a partir de resultados de sua pesquisa, entrevistando empresários ditos “verdes” no Estado do Rio de Janeiro. Na realidade o setor empresarial se apropriou da adjetivação de “verde” devido à consciência econômica e não a sua conscientização ecológica. Mas, conseguiram conquistar espaço no movimento ambientalista, provendo-se do direito de solicitar legitimidade discursiva para a formulação de caminhos a serem trilhados para a humanidade construir uma sociedade sustentável.

Recentemente, a DEA/MMA em BRASIL (2005b) apresentou um programa muito interessante que é um grande esforço para a construção da EASS. Trata-se do Programa Municípios Educadores Sustentáveis. São conceituados como espaços com capacidade de apresentar alternativas viáveis para a sustentabilidade, estimulando pessoas a realizarem ações coletivas para a sua comunidade e reconhecendo também a necessidade de se educarem. Cremos que tendo o município como base para a construção da EASS o Brasil tem grandes chances de realizar o sonho dos educadores ambientais que formularam o TEASS, caso haja perfeita integração entre o governo federal e o municipal.

Assim, a EASS ainda está por ser construída nos seus diferentes patamares espaciais, demandando ampla convocação e participação dos diferentes setores da sociedade. O maior desafio encontrado para se alcançar a sustentabilidade é a ruptura com o paradigma dominante que ainda é a EDS. A EASS pode contribuir para o equilíbrio entre o Homem e a Natureza, na medida em que se construa uma ética ambiental que assegure uma educação sistematizada, vinculada ao contexto cultural da comunidade, considerando, pelo menos, os aspectos políticos econômicos, sócio-culturais, científicos, tecnológicos e éticos.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável, pelo menos, para a EA é passível de múltiplas interpretações e pode ser usado para oprimir sociedades de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento como o Brasil. Isso acontece, pois suas bases se alicerçam no FMI e

no Banco Mundial os principais credores do Brasil. O paradigma a ser adotado, na atualidade, como referencial teórico-prático da Educação Ambiental é o da Carta da Terra, ou seja, a Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. A construção desse paradigma precisa ser amplamente debatida para que sejam elaboradas suas bases epistemológicas e metodológicas para os diferentes contextos das sociedades.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROBLEMATIZADORA

3.1 ANÁLISE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROBLEMATIZADORA PROPOSTA POR LOUREIRO E VELASCO

3.1.1 Educação Ambiental para o desenvolvimento ou sociedade sustentável

Sinto-me extremamente gratificada em poder dar trânsito a idéias de tamanha base como o Ecomunitarismo proposto por Velasco e a Educação Transformadora elucidada por Loureiro que lança base para uma Educação Ambiental Transformadora.

O Ecomunitarismo e a Educação Transformadora quando vistas separadamente são perspectivas futuroológicas como grandes pilstras de sustentação para o inevitável mundo que irá surgir à frente. A falência desenfreada do Capitalismo oportunizará por inevitável e premente necessidade de sobrevivência humana sobre a face da terra uma nova ordem psicossocial, tendo ela necessariamente de passar por uma reeducação e por meios sustentáveis que possam permear a base de energia para esse novo milênio.

O que antes para mim era algo, segundo a visão de Karl Marx, já fadado ao esquecimento, com a compreensão e percepção que esse elo ainda se encontra latente, vivo e presente em nobres pensadores que não se preocupam em se colocar à parte das idéias dominantes, inspiram-me a compreendê-los e assegurar que serei mais uma a lutar pela única forma real e digna para a verdadeira redenção da humanidade. Partindo para uma visão prática do Ecomunitarismo e a EA Transformadora venho propor uma comparação entre o Capitalismo vigente, sua derrocada subsequente e a inevitável ascensão que chamarei dessa Nova Ordem Mundial (Ecomunitarismo). No atual sistema, felizmente já com seus dias contados se “dá o peixe” mesmo que esse seja aromatizado artificialmente e jamais se ensina a pescar, até mesmo por que ele não está no local que deveria estar para assim o fazê-lo. Por mais que se industrialize, por mais que os tecnocratas e economistas com suas formas gigantescas e mirabolantes tentem fazer o sistema funcionar, sem a matéria prima real chegassem ao caos da fome, da qual todos os seres não aquinhoados estão fadados. Por mais que se simulem, por mais que se aprimorem as técnicas de marketing, por mais que gaste comprando

a mídia, a fome é a consequência da violência que está explícita e implícita em nossos dias, horas, minutos e segundos.

Já essa Nova Ordem não apenas dá o peixe como oportuniza a mais nobre realização do ser que é a capacidade de pescar, mas ainda não é só isso: oportuniza que se possa construir sua própria rede, não com objetivos espúrios de crescimento individual, mas sim com a visão da comunidade que o cerca, pois o seu comércio se dará à razão direta da necessidade local, podendo, por exemplo, fazer troca de excedente, sem falar da absorção da “mão de obra” necessária para fluir e refluir o sistema previamente organizado com soluções pontuais e locais.

A Nova Ordem deverá surgir por imperiosa necessidade e por ser indispensável para a preservação humana no planeta. Ainda está presente na mente de todos a devastação no mísero Afeganistão com a pretensa e descarada justificativa de cassar Bin Laden, o terrorista desejado. Poderíamos nós, dentro dessa mesma linha de constatação, citarmos inúmeros exemplos pelos quais inocentes são massacrados pela falsa, pretensa e esfarrapada desculpa de um grande defensor dos direitos à liberdade. Não é ao acaso que se criou a Comunidade Européia com o interesse de grandes países ditos de primeiro mundo sentirem-se obrigados a se preservarem da cabeça do grande monstro do capitalismo que é os EUA (Estados Unidos).

Portanto, é chegada a hora da Grande Revolução Tecnológica na comunicação mundial ser disponibilizada para a verdadeira revolução educacional e ética que se faz necessária em âmbito global. A nova proposta deve usar e impor esse uso através de algumas partes ou de algumas cabeças da grande hidra que é o capitalismo. País como o nosso Brasil, ainda rico e abundante em diversidade biológica e já com razoável controle tecnológico pode, sim, ser um dos berços necessários para um sistema auto-sustentável ser viabilizado. O nosso sistema universitário deveria ou deve ter importância fundamental para organização e gerenciamento no sentido educacional, pois os cursos de graduação já podem ter princípios básicos para não só seus discentes compreenderem a importância do ecomunitarismo, mas também dar-lhes condições práticas para implantar projetos pilotos em comunidade carentes, como no CB II (Bairro Castelo Branco II, um bairro do Rio Grande-RS).

Assim sendo, outro ponto – segundo meu ponto de vista – de importância fundamental é a divulgação tecnofilosófica num programa de mídia nacional para a divulgação da nova proposta. A visão filosófica estabiliza o conhecimento do educando e, se com ela conseguir a divulgação e o apoio financeiro para ser dado o início da grande virada, isso seria mais rápido do que se possa imaginar. Os nossos cursos de salas acadêmicas uma vez direcionados à extensão descentralizada, buscando lá na fonte a real necessidade e percepção do

direcionamento correto, é o único caminho para que seja implantado o novo sistema. O aluno, ao cadastrar-se para prestar um vestibular, deveria receber por parte de orientadores preparados mediante informações de qual sua área, vivência anterior às cadeiras universitárias será aconselhado a buscar o curso de sua vocação. A idéia é buscar a pessoa certa para fazer o curso certo para acompanhar pessoalmente sua comunidade. Para elucidar, buscarei na própria natureza um exemplo: - Quem melhor poderia cuidar de um grupo de leõezinhos, senão a própria leoa?

Não basta abrir um leque de cursos universitários direcionados apenas à apartheid econômico e social verificado em nosso país: é preciso que, através da filosofia, tenhamos um meio de sensibilizar a classe política ministrando a essa categoria uma cadeira político-filosófica para que eles possam compreender a real responsabilidade que deveriam sentir pesar sobre seus ombros, e que na verdade não sentem mais por ignorância do que por serem corruptos, pois uma vez afastada a trava de seu olho existem, sim, pessoas de grande qualidade interior que poderiam dar – com projetos verdadeiros – oportunidades para que nosso país saísse de uma vez por todas da categoria de desenvolvimento para finalmente do ponto de vista social e ambiental ser um país sustentável.

Então, essas duas sendas universitárias revolucionariam a educação e fariam toda a diferença, pois enquanto uma construía as condições via legal a outra construía soluções práticas, pois estaria utilizando o formando dentro do que é mais importante: resgatar sua vocação; por isso o levaria de volta inevitavelmente para sua comunidade de origem e lá, com os núcleos e subnúcleos propostos por Velasco no Ecomunitarismo, representaria em cada área através de seu conhecimento mesclando com a parte prática que já o esperam seus familiares que lá permaneceram.

Um país como o Brasil, que possui verdadeira fortuna em matéria prima tanto na fauna como na flora, nos recursos hídricos e naturais de uma forma geral, pode e deve ser, sim, a mola propulsora da Nova Ordem para o resto do mundo. Seria também de bom alvitre que se estabelecesse no mínimo uma célula receptora em cada Continente para que, se adequando às características locais fosse feito um trabalho interligado mundialmente, pois apesar do ceticismo daqueles que acreditam que não há mais solução é claro que a solução é possível, pois temos recursos ainda inesgotáveis que, embora sendo explorados de maneira perversa, ao permitir um pequeno fôlego a natureza recupera-se.

Retornando ao nosso país, especificamente ao nosso Estado e direcionando à nossa região, uma categoria importante da nossa economia regional que é a área da pesca dentro da visão auto-sustentável, poderíamos olhar a nossa Laguna dos Patos hoje ainda viva, porém já

dando sinais de estar gravemente acometida pela falta de proteção legal, moral, e racional. Pergunta-se: - Tendo o Rio Grande ligação oceânica e sendo ele de importância fundamental para o desenvolvimento econômico de nosso Estado, gostaria de saber qual é a real necessidade de que navios mercantes tenham de adentrar em nosso berçário pesqueiro para percorrer fluvialmente esse belo estuário até nossa capital para descartar míseras toneladas, “gramas” de produtos que deveriam ser descarregados em Rio Grande e transportados via rodoviária e fluvial, porém esse fluvial através de navios fluviais, se fosse o caso, ou seja, chatas?

Para viabilizarmos a idéia de economia sustentável não devemos, de forma nenhuma, deixar depredarem o que de mais importante nos é que é de produção natural. Sendo assim, faz-se necessário com urgência premente um estudo do impacto que o tráfego de navios acostumados às águas internacionais – as quais de diversas pátrias e diversos povos sem nenhuma consciência ecológica lavam seus tanques e os limpam na Laguna com a conivência, ou por opção ou por ignorância de nossas autoridades constituídas, sem nenhum acompanhamento tecnocientífico.

É necessário que se faça um estudo imparcial sobre o impacto dessa navegação mercantilista sobre transoceânicos em nossa Laguna, no berçário de peixes. Esse movimento de navios de grande porte até Porto Alegre é realmente necessário? Fora isso, poder-se-ia montar uma brigada costeira permanente usando pessoas que fossem moradoras da nossa região litorânea da Laguna, porque essas sim – estariam comprometidas com a defesa dos recursos naturais. A tantos quilômetros poderia se ter um comandante escolado e preparado cientificamente e seus soldados seriam pessoas moradoras da orla da Laguna, claro que com seus ganhos assegurados para que pudessem realmente defender o nosso futuro quanto aos recursos pesqueiros.

O camarão, a corvina, o bagre, o linguado, a tainha e tantas outras espécies hoje já grandemente diminuídas, em pouco tempo seriam abundantes dentro de nossa Laguna. Só aí já estaria garantida uma grande parcela de alimento para nossa faminta população; poder-se-ia, dentro dessa mesma idéia, implantar o ecoturismo não de forma empresarial grandiosa, mas sim de forma micro empresarial, para que os pequenos proprietários de terras costeiras pudessem sobreviver mantendo limpo e organizado todo o sistema nativo tanto da flora como da fauna, com pequenas pousadas as quais resgatariam das pessoas urbanas que para lá fossem descansar a dignidade e a compreensão do que é ser humano.

Assim cabe, a nós, universitários e a nós seres não alienados ao sistema capitalista, reagirmos não de forma teórica apenas, mas também buscarmos de forma prática em vários

pontos projetos viáveis capazes de mudar esse estado atual. Por isso o Ecomunitarismo e a EA transformadora, conforme o que foi dito acima, desde que inseridas nas sendas adequadas onde a universidade deve desempenhar papel fundamental, é a verdadeira revolução para que se atinja a ordem necessária para um mundo melhor. Assim, uma educação ambiental voltada para a sustentabilidade deve ser capaz de atuar na formação de sujeitos sociais críticos, participativos, que se guiem pela construção de uma sociedade em que a sustentabilidade seja entendida também como democracia, equidade, justiça, autonomia e emancipação.

Dessa forma, temos também que buscar a superação do caráter moralista e moralizante que temos observado em algumas ações educativas ambientais (LOUREIRO, 2004) para a construção da educação ambiental crítica e emancipatória. Esse autor chama a atenção para a necessidade de superação das propostas educativas ambientais ingênuas e descomprometidas, social e politicamente, em busca de atividades mais consistentes na construção de sociedades mais justas e igualitárias. Considero relevante destacar o Tratado da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, um dos principais documentos de referência da educação ambiental pactuado no Fórum das ONGs que aconteceu no Rio de Janeiro em junho de 1992, concomitantemente à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Eco-92, que reconhece a educação como direito dos cidadãos e firma posição na educação transformadora. Esse documento, principal referência para muitos educadores ambientais, merece destaque por se tratar de posições não-governamentais, isto é, posições da sociedade civil organizada em entidades ambientalistas. O Tratado convoca as populações a assumirem suas responsabilidades, individual e coletivamente, para cuidar do ambiente:

a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si a relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidades individual e coletiva no nível local, nacional e planetário. (Fórum Internacional das ONGs, 1995).

Sendo assim, a educação ambiental para a sustentabilidade é considerada um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida e que afirma valores e ações que contribuam para as transformações socioambientais exigindo responsabilidades individual e coletiva, local e planetária. A sustentabilidade é entendida como fundamento da educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória, compreendida como estratégia para a construção de sociedades sustentáveis, socialmente justas e ecologicamente equilibradas. A educação ambiental para a sustentabilidade é, assim,

uma educação política, democrática, libertadora e transformadora. A questão ambiental e a educação, sem perspectiva de neutralidade, são eminentemente políticas, portanto, implicam em construir, pela participação radical dos sujeitos envolvidos, as qualidades e capacidades necessárias à ação transformadora responsável diante do ambiente em que vivemos.

3.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROBLEMATIZADORA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

É sabido que a educação constitui-se em um instrumento precioso através do qual o homem estabelece valores, princípios existenciais e expressa suas capacidades. A educação, independentemente de seu adjetivo, é processo histórico voltado para a formação e preparação do homem para o novo da cultura, do trabalho e de sua autoconsciência. Contudo, não é apenas nas instituições formais de ensino que a educação acontece, visto que é nas relações de vida diária que se ensina, socializa e prepara.

Assim se a educação é o resultado das inúmeras vivências e das experiências oferecidas através do ensino-aprendizagem, fundamentada em processos refletidos e compartilhados é de se esperar que uma educação ambiental que se intitule problematizadora/transformadora busque a incorporação da sustentabilidade em sua contextualização. A sustentabilidade tem-se consolidado como um novo paradigma para o desenvolvimento humano, sendo elucidada como um senso profundamente ético, de igualdade e justiça social, de preservação da diversidade cultural, de autodeterminação das comunidades e de integridade ecológica. A sustentabilidade nos põe o seguinte desafio: a nossa questão fundamental não é mais viver melhor futuramente, mas viver de modo diferente hoje, aqui e agora e, para que isso aconteça, exige profundas mudanças na forma de pensar, viver, produzir e consumir.

Historicamente a educação ambiental se construiu através de movimentos sociais e como crítica ao sistema econômico-desenvolvimentista que em tudo vê uma possibilidade de acúmulo de riquezas. Tais movimentos surgiram no Brasil dos anos 80 e se difundiram como um valor que se expressa no marco dos direitos humanos e sociais de terceira geração, reivindicados também pelos novos movimentos sociais e, nesta perspectiva ela vai se firmando a partir de Convenções internacionais e, em nível regionalizado, através de encontros estaduais, nacionais e, mais recentemente em encontros latino-americanos.

A educação ambiental se legitima, então, tanto no âmbito dos direitos sociais e das políticas públicas internacionais, bem como no campo da legislação nacional a partir da Constituição de 1988 e da Lei nº 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Assim é possível se afirmar que a educação ambiental por ser essencialmente problematizadora deve sempre estar articulada com o contexto social, cultural, histórico, político, econômico e ideológico, a fim de que não caia na visão dicotômica que separa as dimensões do social e do natural. A proposta ambiental não pode se dissociar da luta por justiça, igualdade social e equidade.

A educação ambiental articulada com o exercício da cidadania estará contextualizando práticas sociais que servirão como suporte para ancorar um projeto social transformador-emancipatório, através do qual se possa vislumbrar o horizonte de uma sociedade justa, prudente em termos de sustentabilidade, que respeite e aceite as diferenças e que, ao mesmo tempo seja politicamente organizada e atuante, pois o debate ambiental é debate eminentemente político, que põe em conflito as forças sociais que desejam continuar reproduzindo o modelo societário vigente e as forças sociais que desejam a mudança e a transformação social radical; excluindo o modelo desenvolvimentista que tem suas bases no capitalismo como sistema econômico.

Assim, percebe-se que é impossível efetuar propostas de educação ambiental dentro do marco cartesiano ou das pedagogias conservadoras. Para reforçar essa assertiva é interessante citar Velasco (2000, p. 108) quando afirma:

Entendo [...] educação como sendo sinônimo de ‘conscientização, [...] ou seja, como combinação, em situação de alimentação recíproca de:
a) desvelamento crítico da realidade;
b) ação transformadora sobre esta (no sentido da construção de uma comunidade humana sem opressores nem oprimidos).

É ainda preciso salientar que a proposta de Freire para a educação, ressalta que ela se dá através da ação dialogal que faz com que os homens cresçam e se eduquem mutuamente mediatizados pelo mundo. Seguindo estes princípios educacionais e as três normas da ética argumentativa (ética da libertação), eles nos permitirão agir com o máximo grau de liberdade, e dentro de um consenso ético que eivará a sociedade com princípios de justiça, igualdade e equidade. Proponho, mais uma vez o posicionamento de Velasco, que reitera:

A pedagogia fundamentada por e na ética da libertação tem nas três normas suas referências epistemológicas orientadoras inequívocas. A segunda norma indica uma ação pedagógica dialogal em que o conhecimento e os parâmetros de conduta se constroem e reconstruam na base do consenso argumentativamente estabelecido; esta ação se orienta a desenvolver ao máximo grau possível a liberdade de decisão individual em consonância com

o que reza a primeira norma; a terceira, por fim, exige que a ação educativa tenha caráter ambiental, sublinhando a necessidade de que os seres humanos [...] se reconciliem com a natureza que os circunda, adotando frente a ela uma atitude de preservação e regeneração permanente. (Id. Ibid, p. 111)

A relação cidadania-educação ambiental são referenciais significativos, a fim de que se forme uma frente em defesa da qualidade de vida do ser humano. A construção e o exercício da cidadania no âmbito da questão ambiental vai se manifestar em uma sociedade que enfrenta antagonismos de grupos ativistas de diversas origens e colorações políticas e ideológicas, representados por minorias que reivindicam seus direitos, o seu espaço, o seu estar no mundo, enfim a sua cidadania.

É importante salientar que uma Educação Ambiental Problematizadora instiga à reflexão dos indivíduos onde o modelo de vida da sociedade passa a ser sustentado. Não podemos falar simplesmente em Desenvolvimento Sustentável como sinônimo de desenvolvimento, sem passar pelo crivo dos seguintes questionamentos: - Desenvolvimento Sustentável para quem? O termo desenvolvimento não necessariamente seja sustentável a todos. Um exemplo bem claro disso é a distribuição de riquezas no Capitalismo. Se pegarmos a renda per capita do brasileiro, por exemplo fictício, vamos constatar 100 dólares por habitante, mas os dados frios matemáticos não levam em conta que um indivíduo pode ter o montante de 200 dólares sozinho, enquanto outro não tem nada.

Então, como já venho abordando ao longo dessa dissertação, não podemos confundir crescimento com desenvolvimento. Podemos dizer que a economia mundial tem suas pilastras em fontes esgotáveis de energia como o petróleo. Para a manutenção desse sistema de vida presente na grande maioria das sociedades capitalistas mundiais, não é novidade para ninguém, há a degradação constante dos Ecossistemas. Construimos um submundo para viver e não nos damos conta de suas conseqüências, não nos damos conta do lixo e poluição produzidos. Então, nesse sistema de distribuição de renda capitalista a classe pobre “paga” para que uma parcela mínima da população continue na opulência. Isso se dá claramente através dos impostos.

Dessa forma, uma Educação Ambiental que seja realmente problematizadora vai buscar subsídios em formas de vida que se auto-sustentem, como o Ecomunitarismo. Enquanto vivermos em regimes de governo cujo alicerce está na exploração do homem pelo homem e no acúmulo de riquezas não poderemos pensar numa sociedade sustentável.

Por tudo que venho lendo sobre Desenvolvimento Sustentável observo que há diferentes correntes de orientações e ideologias ambientalistas, que muitas vezes se

confundem, sendo até mesmo antagônicas. Nesse sentido temos os defensores da “natureza intocada” e aqueles que defendem o ser humano como o “senhor dominador da natureza”.

Os defensores da “natureza intocada” acreditam que o ser humano deve se adaptar e se integrar à natureza, e não a natureza ao homem. Nessa ótica, os sistemas ecológicos, formados por florestas, rios, mares e campos, assim como as espécies vegetais e animais, são frágeis e insubstituíveis, e estão ameaçados pelo crescimento da indústria, da tecnologia e da ocupação dos espaços pelos homens. Os interesses das pessoas devem se subordinar à necessidade de preservação das espécies e dos ambientes naturais. Dessa forma, a sociedade deveria ser organizada para atender no máximo às necessidades das pessoas, e não a seus desejos. As tecnologias usadas na agricultura e na indústria deveriam ser as mais simples, fazendo uso intensivo de mão de obra, e poupando ao máximo o uso de recursos naturais, como a água e os minerais. Essa corrente é uma forma extrema de ambientalismo, na medida em que exige, para se realizar, de uma profunda transformação na maneira pela qual as sociedades estão organizadas.

A visão do homem como “dominador da natureza”, também extrema, é uma visão antropocêntrica, para a qual a natureza existe para servir ao homem, e não haveria limites éticos ao uso de recursos naturais e à intervenção e transformação dos ambientes naturais para servir aos interesses humanos. Esta noção faz parte do pensamento moderno, como todos nós sabemos, o qual surgiu com a revolução industrial no século XVIII, que supõe que os recursos da natureza seriam infinitos, e que a capacidade humana de encontrar soluções para seus problemas, necessidades e ambições, através da ciência, da tecnologia e pela organização de grandes sistemas administrativos e produtivos, seriam também ilimitados. O antropocentrismo é também uma visão extrema, na medida em que não coloca limites à ação de indivíduos ou firmas, vê com ceticismo todas as tentativas de proteger e regular o uso dos ambientes e dos recursos naturais, sem atentar para os evidentes problemas que a expansão descontrolada do uso dos recursos naturais vem criando. Na sua forma extrema, a visão antropocêntrica se opõe às tentativas de governos e organizações internacionais de limitar a ação de indivíduos e firmas como contrárias ao progresso, e acredita na capacidade dos mercados de irem corrigindo, por si mesmos, os desajustes gerados pela espoliação dos ambientes e dos recursos naturais.

O que quero chamar a atenção é que entre esses dois extremos que surge o que se denomina, hoje, de "desenvolvimento sustentável". Este termo foi consagrado, e passou a ser adotado por instituições internacionais, governos e organizações comunitárias em todo o mundo, a partir do já famoso relatório de 1987 da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente

e o Desenvolvimento denominado Nosso Futuro Comum, que ficou conhecido como o "Relatório Brundtland", o nome de sua presidente como já abordado anteriormente nessa dissertação. A perspectiva do desenvolvimento sustentável é claramente antropocêntrica, no sentido de que seus documentos expressam a preocupação com o futuro das pessoas, e não com a natureza enquanto tal. Entretanto, ao contrário das formas extremas do modernismo, o desenvolvimento sustentável supõe que a natureza tem limites, que o progresso humano não pode continuar de forma desenfreada, e que deve haver uma responsabilidade coletiva pelo uso dos recursos naturais. O valor fundamental expresso pelo Relatório Brundtland não é o primado da natureza, nem o primado da liberdade individual, mas a responsabilidade intergeracional: a idéia de que é necessário atender às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atender a suas próprias necessidades.

Assim como as demais perspectivas, o desenvolvimento sustentável é um valor, uma ética, uma ideologia. Seu diferencial sobre as outras perspectivas é que busca incorporar os conhecimentos que vêm se acumulando nos últimos anos sobre os problemas ambientais trazidos pelo progresso descontrolado, e busca encontrar um espaço para o atendimento das necessidades humanas que seja compatível com o equacionamento destes problemas. Este espaço deve ser conquistado tomando em consideração dois elementos essenciais: as necessidades das pessoas, que incluem o direito a uma vida digna, mas não os abusos do consumismo descontrolado; e a idéia de limites ao que é possível fazer com os recursos naturais e ambientais disponíveis. Essas noções definem uma atitude, uma preocupação, que não trazem em si a solução dos problemas. Quais são as necessidades a ser atendidas, como limitar o consumo excessivo sem paralisar a economia e criar desemprego, quais os verdadeiros limites no uso dos recursos naturais, qual a capacidade da natureza de se regenerar, qual a capacidade das pessoas e das sociedades de se adaptar a novas condições ambientais e ao uso de novos produtos, tudo isto é matéria de pesquisa, discussão e experimentos.

Existem pelo menos duas versões do desenvolvimento sustentável. Uma é mais pragmática e menos radical, que procura não se antecipar aos problemas, e tratar de resolvê-los um a um, na crença, típica do modernismo, na grande capacidade das pessoas e sociedades em encontrar soluções para os problemas que vão surgindo; enquanto a outra é mais radical, teme mais pelas conseqüências catastróficas do desenvolvimento controlado, desconfia dos poderes da iniciativa individual e da tecnologia para resolver os problemas que já surgem no horizonte, e propõe ações preventivas muito mais fortes e decisivas.

As diferentes perspectivas sobre a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável estão permeadas por outra questão, que é a do papel dos governos e das organizações da sociedade para levar à frente políticas ambientalmente corretas e adequadas. Existem os que defendem a necessidade de grandes sistemas de poder e estruturas complexas de planejamento dentro dos países como internacionalmente; outros acreditam muito mais na força das organizações comunitárias e do poder local; outros, finalmente, colocam suas esperanças na criatividade e eficiência da iniciativa privada. A relação entre estas perspectivas políticas e os valores ambientais não são óbvias, e afetam questões como a natureza do regime democrático e o funcionamento de sistemas federativos como o brasileiro: em nome de uma perspectiva geocêntrica, há quem defenda o fortalecimento do poder dos governos centrais e a criação de sistemas internacionais com grande capacidade de controle e intervenção, enquanto que outros defendem a descentralização política e a ação comunitária.

Todas estas perspectivas são, em maior ou menor grau, combinações de conhecimentos, avaliações e valores que as pessoas possuem a respeito da natureza, da vida humana e da sociedade. Quanto mais conheçamos a respeito do que vem ocorrendo na natureza e na sociedade, mais teremos condições de levar à frente e fortalecer nossos valores. Existe hoje um grande esforço de conhecer melhor o sentido ambiental da atividade humana, inclusive por parte de agências governamentais internacionais e nacionais, como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que precisa ser aperfeiçoado e ampliado. O nosso papel, na educação ambiental, não deve e nem pode se limitar à difusão retórica de nossos valores. Além de dar o exemplo, temos que mostrar aos estudantes as diferentes alternativas e visões sobre o tema ambiental, e sobretudo transmitir conhecimentos que possam aumentar sua capacidade de entender e avaliar os possíveis sentidos e alcances das diferentes opções.

Loureiro (2004b, p. 133) defende uma proposta pedagógica para a educação ambiental através da problematização dos temas ambientais quando afirma:

Por outro lado, por mais que se admita a relevância pedagógica como etapa inicial do educar, não cabe ficar no plano da sensibilização, do reconhecimento do ambiente de vida, da ação no universo particular e de alterações de comportamentos individuais, como coisas válidas em si e suficientes para transformações societárias. É preciso articular a cotidianidade ao macrossocial, em uma atuação política que gere as transformações individuais e coletivas, simultaneamente, e a possibilidade de as experiências localizadas que foram bem-sucedidas se universalizarem.

Dessa forma observamos que uma educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória requer um tratamento mais vivo e dinâmico dos conhecimentos, que não

podem ser transmitidos de um pólo a outro do processo, mas apropriados, construídos, de forma dinâmica, coletiva, cooperativa, contínua, interdisciplinar, democrática e participativa, pois somente assim pode contribuir para o processo de conscientização dos sujeitos para uma prática social emancipatória, condição para a construção de sociedades sustentáveis. Para superar o caráter informativo em busca de uma educação preocupada com a formação do sujeito ecológico, os temas ambientais, locais - significativos, têm que ser tomados como ponto de partida para análises críticas da realidade socioambiental.

Loureiro assevera:

Educar [...] é entender que não podemos pensar pelo outro, para o outro e sem o outro. A educação é feita com o outro que também é sujeito, que tem sua identidade e individualidade a serem respeitadas no processo de questionamento, dos comportamentos e da realidade (2004a, p. 28).

Loureiro (2004) denomina EA Conservacionista aquela EA que tem suas ações práticas dirigidas para a manutenção intacta de áreas protegidas e a defesa da biodiversidade, dissociando sociedade e natureza e, em suas palavras, completa:

[...] está centrada no indivíduo [...] Focaliza o ato educativo enquanto mudança de comportamentos compatíveis a um determinado padrão idealizado de relação corretas com a natureza, reproduzindo o dualismo natureza-cultura, com uma tendência a aceitar a ordem estabelecida como condição dada, sem crítica às suas origens históricas. O importante para esta vertente não é pensar processos educativos que associem a mudança pessoal à mudança societária como pólos indissociáveis na requalificação de nossa inserção na natureza e na dialetização entre subjetividade e objetividade (LOUREIRO, 2004b, p. 80)

Portanto, historicamente, a Educação Ambiental Transformadora (EA Problematicadora) constituiu-se no Brasil na década de oitenta pela aproximação de educadores, principalmente os da educação popular e instituições públicas de educação, junto aos militantes dos movimentos sociais e ambientalistas com foco na transformação societária e no questionamento radical aos padrões industriais e de consumo consolidados no capitalismo (LOUREIRO, 2004a). Retomando o já explanado anteriormente, a influência que Loureiro (2004a) destaca é a pedagogia libertária e emancipatória de Paulo Freire e seus diálogos com a tradição do método dialético marxista. Outra abordagem pedagógica importante é a histórico-social crítica, distinta em vários aspectos da pedagogia freireana, mas também faz parte da tradição emancipatória. Também é importante considerar as influências pedagógicas enfatizadas por Loureiro (2004a) que destaca a tradição dialética marxista da Escola de Frankfurt, a importância de Gramsci que pensa a educação a partir de sua concepção de “escola unitária”, a organização dos movimentos sociais populares e a atuação dos agentes sociais em esferas articuladas às econômicas, para a construção de alternativas

societárias viáveis. As influências de autores que são associados ao “ecossocialismo” ou “ecossocialistas”, como Boaventura de Souza Santos merecem destaque bem como a problemática ecológica em Edgar Morin.

A finalidade primordial da EA Transformadora é revolucionar os indivíduos em suas subjetividades e práticas nas estruturas social-naturais existentes: Em termos concretos, isso significa atuar criticamente na superação das relações sociais vigentes, na conformação de uma ética que possa se afirmar com “ecológica” e na objetivação de um patamar societário que seja a expressão da ruptura com os padrões dominadores que caracterizam a contemporaneidade. Assim posto, privilegiar somente um dos aspectos que formam a nossa espécie (seja o ético, o estético, o sensível, o prático, o comportamental, o político ou o econômico, enfim, separar o social do ecológico e o todo das partes) é reducionismo, o que pouco contribui para uma visão da educação integradora e complexa de mundo (LOUREIRO, 2004a, p.73). Loureiro caracteriza a EA Transformadora como uma educação permanente, cotidiana e coletiva pelo qual agimos e refletimos, transformando a realidade de vida: Está focada nas pedagogias problematizadoras do concreto vivido, no reconhecimento das diferentes necessidades, interesses e modos de relação com a natureza que definem os grupos sociais e o lugar ocupado por estes em sociedade, como meio para se buscar novas sínteses que indiquem caminhos democráticos, sustentáveis e justos para todos. Baseia-se no princípio de que as certezas são relativas; na crítica e autocrítica constante e na ação política como forma de se estabelecer movimentos emancipatórios e de transformação social que possibilitem o estabelecimento de novos patamares de relações na natureza. (LOUREIRO, 2004, p. 81).

A metodologia da EA Transformadora está na participação e no exercício da cidadania:

[...] princípios para a definição democrática de quais são as relações adequadas ou vistas como sustentáveis à vida planetária em cada contexto histórico. [...] Educar para transformar significa romper com as práticas sociais contrárias ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade, estando articulada necessariamente às mudanças éticas que se fazem pertinentes (LOUREIRO, 2004a, p. 81).

As diversas adjetivações de EA vêm sendo construídas num movimento de oposição às práticas de EA que tem forte foco ecológico, separando os problemas ambientais dos sociais, econômicos, culturais e políticos (denominada aqui de EA Conservadora). Este exercício de pensar e re-pensar a EA coloca-se como uma oportunidade de resgatar propostas

e práxis pedagógicas que há muito tempo pareciam estar adormecidos e que ao serem trazidos para dimensão da EA enriquecem suas bases teóricas e epistemológicas.

Acredito que a EA não pode ser um instrumento de reforço para manter a realidade que está consolidada na nossa sociedade; a EA vista como instrumento transformador da realidade (social, ambiental, política, econômica) deve consolidar novas posturas e adequar suas práticas. Certamente, as adjetivações citadas anteriormente sofrerão amadurecimentos teóricos, epistemológicos e perspectivas para a aplicabilidade eficaz de práticas embasadas em suas vertentes. Ao contraporem-se a uma EA Conservadora, as adjetivações de EA vislumbram um desafio: de colocar a educação e, em especial, a EA como um elemento central para a construção de uma sociedade socialmente mais justa, ecologicamente sustentável e igualitária. Obviamente que não acredito que a educação sozinha pode mudar uma sociedade – ser uma salvadora. Nas palavras de Loureiro (2004a, p. 58): “a educação não é o único meio para a transformação, mas um dos meios sem o qual não há mudança”. Entendo que o papel da educação e EA vão além do educativo, alcançam o âmbito social.

4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROBLEMATIZADORA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

4.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROBLEMATIZADORA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: COMPARAÇÃO CRÍTICA

4.1.1 A Proposta Ecomunitarista e o Desenvolvimento Sustentável

Por tudo que vem sendo discutido ao longo dessa dissertação a proposta ecomunitarista pode ser pensada enquanto um dos caminhos alternativos para se chegar a construir um desenvolvimento sustentável (DS) que tenha realmente sustentabilidade. Quando Velasco propõe um regime comunitário pós capitalista, o qual é capaz de organizar as relações produtivas inter- humanas e entre estes e a natureza dá o primeiro passo decisivo para o processo da sustentabilidade a medida que integra ser humano e natureza.

É sabido que o regime Capitalista com sua forma de produção e construção consumista não comporta uma sustentabilidade do ambiente em que vivemos. Ainda confunde-se progresso com crescimento econômico à custa de uma exploração desenfreada da natureza. Contudo, é interessante notar que esse processo de exploração está apresentada de forma sutil no nosso dia-a-dia. Vejamos nossa vida desde quando acordamos até irmos dormir. Vamos trabalhar e ou estudar utilizando veículos a gasolina, o que é extremamente prejudicial e nocivo para a atmosfera, depois voltamos apressados para almoçar novamente poluindo, comemos comidas de preparo rápido, em sua grande maioria com conservantes e ainda produzimos muito lixo, os quais vão para dentro de sacolas plásticas para serem colocadas num aterro a céu aberto e custará pelo menos três gerações para muito desse lixo se decompor. Bem, o problema é que nosso estilo de vida não é sustentável, e nós nos vemos inseridos nessa grande engrenagem. A questão é: como escapar dela? Como sensibilizar e mudar a percepção das pessoas? O que é necessário para essa mudança de paradigma?

É nesse ponto que acredito que a visão ecomunitarista possa dar o pontapé inicial para essas respostas. Não que seja uma proposta milagrosa, mas justamente por suas premissas respeitarem as particularidades de cada pessoa e comunidades em seus contextos. A visão de sustentabilidade não pode ser única e aplicada da mesma maneira em todos os lugares, porém

deve seguir sim uma nova concepção de vida e de mundo, a qual dê conta de reintegrar o ser humano de forma harmônica com a natureza.

Se analisarmos o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades percebemos que ele deve ser analisado com cautela. Primeiro que necessidades são essas? Além disso, se tem uma visão dissociada por que se tivermos atitudes que prejudiquem a geração atual é claro que conseqüentemente a vindoura também será prejudicada.

Bem é preciso que se construa uma nova percepção de mundo entre as pessoas. Velasco (2003, p. 144) entende que uma das barreiras a ser vencidas nesse sentido é justamente constituir maiorias embora a máquina de formar cabeças é o aparelho ideológico do capitalismo. Sem dúvida nenhuma a mídia assume papel preponderante nesse processo, ditando o que os cidadãos devem pensar, consumir, enfim, inclusive toma decisões formais nos processos eleitorais.

Dessa forma, acredito que a mudança de percepção das pessoas é urgente para que se possa pensar em um regime sustentável. Se não mudarmos a forma de pensar vamos continuar reproduzindo os valores do panorama capitalista. Por isso a incorporação das premissas ecomunitárias em nosso cotidiano é um passo importante e decisivo nesse processo. Proponho analisar quatro aspectos importantes apontados por Velasco na construção de uma consciência para um regime comunitário pós-capitalista e relacioná-los com o desenvolvimento sustentável: a atividade produtiva, a relação homem-natureza, a satisfação das necessidades humanas e o processo histórico. É importante salientar que cada comunidade deve ter a liberdade de incorporar esses aspectos em seu cotidiano da maneira que melhor se ajustar a cada contexto histórico.

Dentro do âmbito da atividade produtiva a visão ecomunitarista propõe o não-trabalho em que consiste na valorização dos dons de cada indivíduo através da expressão livre das energias produtivas, na qual as pessoas realizam alternadamente suas múltiplas vocações. Velasco (2003, p. 81). É uma visão sustentável, por que parte do princípio que todos os cidadãos contribuirão com as necessidades comunitárias e se adequarão a elas. Além disso, como a tendência é esse processo começar em pequenos grupos, há toda uma ótica local, em que a própria comunidade pode chegar a um comum acordo e decidir quais são suas necessidades, levando em consideração o meio em que vivem. Para tanto é preciso que se estabeleça um “pacto de convivência”, o qual significa um acordo consensual dos produtores livremente associados, havendo uma rotatividade das atividades. Da mesma maneira o

produto do não- trabalho se orientará por um “pacto de produção” e “distribuição” ajustando-se ao lema do Ecomunitarismo: De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade. Tudo isso tem como alicerce as ciências e suas aplicações não-poluentes. A prática da ciência no Ecomunitarismo é uma atividade que pode ser exercida em alternância com outras, o que foge da regra capitalista da especialização e unilateralização.

A relação homem-natureza no Ecomunitarismo toma uma postura de caráter preservador e regenerador reconciliando os seres humanos com a mesma. Para tanto é alicerçada numa educação problematizadora, a qual caracteriza o panorama cultural-educativo nas instâncias formais e informais. Essa relação supera o caráter utilitarista e unitarista amputado anteriormente a natureza e aos seres humanos. Parece-me de suma relevância abordar dentro desse contexto a diferença entre necessidades humanas legítimas e necessidades artificiais, essa última relacionada com o consumismo, postura completamente antagônica ao pensamento sustentável. Por necessidade legítima entende-se

[...] toda carência posta pelo desenvolvimento universal dos indivíduos que não transgrida a livre autodeterminação de qualquer outro, com o qual a única relação admissível com vistas à satisfação de desejos é a do consenso e que não contrarie a preservação de uma natureza exterior saudável do ponto de vista produtivo [...]. (VELASCO 2005, p. 88).

Outra característica importante para se chegar a um desenvolvimento sustentável através do âmbito do ecomunitarismo é como se gerencia as relações de poder entre as comunidade. O poder no Ecomunitarismo não tem a mesma conotação de domínio e lei do mais forte como no regime capitalista. Pelo contrário, as relações de poder devem respeitar as duas primeiras normas da ética, seguindo a idéia comunista marxiana da substituição de governo. Assim, esse modelo caracteriza-se pela administração conjunta das coisas, pelo rodízio obrigatório das autoridades representativas bem como o uso da liberdade individual.

Bem, essa visão comunitária pretende superar a dicotomia dirigentes- dirigidos. Para tanto, como formas de ação pedagógica e política, precisamos abranger todos os espaços das relações humanas (como por exemplo, as ações de bairro, dos movimentos e organizações culturais e sociais não governamentais, incluindo as das “minorias”, as sindicais, políticas e aquelas realizadas por intermédio dos diversos meios de comunicação, a mídia). (VELASCO, 2003, p. 135).

A superação dessa dicotomia requer uma organização social com base na pedagogia da libertação, construindo espaços comunitários em que impere a democracia direta, horizontal e consensual entre os indivíduos. Além disso deve haver alternância constante das autoridades representativas de acordo com o decidido pela comunidade. Para tanto, faz-se necessário, um

diálogo nunca terminado, onde o contexto se processa através do desvelamento crítico da realidade, antes, durante e depois das ações compartilhadas. Como ponto de partida Velasco se volta para a base da formação humana no ambiente familiar que deve seguir uma orientação pedagógica num processo de socialização, onde os desafios dos pais é justamente equilibrar o princípio do prazer com o princípio da realidade.

Retomando o já mencionado é importante destacar que ecomunitarismo também pode ser definido como a ordem socioambiental utópica pós- capitalista (talvez nunca alcançável, mas indispensável horizonte guia da ação), capaz de se articular com base nas três normas da ética e de se manter-se pela postura de seres humanos em atitude de libertação. (VELASCO, 2003, p. 20). Bem, aqui Velasco refere um ponto importante para a formação de uma sociedade para o desenvolvimento sustentável: atitude de libertação. E como chegar nessa atitude num contexto em que as pessoas em sua grande maioria, não estão acostumadas a refletir sobre suas vidas? É o desafio de uma pedagogia libertadora/problematizadora que começa na família e estende-se à educação formal.

Proponho para refletir sobre uma maneira de discutirmos essa questão elucidar o que Velasco denominou “respostas aos obstáculos do Ecomunitarismo”. Dentre elas temos a organização de respostas coletivas em que a vontade da maioria dos participantes de forma democrática direta determina as funções representativas que se fizerem necessárias. Esse é um pensamento sustentável por que as escolhas feitas vão respeitar o que é importante para o coletivo e não o que é interessante individualmente como no capitalismo. Um outro fator que chama a atenção é a força dos slogans e comunicados, os quais na grande maioria das vezes maniqueízam a realidade. O próprio discurso do “desenvolvimento sustentável” adotado por muitas empresas assume esse caráter de marketing e propaganda, não tendo uma efetividade prática.

Parece-me oportuno refletir sobre a frase que Velasco leu num banheiro da Holanda e que a caracterizou como a grande pergunta do século XXI: “A questão é saber se podemos tudo aquilo que queremos e se queremos tudo aquilo que podemos”. Acredito que esse dizer se aplica bem na construção de um comportamento sustentável, nele contendo portanto uma verdade universal. Seguir seu preceito implica em parar para pensar na ética de nossos desejos e atitudes. É claro que não podemos tudo aquilo que queremos, especialmente por que o nosso “querer” numa sociedade capitalista é um “querer” forjado pela violência sutil da imposição do que devemos desejar. Se perguntarmos hoje para uma criança o que ela quer, geralmente teremos um desfile de artigos e brinquedos que estão na moda, que a mídia impõe sutilmente

como indispensáveis e os próprios pais/ familiares inconscientemente são levados a querer consumi-los.

Pelo fato do regime capitalista incentivar que devemos querer tudo aquilo que podemos é que temos as disparidades sociais tão acentuadas no mundo. Certa vez estava lecionando com os alunos do técnico de enfermagem aula prática de pediatria na Santa Casa do Rio Grande e entramos num quarto que havia uma criança vítima de abuso sexual de aproximadamente cinco anos de idade. Como era véspera de Páscoa, perguntamos o que ela queria ganhar de coelhinho da páscoa? Sua resposta nos marcou profundamente: “amor para que eu possa estar sempre feliz”. Pois é, amor, falta o verdadeiro sentido dessa palavra no mundo em que estamos inseridos. A lógica capitalista tolhe o que há de mais precioso num ser humano: sua liberdade e criatividade.

Por isso, somos obrigados a pensar num horizonte além capitalista, além fome, miséria, opressão e violência diários. Quando leio sobre o Ecomunismo tenho uma chama de esperança que podemos construir e transformar esse sistema caótico vigente que instiga o que há de pior no ser humano: a ganância e o egoísmo extremos.

4.1.2 A concepção de Loureiro e o Desenvolvimento Sustentável

Concordo com Loureiro quando afirma que passamos por uma crise civilizatória antecipada por uma crise ética. Se não nos respeitamos uns aos outros por que nos perdemos enquanto espécie do propósito de nossa existência como esperar que as ações humanas possam adequar-se a uma maior integração à natureza?

Não se trata de discurso bonito de sensibilização ecológica, pois é fato que a vida depende de uma harmonia para seguir seu curso e infelizmente as ações de nossa espécie colocaram tal equilíbrio em cheque.

Enfrenta-se um grande desafio em falar sobre desenvolvimento sustentável na sociedade do consumo e do desperdício num cenário de desvalorização constante. Na verdade com a construção do mundo do descartável e do acúmulo de riquezas nos colocamos também como mercadorias escravizando uns aos outros e ao ambiente em que vivemos.

Loureiro enfatiza que para haver uma sustentabilidade é necessário seguirmos uma tradição teórica crítica e emancipatória, em que a sustentabilidade da vida, a atuação política consciente e uma ética ecológica sejam seus alicerces. Além disso, preconiza um processo

pedagógico em que coloque o ser humano enquanto ser da natureza, responsabilizando-o por suas atitudes. Interpretamos o mundo, a vida e as pessoas da mesma maneira que somos tratados no regime capitalista. Então, nessa ótica, tudo é descartável e tem valor utilitarista.

A meu ver esse é o maior problema do mundo moderno e o comportamento das sociedades realimenta e revigora esse regime consumista e desenfreado. A corrida pelo acúmulo de riquezas dá uma sensação falsa de poder e revigora o individualismo e egoísmo humano. Portanto incentiva valores não condizentes com uma nova sociedade ecológica que queremos formar.

Por isso, concordo com Loureiro quando afirma que o capitalismo educa as pessoas de forma consumista, cegando-as e desviando-as dos valores de conservação da natureza. É uma visão distorcida da realidade que faz com que o ser humano se distancie de sua essência. Se a educação é um processo global e sua práxis se dá em todas as esferas (família, trabalho, instituições políticas, modo de produção, interações ecossistêmicas) é importante que saibamos que valores estamos formando e passando uns aos outros.

Para a construção de uma sociedade sustentável é necessário que entendamos o verdadeiro sentido e o movimento da práxis. Práxis enquanto ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo (FREIRE, 2006, p. 42), enquanto ação intersubjetiva de sujeitos livres e conscientes numa interação dialógica, fazendo com que os atores sociais venham a agir e se perceber como partes integrantes do contexto em que vivem (LOUREIRO, 2004).

Outro aspecto importante que Loureiro aborda é justamente a importância de se repensar os atuais caminhos na compreensão da Educação Ambiental. Percebo que tal entendimento é imprescindível para problematizarmos uma sociedade sustentável. Dessa maneira Loureiro levanta alguns questionamentos conservadores que vêm a entrar o caminho dialógico da EA, dicotomizando-a: supremacia do saber científico sobre o popular, solução técnica descolada das relações de poder e da política e “caminho para a salvação planetária” associado exclusivamente ao plano da ética e da consciência.

O autor aponta um fator relevante no sentido em que estamos vivendo uma nova etapa no amadurecimento político e conceitual em nosso país. Assim, há um acúmulo prático e teórico de conhecimento suficiente para a construção de uma política pública capaz de promover uma sensibilização ecológica. Esse é um aspecto positivo da dinâmica social brasileira, o qual faz com que as pessoas questionem o modo de vida que levamos. Contudo é preciso que as ações se traduzam em escolhas e atitudes claras, sendo legitimadas, pois assim teremos efeitos coletivos e sociais mais abrangentes.

Uma emancipação social rumo a uma sociedade sustentável precisa vencer a organização da sociedade vigente, a qual se caracteriza na aceleração da produção de riquezas materiais alienadas para permitir a reprodução e acumulação do capital, apropriação privada e desigual do patrimônio natural, transformação dos bens de uso em bens de consumo definidos por seu valor de troca, banalização da existência e mercantilização de tudo. (LOUREIRO, 2004, p. 48).

Loureiro entende que é inquestionável que as finalidades de modelos de desenvolvimento que se pretendem sustentáveis dependem de imperativos éticos condizentes, de valores que afirmem a indissociabilidade entre o social, o ambiental e o econômico. Porém discorda da tentativa de algumas tendências atuais em Educação Ambiental determinar a dimensão ética sobre as demais, unidirecionando-a como modo de vida. O autor discorre que não é a ética que define a sociedade, uma vez que a última é que cria as condições para instituímos determinados padrões éticos e morais que são aceitos em determinada organização social. Nesse sentido a ética não é uma estrutura estática, moldando o comportamento dos indivíduos, uma vez que seus valores estão imbrincados em condições históricas específicas, influenciadas pela capacidade humana de ir além do existente, num mover dialético de mútua constituição entre objetividade e subjetividade.

Loureiro apropria-se de Morin (2002a) para explicar que o estabelecimento de princípios éticos é resultado da complexidade da vida das transformações psicológicas e valores pessoais, sendo construída culturalmente, pressupondo história e organização social em um ambiente. Assim, a ética do gênero humano está no desenvolvimento conjunto da consciência individual para além da individualidade, da participação comunitária e do sentimento de pertencimento a uma espécie, num todo indivisível entre indivíduo/sociedade/espécie.

Outro aspecto relevante destacado é que a ciência e a tecnologia estão a serviço do modelo neoliberal. Há um acúmulo e quantidade de saber científico disponível, cujos efeitos não são distribuídos igualmente na sociedade contemporânea. Assim esses meios reproduzem a situação de exclusão social e a lógica de exploração do patrimônio natural, em vez de serem socialmente apropriadas em bases igualitárias.

Para se chegar a uma sustentabilidade num mundo crivado por profundas desigualdades socioeconômicas e culturais como o nosso é preciso um posicionamento ético que vise o senso comum e que se saiba que esse senso comum não pode pertencer a lógica neoliberal que é justamente expandir o padrão de consumo europeu e norte-americano para o mundo. Considero relevante destacar algumas situações abordadas por Loureiro e discuti-las

por considerá-las essenciais para um comportamento sustentável: descontextualização dos temas geradores, ingenuidade em relação à finalidade e alcance dos projetos junto a empresas privadas, valorização de campanhas como procedimento educativo descoladas de uma proposta pedagógica, redução da educação à divulgação científica e a formação de hábitos e baixa compreensão acerca do significado de desenvolvimento e progresso, dentre outras incongruências cotidianas.

Em relação a descontextualização dos temas geradores Loureiro destaca que não é viável acreditar ingenuamente que podemos reverter o quadro dos problemas ambientais apenas com mudanças de hábitos familiares e comunitários, eximindo de responsabilidade a estrutura social e o modo de produção. Nesse sentido, é preciso ir além do escopo individual atuando em esferas coletivas, políticas e problematizadoras da realidade. No âmbito formal implica vincular a escola às formas organizacionais de pais, funcionários, professores e comunidade, rediscutindo a gestão escolar, os conteúdos e as atividades extracurriculares a partir do cotidiano da vida, colocando a prática educativa ambientalista em sua real complexidade. Na esfera dos projetos em comunidades significa socializar a informação e o diálogo entre saberes, compreendendo globalmente a realidade em que se vive. Para tanto faz-se necessário mudar condutas locais e favorecer a organização e mobilização para processos de intervenção nas políticas públicas, de cobrança e diálogo com governos e iniciativa privada.

Explicitando a ingenuidade em relação a finalidade e alcance dos projetos junto a empresas privadas Loureiro chama a atenção que os educadores ambientais devem saber se posicionar com a devida autonomia política e reflexiva diante da possibilidade de realizarem projetos de EA via empresas cujos impactos sobre a dinâmica ecossistêmica são relevantes. É preciso atentar que muitas dessas empresas por uma questão de marketing ecológico, pregam uma propaganda enganosa de preservação, mas continuam a seguir uma lógica privada e de acumulação de riquezas. Assim é importante uma discussão pública sobre as formas institucionais de financiamentos de projetos de modo a se construir caminhos democráticos e transparentes que impeçam a subordinação das ONGS (Organizações Não-Governamentais) e organizações da sociedade civil aos interesses mercantis e privados.

Na valorização de campanhas como procedimento educativo descoladas de uma proposta pedagógica o educador ambiental deve construir um trabalho efetivo que propicie processos conscientes de ação política vinculados a modos de organização produtiva não capitalistas e atitude individual coerente, redefinindo o conjunto das relações sociais na natureza. Tal postura evita que falemos de ética sem associá-la à base estrutural que é a da

preservação. Nessa mesma linha de entendimento é preciso que os educadores ambientais cuidem para não reduzir a educação à divulgação científica e à formação de hábitos, levando em consideração a cultura das populações tradicionais que vivem em unidades de conservação.

Em relação a baixa compreensão acerca do significado de desenvolvimento e de progresso, dentre outras incongruências cotidianas Loureiro chama a atenção que o modelo reformista-liberal embora tenha um “discurso bonito” do desenvolvimento de tecnologia limpa, da qualidade total e de um mínimo de inclusão social, de uma sustentabilidade no capitalismo, não questiona radicalmente o padrão civilizatório. Além disso se utiliza de aplicação de metodologias pedagógicas idealizadas e simplistas.

Pensar na construção de uma sociedade sustentável significa romper com a perpetuação das relações de poder e interesses globais estabelecidos, com a subordinação das necessidades vitais à necessidade de lucro imediato, com a insensibilidade para com os ecossistemas quando estes não são de interesse humano direto e com a submissão da vida ao econômico, problematizando criticamente a possibilidade de existirmos com dignidade sob o signo capitalista. (LOUREIRO, 2004, p. 57).

Finalizando, o autor defende que caba a Educação Ambiental articular as diferentes culturas e modos de entender a ameaça à vida no planeta. Outrossim, só vai se gerar um sentido de responsabilidade social e planetária problematizando as ideologias e interesses existentes nos bastidores dos múltiplos modelos de sociedades sustentáveis que almejam se consolidar no debate ambientalista.

4.1.3 As concepções de Velasco e Loureiro: convergências

Os autores concordam que uma educação ambiental problematizadora deve partir do princípio de uma construção individual e coletiva que assuma uma metodologia coerente para se chegar a uma efetiva sustentabilidade da vida e das relações entre os seres humanos. Na intermediação homem- natureza está o trabalho como expressão final do homem com a natureza e conseqüentemente com o mundo e a maneira como ele se constrói. E tanto Velasco quanto Loureiro apóiam-se no paradigma de Marx afirmando que o regime Capitalista torna a expressão do homem com o mundo, ou seja, o trabalho, objeto de escravidão e desprazer.

Velasco condena o Capitalismo tomando como base as três normas da ética argumentativa, assunto esse que será abordado de maneira mais aprofundada ainda nesse capítulo. Acredita que o regime ecomunitarista é capaz de dar conta de uma sustentabilidade através de uma educação ambiental problematizadora. Para tanto, aponta algumas questões estratégicas e epistemológicas da política ecomunitarista de libertação.

Então a pergunta que se faz é: de que forma o Ecomunitarismo através de uma educação ambiental transformadora pode chegar a uma sustentabilidade compatível com a vida e com as pessoas?

É importante considerar que no Ecomunitarismo o poder é descentralizado, sendo uma relação que se renova através de um rodízio consensualmente decidido por todos os participantes da comunidade.

Além disso, pautadas nas três normas da ética e convergindo com a abordagem problematizadora de Paulo Freire a pedagogia proposta por Velasco é transformadora/libertadora por que constrói o indivíduo para ser universal e tem liberdade de expressar para o mundo seus dons. Mais do que isso, nessa modalidade de interação pedagógica o indivíduo é respeitado e incentivado a ser produtor/consumidor consciente de tudo que for conquistado e distribuído dentro de sua comunidade.

Loureiro aposta numa orientação teórico-metodológica que possibilite o diálogo e a construção de novas sínteses teórico- práticas coerentes para o saber ambiental em que permita uma compreensão da realidade concreta onde ocorra o entendimento do movimento dinâmico das relações e processo de fluxos que definem a vida. Acredita que um dos caminhos plausíveis é o método dialético consolidado no pensamento marxista.

Bem, em relação a ética na EA, Velasco e Loureiro apresentam abordagens similares para se chegar a uma sustentabilidade. Loureiro elucida que o modelo neoliberal vigente tem uma ética divergente da que buscamos ver consolidada na sociedade, mas não deixa de ser ética. Como todos nós sabemos, ela legitima a busca desenfreada por crescimento econômico, a minimização do Estado, o livre mercado total, a competitividade e o desenvolvimento tecnológico como instrumento suficiente para minimizar os impactos ambientais. Nesse sentido, Loureiro aborda ética no tocante a vínculos comunitários que definem normas de conduta (moral). Então, um posicionamento antiético, visto por esse prisma, seria negar o outro, nossa ligação coletiva, configurando um egoísmo extremo. Assim, Loureiro afirma que há uma ética no capitalismo, embora a mesma seja questionável.

Contudo, aprofundando a discussão de uma ética para a sustentabilidade, Velasco vai um pouco mais além, e com base na terceira norma da ética afirma que o Capitalismo não

possui ética. Comungo dessa idéia, por que a lógica capitalista fugiu de um controle sustentável, gerando uma crise de percepção e conseqüentemente uma alienação. Com base em Marx, (VELASCO, 2005:p56) reitera:

[...] que no capitalismo há privatização da natureza enquanto macroobjeto e macroinstrumento de produção sobre o qual o proprietário tem, como sobre qualquer outro de seus bens, ‘direito irrestrito de uso e abuso’ e acerca do qual o não- proprietário manifesta a indiferença que caracteriza sua relação com a sorte de tudo aquilo que não lhe pertence [...].

Tais atitudes de indiferença só reforça ainda mais as problemáticas sociais em que vivemos, vindo espelhar inclusive a crise ambiental cada vez mais profunda.

4.1.4 Desenvolvimento Sustentável e Normas da Ética

1- Devo garantir minha liberdade individual de decisão porque eu garanto minha liberdade individual de decisão é condição de a pergunta “Que devo fazer?” é feliz.

2- Devemos buscar consensualmente uma resposta para cada instância da pergunta “O que devemos fazer? Por que Nós buscamos consensualmente uma resposta para cada instância da pergunta ‘O que devemos fazer?’ é condição da pergunta ‘o que devemos fazer?’ ser feliz”.

3- “Devemos conservar a natureza saudável do ponto de vista produtivo porque A natureza (é) saudável do ponto de vista produtivo é condição de Nós fazermos a pergunta ‘O que devemos fazer?’”

Com base nas três normas da ética podemos dizer que sua aplicabilidade permite a construção de um ambiente saudável e de uma vida sustentável. A primeira norma exige lutar pela liberdade de decisão, implicando que em primeira instância devemos pensar sobre nossos atos e atitudes, dando-nos oportunidade de reflexão. Conceitualmente falando, parece algo muito simples e fácil de incorporar no cotidiano, porém vivemos num regime capitalista em que os cidadãos não são instigados a pensar, pois a idéia que é vendida nesse sistema é justamente que as coisas acontecem independentes de nossas escolhas e decisões. A política é um exemplo bem claro disso, pois o descrédito dos eleitores tem aumentado substancialmente nos últimos anos e muitos declaram que votam por que são obrigados, pois não acreditam que possam mudar o panorama das problemáticas sociais.

A segunda norma da ética faz justamente uma ação pedagógica dialógica a partir do momento em que refletindo sobre o que eu devo fazer eu levo em consideração o meu entorno. Assim, nesse contexto, em o conhecimento e os parâmetros de conduta se constroem e reconstroem com base no consenso argumentativamente estabelecido; essa ação visa desenvolver o máximo possível a liberdade de decisão individual, em consonância com o que reza a primeira norma; a terceira, por fim, exige que a ação educativa tenha caráter ambiental, sublinhando a necessidade de que os seres humanos (tendencialmente orientados para a reconciliação com base nas duas primeiras normas) se reconciliem com a natureza que os cerca, adotando frente a ela uma atitude de preservação e regeneração permanentes.

Então a educação deve primar justamente na reflexão de que escolhas devo fazer para que mantenha a família, os vizinhos, o bairro, a cidade, o país, o planeta Terra em consonância sustentável? Mais uma vez é preciso que reflitamos o tipo de educação que nossos jovens estão expostos. Na Educação formal preparatória para o mercado de trabalho, deves estudar não por que é importante para tua constituição enquanto ser humano mas sim para conseguir uma boa vaga no mercado de trabalho e assim ter dinheiro para poder consumir, consumir e consumir. Consumir o que e de que forma? No capitalismo isso não importa, o produto do consumo poder ser desde objetos e bens duráveis até seres humanos, o que der maior lucratividade é o que importa. Então para complementar a forma alienada de pensamento, já que o individualismo é premissa básica desse sistema, temos uma mídia ditando tudo que devemos fazer, os produtos que devemos consumir e o que está na moda fazer. A classe que tem um poder aquisitivo razoável, a popular classe média, trabalha para sustentar esse sistema, sendo boa parte da população economicamente ativa. Os mais pobres financeiramente, por sua vez, sonham em consumir o que a classe média consome e revoltam-se por não terem as mesmas oportunidades, acarretando com isso a violência, crimes e caos urbano das grandes cidades.

A classe rica que é minoria e detêm a maior parte do acúmulo de riquezas e controlam os outros seres humanos, escravizando-os em virtude disso, fazendo-os lutar em um sistema que nunca vai os compensar, por que lhes tira o direito de pensar e decidir, pois pensa e decide por estes. Além disso, são descartáveis, pois a qualquer momento podem ser substituído por outro ser humano que faça melhor. Essa forma de massacre humano espelha também a maneira que tratamos a natureza. Ora se o meu semelhante é descartável, a natureza também é descartável e deve ser usurpada e utilizada de acordo com as necessidades consumistas desse sistema desenfreado de consumo. Contudo chegamos num ponto crucial e insustentável, pois se percebe que a natureza não vai dar conta por muito tempo dessa maneira

atual de pensar e agir. A ganância, egoísmo do ser humano é infinita, mas os recursos naturais utilizados para isso não o são.

A terceira norma da ética versa justamente sobre o ser humano se perceber parte ativa da natureza. Natureza e seres humanos são inseparáveis e não devem, pelo menos não deveriam, serem tomados separadamente. Conservar a natureza saudável significa acima de tudo conservar a nós mesmos saudáveis. Incrivelmente o ser humano é o único ser vivo na face da terra que destrói o ambiente em que vive. Criamos um mundo a parte de dos princípios harmoniosos da natureza e só agora nos damos de conta que dependemos do equilíbrio desse sistema para sobreviver.

É imperioso que a comunidade planetária tenha uma ética universal, a qual não permita que para o benefício de uma minoria que acumula capital, o resto da humanidade tenha que padecer as conseqüências do descontrole ao explorar as riquezas naturais de nosso planeta. A maioria das pessoas não percebem, mas passamos uma vida para adquirir bens materiais e depois nos tornamos reféns de tudo que construímos.

5 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DA SAÚDE

5.1 REFLETINDO BREVEMENTE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DA SAÚDE

Tomando como ponto de partida que a enfermagem é uma profissão comprometida com o cuidado do ser humano pretendo abordar a intrínseca relação entre a profissão que cuida, o ser que é cuidado e o ambiente onde este cuidado se realiza. Relação esta, cuja importância é reconhecida e referendada desde os tempos de Florence Nightingale⁷, embora nem sempre tenha recebido a atenção que merece.

Baseada em relatório da OMS, Pascalicchio (1998) diz que cerca de 75% dos 49 milhões de pessoas que morrem todos os anos são vítimas de doenças relacionadas às questões ambientais ou a estilos de vida e, por essa razão, passa a ser imprescindível relacionar a questão da saúde com o meio ambiente. Acrescento a isso, a inadiável necessidade de promover um rompimento com a visão antropocêntrica, predominante da modernidade, que concebe o domínio do homem sobre a natureza e, novamente, reconduzi-lo a ser apenas uma das partes integrantes desta natureza e não mais o seu dominador.

Respalado em Arendt e Wolin, Leis (1999) reafirma que antes do século VI a.C. a natureza, o ser humano e a sociedade formavam um contínuo e estavam submetidos à mesma legalidade. Assim, em termos de relevância os fenômenos ficavam, praticamente, indiferenciados entre eles. Para esses autores, os primeiros a separar a legalidade da sociedade da legalidade da natureza foram os sofistas no século V a.C.

Ainda no século XIX, época em que segundo Leis (1999) tem origem a preocupação estética pelo meio ambiente, este tema começa a espalhar-se por todo o tipo de lugar e pessoas e membros das mais variadas formações e pertencentes a todo o tipo de instituições e setores sociais, começam a conscientizarem-se acerca de sua importância.

² Enfermeira. Precursora da enfermagem moderna que viveu na Inglaterra de 1820 a 1910, tendo atuação destacada na guerra da Criméia. Em seu país, atuou na reforma de hospitais militares de campanha, na administração sanitária do exército; participou da elaboração de políticas internas e externas; atuou como *expert* em assuntos sanitários e lançou as bases da enfermagem como profissão, para todo o mundo. (CASTRO, 1989).

Bem mais tarde, já na década de 60 iniciou-se, em caráter mais formal, a preocupação da comunidade internacional com os limites do desenvolvimento do planeta. Isto aconteceu em decorrência das discussões sobre os riscos da degradação do meio ambiente. Tais discussões ganharam tamanha repercussão que levou a ONU a instituir, em 1983, uma Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), com a finalidade de criar propostas para harmonizar as questões de meio ambiente e desenvolvimento. Esta comissão que ficou conhecida, como vimos antes, pelo nome de seu presidente como “Comissão Brundtland”, teve seu trabalho destacado pelo fato de conseguir um consenso mundial que ultrapassou as diferenças políticas existentes entre países ricos e pobres, capitalistas e socialistas, através da articulação entre a ética e a política e, fundamentalmente, pelo reconhecimento da complexidade e interdependência de países e fenômenos.

Como vimos ao encerrar suas atividades em 1987, esta Comissão apresentou seu relatório denominado “Nosso Futuro Comum”, cujo núcleo está centrado na formulação de princípios do que hoje conhecemos como desenvolvimento sustentável. Conforme este relatório,

o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (CMMAD; 1988, p. 49).

Ainda, segundo Barbieri (1997, p. 25),

a partir desse conceito de desenvolvimento, a Comissão Brundtland recomendou: retomar o crescimento como condição necessária para erradicar a pobreza; mudar a qualidade do crescimento para torná-lo mais justo, equitativo e menos intensivo em termos de matéria prima e energia; atender as suas necessidades humanas essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar os riscos; e incluir o meio ambiente e a economia no processo decisório.

Já em 1992, por convocação da ONU, através da resolução 44/228, realizou-se, como vimos, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, denominada “Cúpula da Terra”, que aprovou um documento intitulado “Agenda 21”, o qual incorpora e consagra as linhas mestras do relatório da Comissão Brundtland. Foi nessa Conferência que a interface entre o conceito de desenvolvimento e a sustentabilidade apareceu.

Esse breve histórico mostra-nos que o meio ambiente, que até bem pouco tempo, detinha pouca visibilidade tanto na área política quanto na área da saúde obriga-nos, hoje, a repensar o seu lugar, já que as principais tendências sócio econômicas e suas mais prováveis

conseqüências ambientais, referidas por diversos autores, apontam para o rápido crescimento da população, trazendo como conseqüência provável o aumento da pobreza e a escassez dos recursos naturais; a globalização da economia e o avanço tecnológico, provocando, tanto por via direta, quanto indireta, a contaminação e/ou degradação dos ecossistemas; a forma como o ser humano vem utilizando o ambiente e seus recursos que, muitas vezes, acaba produzindo mudanças climáticas globais, perda da biodiversidade e perda da diversidade cultural. Todos esses problemas, além de outros que pairam como ameaças sobre o próprio homem, obrigam-nos a pensar e recriar formas diferentes para bem viver neste planeta. Ao mesmo tempo, torna-se praticamente inviável que os profissionais da saúde continuem a prestar um cuidado dissociado dessas questões que ameaçam a si próprios e a seus clientes.

Segundo Leis (1999) não há dúvidas de que se não houver modificações em aspectos importantes do atual modelo civilizatório, a fim de produzir uma aproximação entre critérios ecológicos e dinâmica social, a espécie humana corre riscos de sobrevivência a longo prazo. Para esse autor, não se trata de impor uma finalidade à sociedade, rebelando-se contra o curso dos acontecimentos, mas de buscar efetivamente algumas alternativas.

Diante do acelerado processo de degradação ambiental que se repercute em todas as formas de vida sobre o planeta, é preciso muito mais que uma readaptação de conceitos ou mesmo da forma de viver, é mister que se proceda uma reconceitualização e transformação da própria política com relação ao meio ambiente e também desta forma de viver cada vez mais mutilante para a natureza e, fundamentalmente, de uma crítica profunda ao dualismo contemporâneo, que trata a humanidade e a natureza como entidades dissociadas e diferentes.

As causas da atual crise ecológica vão muito além da falta de compreensão dos riscos ambientais existentes. Elas desafiam a humanidade a encontrar soluções abrangentes e complexas que transcendem as capacidades da ciência, da técnica e das instituições políticas existentes. A complexa inter-relação dos problemas ambientais com a economia, a política e a cultura, em geral, colocam o ambiente e o desenvolvimento como duas questões intrinsecamente unidas e sugere, precisamente, que sua resolução compreende um amplo espectro de níveis de conhecimentos e de práticas que incluem não apenas as ciências naturais e humanas, senão também a cultura, a filosofia e a religião, em sentido amplo. (LEIS, 1999, p. 24).

As questões ambientais envolvem, com certeza, numerosas trocas e negociações entre dimensões e atores diferentes e implicam em tomar decisões em contextos muitas vezes paradoxais. Sabemos que desde a percepção dos problemas até chegar aos meios para resolvê-los pode haver um longo caminho, muitas vezes, tortuoso que passa pelos custos sociais e políticos nele imbricados. Entretanto, é inadiável que os profissionais da saúde passem a

inserir como parte indissociável do cuidado que desenvolvem, as questões do macrocontexto ambiental onde a saúde do ser humano, razão do seu trabalho, se torna possível ou não.

E assim, talvez, resgatar uma relação para a qual Florence Nightingale já chamava a atenção, no século XIX, quando defendia que era papel da enfermeira colocar seu cliente num ambiente em que a natureza lhe proporcionasse uma condição ótima de saúde, através do estímulo a ventilação pelo ar fresco; evitando a perda desnecessária do calor; removendo substâncias que pudessem causar odor nocivo; evitando barulho, principalmente durante o sono e possibilitando ao cliente ver o céu e a luz do sol.

Mesmo distantes no tempo, penso que estas ações sugeridas pela enfermeira Nightingale estão assentadas em pressupostos que, de certa forma, revelam a importância dada por ela aos ecossistemas, na construção do cuidado efetivo, desde o século XIX.

O conceito de desenvolvimento sustentável representa uma verdadeira mudança paradigmática, na medida em que deixa de assumir o ser humano como medida de todas as coisas, substituindo-o pela relação deste com a natureza. De acordo com Leis (1999), talvez uma das piores heranças que o século XX recebeu do passado é a noção de que o progresso humano baseia-se na superação de todo e qualquer obstáculo através das forças de trabalho e da tecnologia, o que supõe sempre uma liberdade conquistada às custas da degradação do meio ambiente. Nesse sentido, é preciso, pois, atentar para as perturbações e os danos que uma liberdade concebida antropocentricamente impõe ao mundo não humano.

A meu ver os problemas ecológicos e as demandas de sustentabilidade provocaram uma mudança de prioridades no sentido de que hoje não mais se busca a conquista da natureza, mas a procura de uma relação harmoniosa entre a sociedade e a natureza e procurando reunir o que as ciências haviam separado, isto é, fatos e valores, conhecimento científico e prudência ética.

Hoje, o desafio da humanidade não é tanto encontrar soluções que tenham como pressuposto uma imaginária igualdade entre os seres humanos e entre estes e o resto das espécies, mas aceitar a realidade tal como ela é, com a complexidade que comporta. É preciso, pois, que as necessidades dos seres humanos estejam submetidas a algum tipo de controle externo para que seja possível produzir-se as melhores condições de existência para a sociedade humana.

A fixação de limites que torna possível pensar num desenvolvimento realmente sustentável não é tarefa apenas de economistas e empresários. Esses limites supõem uma revisão das relações entre a sociedade, a ciência, a política, e, sem dúvida, o envolvimento e o comprometimento dos profissionais da área da saúde que, diante dos complexos problemas de

saúde da população, agravados em consequência dos problemas ecológicos, não podem mais pretender o monopólio do conhecimento e das decisões, nem mesmo dentro daquela que, em geral, consideram sua área de domínio.

A existência de uma diversidade de contextos ambientais, principalmente num país da extensão do Brasil, pressupõe diferentes necessidades e modos de relacionamento entre os seres humanos e entre estes e a natureza. Interessa, nesse momento, encontrar os valores comuns que permitam a convergência das várias abordagens interdisciplinares.

Reconhecer a complexidade e o dinamismo dos ecossistemas implica em aceitar trabalhar com a incerteza, aceitando como legítimas, uma pluralidade de perspectivas e, fundamentalmente a submeter-se a uma inter-relação, onde os diversos saberes existentes possam complementar-se ao invés de excluir-se. Nesse sentido, a dimensão e os desafios do processo saúde-doença, retratados nos baixos índices de desenvolvimento humano, no Brasil, evidenciam a precariedade das abordagens fragmentárias de áreas especializadas do conhecimento.

Neste campo, a interdisciplinaridade surge como a grande arma para enfrentar a diversidade de problemas com os quais convivemos nos dias de hoje, uma vez que esta reconhece diferentes saberes, transita em diferentes áreas do conhecimento, transpondo barreiras e obrigando a criação de novas formas de resolução dos velhos problemas.

A reflexão iniciada nessas linhas não teve a pretensão de esgotar uma temática tão ampla quanto o desenvolvimento sustentável e a saúde das populações, mas de levar para o campo da enfermagem a preocupação com a necessidade e a responsabilidade em adentrar-se nesta dimensão do viver humano. Por essa razão, neste momento parece oportuno direcionar esta reflexão para pensar alguns caminhos que possam viabilizar um estado de saúde compatível com o desenvolvimento sustentável e assim, quem sabe, nos aproximarmos de uma melhoria da qualidade de vida dos seres humanos.

Importante ressaltar que essas saídas ou esses caminhos devem ter como suporte básico à redução das desigualdades sociais e regionais, através da universalização do atendimento e das ações dos órgãos governamentais relacionados com a busca da equidade, da descentralização e da integração dos diversos setores envolvidos, além da participação da sociedade na formulação e no controle das políticas públicas, bem como nos processos decisórios que afetem, principalmente, à saúde.

Em minha opinião, como ponto de partida, convém que os profissionais da enfermagem e outros possam determinar o tipo de desenvolvimento que uma população aspira, balizando-se pelas próprias necessidades desta população e pelos objetivos e diretrizes

já sacramentados para um desenvolvimento sustentável, utilizando-se como referência os princípios estabelecidos na Agenda 21. E, como afirmo anteriormente, proceder a essa definição num contexto em que haja representação de todos os grupos sociais e garantia do direito de decisão.

De qualquer modo, é imprescindível que a enfermagem se comprometa com a sustentabilidade de suas ações, para garantir a qualidade de vida, respeitando os limites da capacidade dos ecossistemas e utilizando-se, da Educação Ambiental como meio para atingir este propósito.

Entendendo educação ambiental, como um processo longo e contínuo de aprendizagem de uma filosofia de trabalho participativo em que todos: família, escola e comunidade devem estar envolvidos, com o propósito de construir cidadãos, cujos conhecimentos acerca do ambiente biofísico e seus problemas associados, possam alertá-los e habilitá-los a resolver seus problemas. Objetivo este que só pode ser alcançado através do desenvolvimento progressivo de um senso de preocupação com o meio ambiente, baseado num completo e sensível entendimento das relações do ser humano com o ambiente a sua volta. Em outras palavras, a Educação Ambiental entendida como um processo de formação e informação orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.

Ainda, outros caminhos apontados por Freitas (2007), os quais julgo pertinentes, incluem:

- incorporar a saúde na formulação, execução e avaliação das políticas públicas: industrial, agrícola, mineral, educacional, energética, de recursos hídricos, de saneamento, de habitação;
- garantir que as propostas para aumentar a competitividade internacional do Brasil não prejudiquem a saúde e nem venham a se transformar em obstáculos para a conquista de novos e melhores padrões de serviços à população;
- fazer valer os direitos do cidadão em termos da saúde, por meio da aplicação dos princípios constitucionais e da legislação específica, buscando a convergência entre saúde e desenvolvimento sustentável, nunca esquecendo os princípios de universalidade, equidade e integralidade;
- assegurar a destinação de recursos orçamentários suficientes para as ações de saúde com vistas a equacionar os problemas relacionados a essa área;

- fortalecer o funcionamento do Sistema único de Saúde – SUS, através de (a): mecanismos de abordagem integral e integrada de ações de saúde no contexto do desenvolvimento sustentável; busca de mecanismos para suprir as eventuais carências das instâncias estaduais e municipais por meio de capacitação, assessoria técnica e fomento à cooperação intermunicipal ou à criação de consórcios entre municípios; ampliação da participação da sociedade nos conselhos, tornando-os mais efetiva, informada, representativa e legítima; valorização do trabalho dos servidores públicos através de melhores salários e capacitação, incentivando-se a interiorização dos profissionais, bem como provendo-os de condições de trabalho adequadas;

- estimular os servidores públicos e os representantes nos diversos conselhos sobre a necessidade de se adotar uma visão integradora, sistêmica e interdisciplinar, particularmente no que diz respeito à saúde e ao desenvolvimento sustentável;

- estabelecer parcerias de toda a natureza, envolvendo Organizações Não Governamentais – ONGs, setor privado e universidades adequando à saúde ao alcance do desenvolvimento sustentável.

Outra forma de direcionar as questões de saúde dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável diz respeito às próprias enfermeiras, no sentido de perceber-se a necessidade de inclusão da temática cuidado, tanto humano, quanto o profissional e o ecológico nos currículos da graduação e da pós-graduação; buscando a integração do meio físico natural e do meio construído pelos seres humanos, resultante da interação dos aspectos físicos, biológicos, sociais, econômicos e culturais para que essas reflexões façam parte do cotidiano dessas profissionais e elas possam se tornar cada vez mais competentes no cuidado do outro.

5.2 RELATO DE EXPERIÊNCIA: CONSTRUINDO MINORIAS

Considero de suma importância relatar minha experiência com uma colônia de pescadores no interior de São José do Norte, numa localidade denominada Arroio do Inhame. Por ter um sítio nessa região, Sítio Santa Isabel, tenho um convívio diário com essas pessoas e sou testemunha ocular de suas lutas, reivindicações e estilos de vida. Essa região está situada às margens da Laguna dos Patos, tendo rica flora e fauna. Há também um potencial hídrico considerável, com lagoas, arroios e córregos de água doce. A comunidade vive basicamente

da agricultura (plântio de cebola) e da pesca. Na área agrícola está a maior concentração populacional nativa. Já a área pesqueira subdivide-se em uma população ribeirinha permanente e grupos temporários ligados a pesca artesanal do camarão.

Influenciada pelo Mestrado em Educação Ambiental e mais especificamente pelo conteúdo dos livros de Velasco e Loureiro, senti-me impelida a refletir sobre meu cotidiano, pois chega um momento na vida em que nos perguntamos qual o propósito de nossa existência?, de que maneira podemos contribuir para o constante aperfeiçoamento do ambiente em que vivemos? Resolvi assim, aplicar junto a comunidade em que convivo o que aprendi nesses livros e na vivência de minha caminhada acadêmica. Somos constituídos e construídos por uma história única, fruto de uma interação familiar e social imediata. Na concepção de Freire (2006, p. 154), “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História”.

Enquanto enfermeira não consigo visualizar meio ambiente, saúde e seres humanos de forma dissociada. Nosso comportamento e estilos de vida estão diretamente relacionados com o que somos e traduz nossa forma de pensar e agir. Observo e vivencio as disparidades sociais as quais estamos expostos por esse regime neoliberal, o qual incentiva que as pessoas reproduzam valores que não são os seus e não se apropriam ao cotidiano de suas vidas. Assim elas agem de forma instintiva seguindo princípios e valores que na maioria das vezes não entendem, mas reproduzem para que possam ser aceitas socialmente. Então a máquina ideológica do capitalismo gera na mente das pessoas um vazio existencial, fazendo delas marionetes vivas, manobrando-as para os interesses de uma minoria que detêm o capital. É interessante observar que desde o palacete mais suntuoso até a casinha mais humilde existe uma televisão ligada e nela a manipulação sutil que perpetua a disparidade social que enfrentamos. De que forma se dá esse processo? Fazendo com que as pessoas valorizem o ter mais, passando a idéia que o ideal na vida é ter muito dinheiro para poder consumir tudo que o mundo moderno produz e assim sucessivamente, como se a vida humana na terra se resumisse numa busca desenfreada por bens materiais sem buscar um propósito maior da vida e das pessoas. Então como se escapar dessa lógica cruel e manipuladora?

Dessa forma, por ter vínculo familiar na região e conhecer o comportamento social das pessoas, percebo que *há muitos problemas que trazem prejuízos à saúde* das mesmas e também ao meio ambiente. Entendo que muitos moradores dessa região parecem ter um aparente desconhecimento da riqueza que possuem e por isso a exploram de maneira inadequada e descontrolada, confirmando o que Ruscheinsky (2002, p. 74) observa, quando

reitera que “de outro lado, cabe reconhecer que os habitantes que permanecem mais próximos da natureza, seja por vocação seja por destino, ainda não se constituem em princípio como modelos e referencial inconfundíveis de relacionamento mais adequado com o meio ambiente”.

Confirmando o já exposto acima, na época da pesca do camarão, por exemplo, muitas espécies de peixes que estão se desenvolvendo e vem junto na rede, são jogados fora na beira da laguna, sem a mínima chance de se desenvolver. Além disso, os pescadores sazonais, com o término do período de pesca, deixam muito lixo na beira da praia, poluindo o meio ambiente, trazendo riscos para a saúde das pessoas. Muitos moradores locais se preocupam com o assoreamento dos arroios de água doce da região, principalmente devido ao desmatamento nativo ocorrido anteriormente ao período atual e conseqüente deslocamento das dunas de areia. Também é importante considerar a grande quantidade de defensivos agrícolas aplicados nas lavouras, os quais através da lixiviação contaminam os córregos.

Os idosos são o grupo social mais suscetível às doenças, não só por representarem maior proporção nessa comunidade mas também pelo fato de seu sistema imunológico ser mais fragilizado. De acordo com Berti e Mayorga (1999, p. 93) “A suscetibilidade natural do idoso às doenças(...), o tornam um paciente singular. Geralmente se apresentam várias enfermidades associadas, algumas delas crônicas, resultantes do modo de vida ou da atividade profissional desenvolvida ao longo dos anos”. Então, observo que a hipertensão arterial e o diabetes mellitus são as patologias mais freqüentes nessa faixa etária. Além disso, o lixo acumulado ao redor das casas atrai moscas e ratos, os quais são vetores de muitas doenças. Freqüentemente essa população é acometida por distúrbios gastrointestinais, apresentando diarreia, vômitos e anemia em decorrência de verminoses.

O princípio 10, proclamado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992, diz:

As questões ambientais são mais bem trabalhadas com a participação de todos os cidadãos envolvidos, nos diversos níveis de relevância. Em nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado às informações sobre o meio ambiente de que dispõem as autoridades públicas, inclusive informação sobre materiais e atividades perigosos em suas comunidades, bem como oportunidade de participar dos processos de tomada de decisão. Os Estados devem facilitar e estimular a consciência e a participação pública, tornando a informação amplamente disponível. Deve providenciar o acesso efetivo a procedimentos judiciais e administrativos, incluindo reparação e recurso (SACHS, 1993, p. 99-100).

Comecei um trabalho há dois anos com aquela comunidade, conversando sobre vários aspectos já abordados anteriormente, pois quando atravesso a Laguna dos Patos de Rio

Grande à São José do Norte percebo muitos aspectos que julgo relevantes explicitá-los. Sempre me chamou a atenção a quantidade de frutas e hortaliças que são compradas em Rio Grande para serem consumidas pela população de São José do Norte. Ora, é sabido que São José do Norte tem extensão de terras agricultáveis em potencial muito maior que Rio Grande, contudo não é aproveitada. Poucas são as famílias que têm o hábito de plantar para subsistência. Um dos trabalhos que realizei com a colônia nativa de pescadores do Inhame foi justamente incentivá-los a semear uma horta e pomar comunitários, iniciativa essa que deu muito certo. Eles costumavam desprezar as sobras dos pescados, deixando-as a mercê na beira da praia, provocando com isso a aproximação de muitos insetos causadores de doenças, como moscas. Assim chegamos a um comum acordo de aproveitar esses restos de peixe para enterrá-los e gerar um adubo natural para nossa horta. Tivemos com essa atitude possibilidade de se consumir produtos naturais saudáveis sem o uso de defensivos agrícolas tão nocivos à saúde humana.

Outro aspecto abordado em nossas reuniões que melhorou bastante na maioria das famílias de pescadores nativos foi o destino dado ao lixo. Antes, existiam verdadeiros lixões à beira da laguna a céu aberto, poluindo e contaminando o ambiente. Depois que conversamos sobre tal tema, a quantidade de lixo exposto caiu significativamente, embora as famílias dos pescadores sazonais sejam mais resistentes em manter tais hábitos e não levam tão a sério as reivindicações da população local. Dessa forma os plásticos são guardados para a reciclagem, os papéis são queimados em locais apropriados sem colocar em risco a vegetação local em virtude da seca e o lixo orgânico é enterrado para virar adubo. Nosso lema é nada de sacolas cheias de lixo na volta das casas ou mesmo em meio a vegetação nativa.

È preocupante o índice de analfabetismo em São José do Norte. No Inhame muitas crianças já deixaram de estudar para ajudar seus pais na pesca. Assim, pensando em amenizar tal problemática, resolvi comprar um computador e disponibilizá-lo como instrumento de aprendizagem e alfabetização. Dentro de minhas possibilidades de horário, aos finais de semana, trabalho com um grupo de crianças e adultos, que aos poucos vão se familiarizando com o computador e suas funções. Esses momentos, além da aprendizagem do conteúdo teórico, essas pessoas têm a oportunidade de se sentirem valorizadas e interagirem entre si trocando idéias, o que é muito saudável para todos. È muito gratificante poder compartilhar com eles esses momentos, por que vejo que são pessoas sedentas por uma atenção e oportunidade de expressar suas vocações, mas um contexto adverso de desassistência política e social os impedem de ir além.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

O conceito de desenvolvimento sustentável representa uma verdadeira mudança paradigmática, no sentido em que deixa de assumir o ser humano como medida de todas as coisas, substituindo-o pela relação deste com a natureza. De acordo com Leis (1999), talvez uma das piores heranças que o século XX recebeu do passado é a noção de que o progresso humano baseia-se na superação de todo e qualquer obstáculo através das forças de trabalho e da tecnologia, o que supõe sempre uma liberdade conquistada às custas da degradação do meio ambiente. Assim, é preciso, pois, atentar para as perturbações e os danos que uma liberdade concebida antropocentricamente impõe ao mundo não humano.

A meu ver os problemas ecológicos e as demandas de sustentabilidade provocaram uma mudança de prioridades no sentido de que hoje não mais se busca a conquista da natureza, mas a procura de uma relação harmoniosa entre a sociedade e a natureza e procurando reunir o que as ciências haviam separado, isto é, fatos e valores, conhecimento científico e prudência ética.

Hoje, o desafio da humanidade não é tanto encontrar soluções que tenham como pressuposto uma imaginária igualdade entre os seres humanos e entre estes e o resto das espécies, mas aceitar a realidade tal como ela é, com a complexidade que comporta. É preciso, pois, que as necessidades dos seres humanos estejam submetidas a algum tipo de controle externo para que seja possível produzir-se as melhores condições de existência para a sociedade humana.

A fixação de limites que torna possível pensar num desenvolvimento realmente sustentável não é tarefa apenas de economistas e empresários. Esses limites supõem uma revisão das relações entre a sociedade, a ciência, a política, e, sem dúvida, o envolvimento e o comprometimento dos profissionais da área da saúde que, diante dos complexos problemas de saúde da população, agravados em consequência dos problemas ecológicos, não podem mais pretender o monopólio do conhecimento e das decisões, nem mesmo dentro daquela que, em geral, consideram sua área de domínio.

A existência de uma diversidade de contextos ambientais, principalmente num país da extensão do Brasil, pressupõe diferentes necessidades e modos de relacionamento entre os seres humanos e entre estes e a natureza. Interessa, nesse momento, encontrar os valores comuns que permitam a convergência das várias abordagens interdisciplinares.

Reconhecer a complexidade e o dinamismo dos ecossistemas implica em aceitar trabalhar com a incerteza, aceitando como legítimas, uma pluralidade de perspectivas e, fundamentalmente a submeter-se a uma inter-relação, onde os diversos saberes existentes possam complementar-se ao invés de excluir-se. Nesse sentido, a dimensão e os desafios do processo saúde-doença, retratados nos baixos índices de desenvolvimento humano, no Brasil, evidenciam a precariedade das abordagens fragmentárias de áreas especializadas do conhecimento.

Neste campo, a interdisciplinaridade surge como a grande arma para enfrentar a diversidade de problemas com os quais convivemos nos dias de hoje, uma vez que esta reconhece diferentes saberes, transita em diferentes áreas do conhecimento, transpondo barreiras e obrigando a criação de novas formas de resolução dos velhos problemas.

A reflexão iniciada nesta dissertação não teve a pretensão de esgotar uma temática tão ampla quanto o desenvolvimento sustentável e a saúde das populações, mas de levar para o campo da enfermagem a preocupação com a necessidade e a responsabilidade em adentrar-se nesta dimensão do viver humano. Por essa razão, neste momento parece oportuno direcionar esta reflexão para pensar alguns caminhos que possam viabilizar um estado de saúde compatível com o desenvolvimento sustentável e assim, quem sabe, nos aproximarmos de uma melhoria da qualidade de vida dos seres humanos.

Importante ressaltar que essas saídas ou esses caminhos devem ter como suporte básico à redução das desigualdades sociais e regionais, através da universalização do atendimento e das ações dos órgãos governamentais relacionados com a busca da equidade, da descentralização e da integração dos diversos setores envolvidos, além da participação da sociedade na formulação e no controle das políticas públicas, bem como nos processos decisórios que afetem, principalmente, à saúde.

Em minha opinião, como ponto de partida, convém que os profissionais da enfermagem e outros possam determinar o tipo de desenvolvimento que uma população aspira, balizando-se pelas próprias necessidades desta população e pelos objetivos e diretrizes já sacramentados para um desenvolvimento sustentável, utilizando-se como referência os princípios estabelecidos na Agenda 21. E, como afirmo anteriormente, proceder a essa definição num contexto em que haja representação de todos os grupos sociais e garantia do direito de decisão.

Acredito ser o Ecomunitarismo proposto por Velasco um norte para toda a humanidade, pois de seus ensinamentos aprendi que é na construção diária das relações humanas que estão às respostas para superar o paradigma capitalista. Não existem respostas

prontas, nem melhores ou piores, e sim uma predisposição de espírito na luta pelo constante aperfeiçoamento de nossa vida em sociedade. De minha parte, é imprescindível que a enfermagem se comprometa com a sustentabilidade de suas ações, para garantir a qualidade de vida, respeitando os limites da capacidade dos ecossistemas e utilizando-se, da Educação Ambiental como meio para atingir este propósito.

Com base em Loureiro e Velasco, entendendo educação ambiental, como um processo longo e contínuo de aprendizagem de uma filosofia de trabalho participativo em que todos: família, escola e comunidade devem estar envolvidos, com o propósito de construir cidadãos, cujos conhecimentos acerca do ambiente biofísico e seus problemas associados, possam alertá-los e habilitá-los a resolver seus problemas. Objetivo este que só pode ser alcançado através do desenvolvimento progressivo de um senso de preocupação com o meio ambiente, baseado num completo e sensível entendimento das relações do ser humano com o ambiente a sua volta. Em outras palavras, a Educação Ambiental entendida como um processo de formação e informação orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.

Assim, pensando em meu cotidiano de trabalho, outra forma de direcionar as questões de saúde dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável diz respeito às próprias enfermeiras, no sentido de perceber-se a necessidade de inclusão da temática cuidado, tanto humano, quanto o profissional e o ecológico nos currículos da graduação e da pós-graduação; buscando a integração do meio físico natural e do meio construído pelos seres humanos, resultante da interação dos aspectos físicos, biológicos, sociais, econômicos e culturais para que essas reflexões façam parte do cotidiano dessas profissionais e elas possam se tornar cada vez mais competentes no cuidado do outro.

Quero dizer que precisamos nos emancipar enquanto seres humanos e para isso devemos ter incorporadas as três normas da ética em nossa vida. Precisamos refletir por que tomamos determinadas atitudes e o que realmente somos enquanto seres individuais e sociais. O desafio da humanidade do século XXI é justamente vencer o paradigma do Capitalismo e da exploração do homem pelo homem. Existe um horizonte além das lutas de classes, além da fome, do desemprego, das condições subumanas que um terço da humanidade vem sendo submetida ao longo dos séculos. A “ética” da lógica Capitalista não convém para uma humanidade que queira resgatar a harmonia do convívio em sociedade e o respeito para com todas as formas de vida. Um regime que sustenta a idéia que o “ter” vale mais que o “ser” e que vê o mundo pela lente quantitativa do acúmulo de riquezas materiais com certeza perdeu

o elo do verdadeiro sentido da existência humana. Para criar o nosso submundo transformamos indiscriminadamente o ambiente em nossa volta, sem nos preocuparmos com os efeitos nefastos dessas atitudes impensadas e inconseqüentes.

Dessa forma não se trata de “discurso bonito” de ambientalistas que querem proteger e venerar uma natureza perfeita e intocada. Nós não podemos nos esquecer que somos parte dessa natureza e todas nossas atitudes refletem nela. Critico o Capitalismo e a forma dicotômica de ver o mundo, justamente por incentivar e cultivar valores egoístas no comportamento humano de individualismos exacerbados nos levando ao completo isolamento enquanto espécie. Ora para vivermos em sociedade não precisamos destruir. Por que não podemos transformar a natureza de forma sustentável? Por que a maioria dos seres humanos cultiva sentimentos que nos levam a destruição? Esse sistema de governo incentiva e molda a massa humana, manipulando-as como marionetes, levando-a a cultivar os piores sentimentos, os quais rompem com o propósito da vida.

Então perdemos tempo em ficar discutindo quantos anos a mais levará para o extermínio total de nosso sistema de vida. Precisamos nos preocupar, de forma efetiva, com o que estamos fazendo do hoje. Perdemos muito tempo na vida com futurologias e deixamos de cultivar o hoje, de experimentar intensamente as experiências do aqui e agora. Transformamos o mundo com nossas atitudes, ações e pensamentos, por isso o amanhã é reflexo imediato do que faço nesse momento. Quando o homem saiu da Terra no sentido de explorar o Universo a maior beleza que consegui ver foi justamente nosso planeta, majestoso globo azul na imensidão de um universo totalmente desconhecido e hostil. Será que isso não é um recado que as respostas de nossos problemas esta em nós mesmos?

O homem caminha para alcançar um grau de desenvolvimento intelectual- perceptivo muito além do egoísmo que estamos inseridos. Devido a minha profissão, lido com a vida e a morte com freqüência e percebo que independentemente de classe social, religião e estilo de vida as pessoas se transformam quando estão perto de falecer. Parece que elas despertam para um verdadeiro mundo de compreensão de sua existência, sendo que nesses últimos segundos preciosos que a separam de nosso mundo ocorre uma reflexão profunda de todas suas experiências, como num filme.

O que quero dizer com isso é que precisamos enxergar nossa própria vida, nosso mundo com outros olhos, com os olhos da compaixão, do sendo de coletivo, do amor para consigo e o outro. É essa mudança de atitude e de beatitude interior que precisamos manter acesa em nossas mentes, pois sabemos que o mundo material é fruto direto de nossos

pensamentos. Nós construímos nossa realidade tal como ela é e precisamos estar cientes disso.

Acredito que o Ecomunitarismo é uma mudança de postura e suas premissas são capazes de respeitar e sustentar a vida individual e coletiva. Não acredito que seja utopia, pois seus preceitos podem muito bem ser incorporados por seres humanos que realmente entendam o verdadeiro sentido da vida. Dessa forma, vale a pena querer tudo aquilo que podemos, ainda mais se esse nosso querer englobar o entorno de forma harmoniosa.

Posso dizer que o conteúdo dos livros e artigos de Velasco mudou minha vida e maneira de ver o mundo. A doutrina ensinada por esse autor possui um teor de inspiração que transcende nosso tempo, sendo seu conteúdo permeado de exemplos capazes de transformar a história da humanidade.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C. Desenvolvimento sustentável. In: **Desenvolvimento e meio ambiente – estratégias de mudanças da Agenda 21**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**; as estratégias de mudanças da AGENDA 21. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERTI, A. R. e MAYORGA, P. **A terapêutica na terceira idade e o uso racional de medicamentos**. Estudos Interdisciplinares sobre o envelhecimento, Porto Alegre, v.2, p.89-102, 1999.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999a.

BOFF, L. **Ética da vida**. Brasília: Letra Viva, 1999b.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/9795-99.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

_____. **O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)**. 3. ed. Brasília:MMA/DEA, 2005a.

_____. **Programa Municípios Educadores Sustentáveis**. 3. ed. Brasília: MMA/DEA, 2005b.

BRITO, M. I. M. S. **Das Lendas à História: A Busca da Identidade de um Povo**. Brasília, Dissertação-Mestrado em Desenvolvimento Sustentável. UnB, 2002.

BRÜSEKE, F. J. **A Lógica da Decadência**. Belém: Cejup, 1995.

_____. O Problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 29-40.

CAMPOS, H. **Ciências da Terra e Meio Ambiente: Uma proposta de um Curso de Pós-Graduação**. In: CHASSOT, A.; CAMPOS, H. (orgs) **Ciências da Terra e Meio Ambiente: Diálogos pra inter (ações) no Planeta**. São Leopoldo: Ed. Unisinos,1999. p.35.

CAPRA, F. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARVALHO, V.S.de. Reflexões sobre a dinâmica entre Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário: o lado verde da linha amarela. In : PEDRINI, A.G. (Org.). **O Contrato Social da Ciência, unindo saberes em Educação Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 185-200.

CASTRO, I. B. **Florence Nightingale: notas sobre enfermagem**. São Paulo: Cortez, 1989.

CENTRO DE INFORMAÇÃO MULTIEDUCAÇÃO. **Grandes temas**. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/multirio/cime/CE09 Em 05/01/2007>>. Acesso em: 05 jan. 2007.

CMMAD. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**, Nosso Futuro Comum. 2ª ed., Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988. p. 46-71.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Resumo do programa de ação**. 1994. 32 p. Mimeografado.

CONFÚCIO. **Vida e doutrina** – os analéctos. 8. ed. Tradução M. P. Ferreira. São Paulo: Melhoramentos, 1999.

DELUIZ, N.; NOVICKI, V. **Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: implicação para uma proposta de formação crítica**. Boletim Técnico do SENAC, v. 30, n. 2, p.7, 2004.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 2. ed. São Paulo: Gaia, 2001.

DIEGUES, A.C.S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. In: _____. **Ecologia Humana e planejamento em águas costeiras**. São Paulo: NUPAUB, 1996.

Educação Ambiental para o desenvolvimento ou sociedade sustentável? Uma breve reflexão para a América Latina. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001177/117772eo.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2007.

ELY, Aloísio. **Economia do meio ambiente**. 4. ed. Porto Alegre, RS: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992.

FERREIRA, L. da C. Sustentabilidade: uma abordagem histórica da sustentabilidade. In: FERRARO JR, L.A. **Encontros e caminhos: formação de educadores(as) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA/DEA, 2005.

FERREIRA, L.; VIOLA, E. **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: UNICAMP, 1997.

FORUM INTERNACIONAL DAS ONGs. **Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**, 1995, Rio de Janeiro. In: TOZONI-REIS, M.F.C. (Re) pensando a educação ambiental. **V Congresso Iberoamericano de educação ambiental**. Joinville-SC, 2006.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade**. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, C. M. de. **Saúde, meio ambiente e sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.iban.org/parceria21/reddes21.htm> Em 05/01/2007>. Acesso em: 05 fev. 2007

FREUD, S. (1895-1939). *Obras Completas* (3 vol.), Editora Biblioteca Nueva, Madrid, 1968.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 217 p.

GÓMEZ, W.H. Desenvolvimento Sustentável, agricultura e capitalismo. In: BECKER, D.F. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.

GONZALEZ-GAUDIANO, E. Educación Ambiental para el desarrollo Sustentable en America latina y el Caribe: retos y oportunidades. In: PRIOTTO, G. (Org.). CONGRESSO DE EDUCACIÓN AMBIENTAL PARA EL DESARROLLO SUSTENTABLE, 1., 2006, Argentina, **Anais...** Argentina: Cortez , 2006. p. 119-130.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 9 ed. São Paulo: Papirus, 1999.

GUIMARÃES, R.P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, B.K.; MIRANDA, M. **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: EUFRJ, 1997, p. 13-44.

GUIMARÃES, S.S.M.; TOMAZELLO, M.G.C. A formação universitária para o meio ambiente: educação para a sustentabilidade. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, v. 8, p. 55-72, Maio- 2003.

HILLS, P. Education for sustainable development: an Asian perspective. In: AZEITEIRO, U. et al. (Org.). **World Trends in Environmental Education**. Frankfurt am Main, Peter Lang, 2004, p. 225-250.

JACOBI, P. Meio Ambiente e educação para a cidadania: o que está em jogo nas grandes cidades? In: SANTOS, J.E.; SATO, M. (Org.). **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2001, p.423-437.

KIM, H. S. **Análise teórica dos fenômenos no domínio do ambiente**. 1992. 26 p. Mimeografado.

LAYRARGUES, P.P. **A Cortina de Fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da Racionalidade Econômica**. São Paulo: Annablume, 1998, 236 p.

_____. La Institucionalización de la Educación Ambiental en la esfera publica. In: PRIOTTO, G. (Org.), CONGRESSO DE EDUCACIÓN AMBIENTAL PARA EL DESARROLLO SUSTENTABLE, 1, 2006, Argentina, **Anais...** Argentina: Annablume, 2006. p.159-185.

LEFF, E. Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável. In: REIGOTA, M. (Org.). **Verde Cotidiano; o meio ambiente em debate**. São Paulo: Cortez, 1999.

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável- as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

- LELOUP, J. **Cuidar do ser** – Fílon e os terapeutas da Alexandria. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LIMA, G.F. da C. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. **Política e Trabalho**, n. 13, p. 201-222, Maio 1997.
- LOUREIRO, C.F.B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004a. 150p.
- _____. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, P.P. (Coord.). **Identities da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004b. 156p.
- LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, P.P. & CASTRO, R. S. (orgs.). Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo, Cortez, 2002.
- LOUREIRO, C.F.B. et al. **Educação Ambiental e Gestão Participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: IBAMA, 2005.
- LOUREIRO, C.F.B.; ALBUQUERQUE, E.C.P.T. de; BARRETO, B.M.V.B. Sustentabilidade, exclusão e transformação social; contribuições à reflexão crítica da Educação Ambiental e da Comunicação no Brasil. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, n. 9, p. 123-138, Maio- 2004.
- MADUREIRA, M.S.P.; TAGLIANI, P.R. **A Educação Ambiental Não-Formal em Unidades de Conservação Federais na Zona Costeira Brasileira: Uma Análise Crítica**. Brasília: IBAMA, 1997.
- MARRUL FILHO, S. Do desenvolvimento para além do desenvolvimento sustentável. In: QUINTAS, J.S. (Org.). **Repensando e praticando a Educação Ambiental na gestão do Meio Ambiente**. Brasília: IBAMA, 2002. p. 119-130.
- MARX, K. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- MEDINA, N. M. A Construção do conhecimento e suas implicações na Educação Ambiental. Brasília. 1996.
- MEIRA, P.; SATO, M. Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza. **Revista de Educação Pública**, v. 14, n. 25, p. 17-31, Jun. 2005.
- MORIN, E.; **Ciência com Consciência**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002^a.
- PASCALICCHIO, A E. A questão ambiental e a saúde sob a ótica da sociodiversidade: estudo de caso de São Sebastião, São Paulo. In: VEIGA, José Eli da (Org.). **Ciência ambiental** – primeiros mestrados. São Paulo: Ana Blume-FASPEP, 1998.
- PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da Nação**. Campinas, SP; UNICAMP, IF, 2004.
- PEDRINI, A de G. I Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1972) e a AGENDA 21 (1992): uma reflexão política para a Educação

Ambiental. In: MATA, S.; VASCONCELLOS, H. (Orgs.). **Educação Ambiental em Debate**; 20 anos pós-Tbilisi. Rio de Janeiro: PUC-RJ/UFRJ, 1997. p.125-129.

PERES, M.T.M. A Modernidade na Marcha da Emancipação do Homem. **Revista Impulso**, Piracicaba, v. 7, n. 14, 1994.

PINTO SANTOS, P.R. Associações dos Pequenos Produtores de Café no Município de Barra do Choça: Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável. 2001. 155p **Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)**- Universidade Federal de Brasília, Brasília, CDS/UnB, 2001.

POTLATCH. Disponível na Internet: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Potlatch> Em 5/08/2007> Acesso em: 5 agos. 2007.

QUINTAS, J.S. Pensando e praticando a Educação Ambiental na gestão do meio ambiente. Brasília, Edições Ibama, 2000.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2007. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/forum/index.php?lk=1>>. Acesso em: 25 mar. 2007.

RUSCHEINSKY, A. Atores sociais e Meio Ambiente: a mediação da Ecopedagogia. In: LAYRARGUES, P.P. (Coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**, DEA/MMA, p. 51-63, 2004.

_____. **Educação Ambiental**: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. 1. ed. São Paulo: Fundap, 1993.

SAUVÉ, L. La Educación Ambiental entre la modernidad y la posmodernidad: en busca de un marco de referencia educativo integrador. **Tópicos em Educación Ambiental**, v. 1, n. 2, p. 7-25, 1999.

SILVA, AL.T. da. Reflexibilidade e Educação Ambiental: bases para uma sociedade sustentável. Disponível em: <www.anpass.org.br/gt/sociedade_do_conhecimento> - Acesso em: 23 dez. 2006.

SILVA, T.T. **Teoria Cultural e Educação**: Um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

STAHEL, A.W. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CALVACANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

TREVISOL, G.G., 2004. **Codims**: Incorporando nova abordagem na comunicação entre seus componentes. Monografia de Conclusão de Curso- UFES. Disponível em <[http://codims.lprm.inf.ufes.br/arquivos/publicacoes/Monografia Gustavo.pdf](http://codims.lprm.inf.ufes.br/arquivos/publicacoes/Monografia%20Gustavo.pdf)>.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável**: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: Ibama, 1999.

VARGAS, P.R. Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou possibilidade? In: BECKER, F.B. et al. (Org.). **O Insustentável Discurso da Sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002, p. 212-241.

VELASCO, S.L. Como entender a educação ambiental: uma proposta. In: **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 2, p. 107-119, Abril 1997.

_____. Notas Filosóficas sobre a Pedagogia da Educação Ambiental. In: **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 1, não paginado, 1999.

_____. Perfil da Lei de Política Nacional de Educação Ambiental. In: **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 2, não paginado, 2000.

_____. **Fundamentos Lógico-Lingüísticos da Ética Argumentativa**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2003.

_____. **Ética para o século XXI**: Rumo ao ecomunitarismo. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

VELASCO, Sírio Lopez. (1996) **Ética de la liberación (oiko-nomia)**. Campo Grande: CEFIL.

VIOLA E OLIVEIRA. In: Redução das desigualdades sociais. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/parceria21/reddes21.htm> Em 05/01/2000>. Acesso em: 5/05/07

VIOLA, E.J.; LEIS, H.R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, P.J.; VIEIRA, P.F. (Orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas: EDUNICAMP, 1995, p. 73-102.

WALDOW, V. R. Cuidado humano: o resgate necessário. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

www.revistaea.arvore.com.br/artigo.php?N17/30/05/06. Acesso em: 20/12/06 às 7 h.